

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Naiara Cristiane da Silva

**O tráfico também é feminino! Aproximações ao trabalho
das mulheres no comércio varejista de drogas**

Belo Horizonte, 2015

Naiara Cristiane da Silva

O tráfico também é feminino! Aproximações ao trabalho das mulheres no comércio varejista de drogas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde

Orientadora: Vanessa Andrade Barros

Belo Horizonte, 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO


O tráfico também é feminino! Aproximações ao trabalho das mulheres no comércio varejista de drogas


NAIARA CRISTIANE DA SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Trabalho, Sociabilidade e Saúde.

Aprovada em 30 de março de 2015, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Vanessa Andrade de Barros - Orientador
UFMG


Prof(a). Marisa Feffermann
Universidade de São Paulo


Prof(a). Magda Maria Bello de Almeida Neves
PUC-MINAS

Belo Horizonte, 30 de março de 2015.

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

150 S586t 2015	<p>Silva, Naiara Cristiane da</p> <p>O tráfico também é feminino! [manuscrito] : aproximações ao trabalho das mulheres no comércio varejista de drogas / Naiara Cristiane da Silva. - 2015.</p> <p>176 f.</p> <p>Orientadora: Vanessa Andrade de Barros.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Mulheres - Teses. 3. Tráfico de drogas - Teses. 4. Trabalho - Teses. 4. Relação de gênero - Teses. I. Barros, Vanessa Andrade de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	---

Dedico especialmente:

*À Márcia e a todas as mulheres em situação de prisão
da APAC de Itaúna; parceiras na construção dessa
pesquisa.*

A meu filho, minha vida afetiva;

À Vanessa, por sua Presença.

À minha mãe, companheira de lutas;

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho se apresentou pra mim como um processo de travessia... Tal qual afirmou Guimarães Rosa: o real não se apresentou no fim, mas no meio do processo, no meio do vivido... Foi um período muito rico, cheio de experiências, dificuldades, decepções e desafios, mas extremamente engrandecedor, sobretudo, fonte de amadurecimento pessoal, profissional e intelectual. Pessoas queridas atravessaram comigo esse percurso, das quais pude contar com afeto, apoio e muita compreensão.

Agradeço primeiramente a meu filho, Gabriel, que me brindou com sua presença doce e afetiva, sempre fonte de estímulos: “mãe não falei que você conseguiria”? Ele insistiu em ter paciência e precisou “se virar” sozinho por muitas vezes, creio haveremos amadurecido juntos nesse processo. Meu maior estímulo de luta!

Agradeço imensamente a minha orientadora Vanessa Andrade de Barros, fonte de inspiração e coragem para a luta. Vanessa me deixou como legado, conhecimentos profundos sobre o ser humano, sobre a ética e sobre a sociedade. Obrigado por ter acreditado em mim e em meu trabalho, por não ter deixado com que eu desistisse, por ter suportado minha rebeldia e histeria com acolhimento, rigor e firmeza. Sem sua presença tão constante e cuidadosa eu não teria como realizar esse trabalho, nem teria crescido e amadurecido tanto.

Minha Mãe, companheira de lutas, parceira de todas as horas. Sempre serei grata pelo apoio, por ter suprido minha ausência com carinho e amor. Seu apoio e compreensão foram essenciais. Principalmente na reta final, eu não teria conseguido se não fosse por ela.

Meu namorado foi um dos maiores incentivadores nesse processo. Ternamente compreensivo diante da minha ausência, das carências, dúvidas e dificuldades. Com serenidade e força absoluta esteve ao meu lado, em todos os momentos, me dando apoio, carinho e empenhando palavras de firmeza e positividade.

A meu querido pai, pelo estímulo valioso e pela vontade de me ver estudar, crescer e conhecer.

A todas as mulheres presas na APAC de Itaúna, voluntárias e funcionárias da instituição, em especial à Márcia pelas trocas e possibilidades de reflexão.

Minha querida amiga Aline, por testemunhar um encontro de sincronicidade, pelo ombro acolhedor. Seu exemplo de generosidade, solidariedade e sensibilidade foram essenciais. Maior presente que recebi nesse mestrado.

Aos amigos de mestrado, Ana Paula, Alberto, Gregório, João, Thalita, Sara, Ana, Luanda, Anne, pelas trocas, tchays e a bela amizade que construímos.

Agradeço de forma especial à Thaísa, da qual eu não teria palavras suficientes para agradecer. Thaísa além de iluminar minha pesquisa e meu caminho através da pesquisa dela, me apoiou e me ajudou em momentos decisivos. É um grande exemplo de sensibilidade e militância. Fico imensamente agradecida por esse encontro.

Às minhas amigas Mariana, Lidiana, Rosana, Tamiris, Elis, Fabiana, Paola e Keila, Janaína, Ângela, Maria Luiza e Isabela pela constante partilha e amor de anos.

À minha família, em especial a minha avó Odete, tia Tucha in memoriam, Detinha, Washington, meu irmão Rodrigo, tia Andrea, minha prima Sara.

À Alessandra, pelo acolhimento e ajuda tão necessárias para que eu chegasse até aqui e por me inspirar a luta por uma sociedade sem prisões.

Aos colegas do Labtrab pelas importantes trocas.

Às professoras da PUC que sempre me impulsionaram, especialmente: Betânia, Luciana, Márcia, Fabiana, Cássia e Isabela. Meu eterno carinho.

Às professoras Marisa Feffermann, Magda Neves e Maria Luiza por aceitarem o convite para compor a minha banca, admiro muito o trabalho de vocês!

Ao CNPQ pelo fomento da bolsa de pesquisa.

“(…) as gurias estão se tornando mais do que meras mediadoras ou muletas que sustentam modelos de identificação para os guris. Elas têm assumido posições de destaque, frequentemente como protagonistas, para o bem e para o mal. Ou seja, têm matado e morrido mais, participado do crime; e têm salvado e morrido mais, participando dos esforços de paz. O que não significa que, no mundo do crime, elas não continuem sendo oprimidas e humilhadas. O crime parece concentrar o que há de pior na sociedade: a busca do ganho a qualquer preço e o machismo mais despudorado e violento.”

(Gurias e guris mostram suas armas, Soares et.al., 2005, p. 226)

RESUMO

O presente estudo propôs-se a analisar a atividade de trabalho das mulheres no tráfico de drogas bem como os sentidos desse trabalho e os impactos psicossociais envolvidos na adesão a essa atividade. A pesquisa de campo foi realizada na Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) feminina localizada em Itaúna com recolhimento de uma história de vida e observação de mulheres presas em decorrência do tráfico de drogas. Este estudo pautou-se na prerrogativa de que o tráfico de drogas se organiza e se estrutura como atividade de trabalho passando a representar possibilidade de inserção laboral também para as mulheres ainda que de maneira informal e ilegal. O comércio varejista de drogas como espaço hegemonicamente masculino abre as portas de suas “firmas” para a entrada das mulheres que passam a participar da meticulosa forma de economia marginal e geração de renda oferecida pela indústria das drogas. Nesse sentido, o tráfico de drogas é analisado nesse estudo a partir das questões conjunturais e estruturais evidenciando que a crescente participação das mulheres no negócio das drogas está na maioria das vezes alicerçada em profundas desigualdades sociais, que não podem ser dissociadas da globalização da economia e das crescentes precarizações do mundo do trabalho. Atualmente o tráfico de drogas é a atividade que mais encaminha as mulheres para o aprisionamento e as bases de entendimento continuam obscuras e invisibilizadas. Características de gênero atreladas às representações acerca da mulher criminosa contribuem para a inevitável atribuição da entrada e permanência das mulheres nessa atividade com a presença masculina o que contribui para a vitimização das mulheres. Pretendeu-se por meio desse estudo desnaturalizar a habitual vinculação de menos valia das mulheres no mundo do crime, reconhecendo-as como sujeitos ativos e protagonistas, com possibilidades de autonomia em suas escolhas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the work activity of women in drug trafficking as well as the senses of work and psychosocial impacts involved in adhering to this activity. The field research was conducted at the Association for the Protection and Assistance Condemned (APAC) female located in Itaúna with life history collection and observation of women prisoners as a result of drug trafficking. This study-guided in the prerogative that drug trafficking is organized and structure as work activity now represents possibility of labor insertion also for women albeit informal and illegal way. Retail trade in drugs as hegemonic masculine space opens the doors of their "firms" for the entry of women who come to participate in the precise form of marginal economy and income generation provided by the drug industry. In this sense, the drug trade is analyzed in this study based on cyclical and structural issues that demonstrate the growing participation of women in the drug business is most often rooted in deep social inequalities, which can not be separated from economic globalization and precarizações the growing world of work. Currently drug trafficking is the activity that more women forward for the imprisonment and understanding bases remain obscure and made invisible. Features gender linked to representations of criminal woman contribute to the inevitable allocation of entry and permanence of women in this activity with the male presence which contributes to the victimization of women. It was intended through this study denaturalize the usual binding recognizing women in active subjects and protagonists, with possibilities of autonomy in their choices.

LISTA DE SIGLAS

APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

BH – Belo Horizonte

CSS – Conselho de Sinceridade e Solidariedade

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

FBAC- Fraternidade Brasileira de Assistência ao Condenado

LABTRAB – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia do Trabalho

LEP- Lei de Execução Penal

ONU- Organização das Nações Unidas

SPM – Secretaria de Políticas para as mulheres

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	PERCURSO INVESTIGATIVO: UM DEVIR METODOLÓGICO.....	17
2.1	Fundamentos do Método de História de Vida.....	21
2.1.2	O Recolhimento da História de Vida: passado no presente.....	24
2.2	Aporte teórico.....	30
2.3	De Belo Horizonte à Itaúna: muitas histórias.....	32
2.4	Implicação: motor da pesquisa.....	40
2.5	Análise.....	42
3	APAC- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO: PODE UMA PRISÃO SER HUMANIZADA?	45
3.1	Breve relato histórico da APAC	47
3.2	APAC masculina de Itaúna: referência internacional	49
3.3	APAC feminina de Itaúna	51
3.4	Estrutura organizacional: Atores prisionais e o Método APAC	54
3.5	Pode alguma prisão ser humanizada? Dilemas e contradições de uma instituição total	69
4	HISTÓRIA DE VIDA DE MÁRCIA: “A CIRCUNSTÂNCIA DA VIDA FOI ME LEVANDO PRO TRÁFICO, FOI O QUE ME RESTOU DE OPÇÃO”.....	73
4.1	“Então vamos começar pela minha meninice”.....	78
4.2	“Eu tive uma adolescência muito bagunçada”.....	81
4.3	“ A casa caiu pra mim”	83
4.4	“Olha eu no tráfico de novo”	90
4.5	“Aí Márcia, a casa caiu de novo”	96
4.6	“E depois, o que vou fazer”?	102

5	A (RE)CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE A MULHER E CRIME: A EMERGÊNCIA DE UMA CRIMINOLOGIA FEMINISTA	103
5.1	As herdeiras das fogueiras inquisitoriais.....	103
5.2	As mulheres e o poder punitivo.....	110
5.3	Tecendo uma criminologia feminista.....	116
5.3.1	As lutas feministas frente ao discurso punitivo.....	118
5.3.2	Um olhar da criminologia feminista à criminalidade feminina.....	123
6	MULHERES TRABALHADORAS DO TRÁFICO DE DROGAS: SUBALTERNIDADE E SUBSISTÊNCIA.....	127
6.1	O tráfico de drogas também é feminino? É sim senhora!.....	127
6.2	Do proibicionismo ao encarceramento em massa: o alcance da legislação.....	132
6.3	Tráfico de drogas e inclusão no sistema produtivo: trabalho e marginalidade econômica.....	136
6.4	Trabalhadoras do tráfico de drogas: fortalecendo as firmas.....	145
6.4.1	Cotidiano feminino no tráfico de drogas: o que pode a subalterna?.....	152
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	168

1 Introdução

Quando nasci um anjo esbelto,
 desses que tocam trombeta, anunciou:
 vai carregar bandeira.
 Cargo muito pesado pra mulher,
 esta espécie ainda envergonhada.
 Aceito os subterfúgios que me cabem,
 sem precisar mentir.
 Não sou tão feia que não possa casar,
 acho o Rio de Janeiro uma beleza e
 ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
 Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
 Inauguro linhagens, fundo reinos
 - dor não é amargura.
 Minha tristeza não tem pedigree,
 já a minha vontade de alegria,
 sua raiz vai ao meu mil avô.
 Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
 Mulher é desdobrável. Eu sou.
 Com licença poética, Adélia Prado.

“Eu gosto do meu nome. Pra mim representa uma coisa forte e eu sempre gostei do meu nome por isso”. A afirmação de Márcia foi ensejada em um momento de reflexões e trocas coletivas com outras presas. Por decisão própria, afirmou querer ter o nome revelado na pesquisa, não se sentia confortável em ter um pseudônimo ilustrando a história de sua vida: “eu tenho que segurar a bronca toda de ser eu mesma, com isso acabei ficando famosa, e é bom porque daí né, que eu fiquei muito conhecida, fiz sucesso”. O desejo de ter o nome revelado na pesquisa não pôde ser realizado, por questões éticas, pela proteção de sua imagem e de sua vida. A história no anonimato representa um traço singular inscrito na construção do entendimento do coletivo; a história de Márcia se atualiza na história de muitas outras mulheres.

Ela é a protagonista que dá vida a essa pesquisa; é dela a história de vida coletada durante o ano em que visitei semanalmente a APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, na cidade de Itaúna, Minas Gerais. Itaúna é uma pequena

cidade de mineradores e está localizada a 86 km da capital mineira, Belo Horizonte. Nela estão inseridas duas unidades prisionais APACs, masculina e feminina. Tais unidades se apresentam como o inverso das prisões convencionais brasileiras; possuem o objetivo de recuperar homens e mulheres que estão com a liberdade privada por meio de uma proposta de humanização e de um método próprio formulado para este fim.

Márcia é uma das trinta e seis mulheres encarceradas na APAC de Itaúna e uma das trinta e quatro presas em decorrência do tráfico de drogas. Esses números não compõem apenas a realidade na APAC, mas em todo o cenário prisional brasileiro no qual as mulheres estão representadas em números alarmantes. Em 2014 segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, estes números chegaram a 72% do universo das presas. Este dado é extremamente preocupando quando consideramos a nova política de drogas, Lei nº 11343, promulgada em 2006, que não distingue a quantidade de drogas para enquadrar uma pessoa como traficante. Nessa realidade, usuárias e dependentes de drogas são presas, pequenas traficantes são condenadas como traficantes de alto escalão e dessa forma seguem engrossando os números do sistema prisional.

O negócio das drogas constitui-se como o segundo mais rentável do mundo e apresenta características de permanência e consolidação à vida paralela ao mercado formal de trabalho. As relações econômicas e de poder que se estabelecem nessa atividade seduzem homens e mulheres e proporciona acesso ao mercado de consumo do qual não usufruiriam da mesma forma que se estivessem no mercado formal. Possibilita assim a estas pessoas ascensão social, fama, status e principalmente o poder.

O comércio da droga abriu nos últimos anos espaço para inserção laboral das mulheres criando-lhes novas oportunidades econômicas e sociais, mesmo ultrapassando os limites da legalidade. Espaço até então hegemonicamente masculino, abre-se para as mulheres como possibilidade de aferição de renda absorvendo a mão de obra feminina principalmente das classes populares; conduzindo dessa forma, alto percentual de mulheres pobres à prisão.

A história de vida de Márcia faz ressonância ao exposto acima e sinaliza como dimensões políticas, econômicas, sociais e afetivas se articulam criando uma sociabilidade fomentadora da criminalidade. Ela aponta para as contradições de uma sociedade marcada pela desigualdade social e pelas reduzidas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho para uma grande parcela da sociedade. Sobretudo nos indica a necessidade de ajustar as lentes de análise para melhor compreender a vida real desses e dessas trabalhadoras do tráfico.

O trabalho no tráfico de drogas ainda impõe uma série de desafios e desigualdades para as mulheres. Por atuarem em posições subsidiárias, sendo rara a posição de comando e chefia na estrutura organizacional do tráfico, a inserção das mulheres se dá prioritariamente no tráfico varejista, responsável pela circulação da droga no território. Como um caleidoscópio social, reflete as facetas das discriminações femininas no mundo do trabalho formal, reproduzindo e reativando as marcas da opressão advinda da divisão sexual do trabalho e dos estereótipos de gênero atrelados às mulheres.

Diante dessa realidade interrogo os sentidos do trabalho para as mulheres no tráfico de drogas, além de buscar compreender como se dá a organização de seu trabalho nessa atividade e os impactos psicossociais envolvidos. Cabe destacar que há uma invisibilidade persistente quando o assunto engloba as mulheres como autoras de delitos; a maioria dos estudos acadêmicos ainda se vincula à representação das mulheres enquanto vítimas.

Esta pesquisa reflete minha trajetória militante nos campos do feminismo e dos direitos humanos e expressa o ajuste de lentes para uma mirada feminista no trabalho do tráfico. O feminismo busca situar a opressão da mulher no centro de suas formulações, oferecendo “um estatuto teórico equivalente ao da exploração de classe, pois o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social. (Sorj, 1992, p. 16).

Essa escolha conduz à aceção de que a abordagem de gênero é necessária para o sucesso da luta emancipatória das mulheres, seja no campo da ciência ou no campo político. Nesse sentido, o conceito de gênero utilizado no estudo é compreendido como efeito discursivo fabricado por práticas reguladoras que se repetem e interpelam os corpos. Ressalta-se que as discussões de gênero não se inserem no campo do sexo biológico, mas resultam de uma construção social; as qualidades atribuídas aos sexos são instrumentos simbólicos das relações de poder distribuídos entre homens e mulheres.

Hissa (2013) propõe que através da pesquisa busquemos o rompimento de nossas ignorâncias e sugere que para isso precisemos de um tempo para amadurecimento das idéias, para permitir que a travessia aconteça. O tempo da escrita é o espaço-tempo de pensar, o momento de bordar compreensões, de costurar entendimentos, de articular saberes produzidos no campo com os sujeitos envolvidos e com suas histórias. Saberes constituídos através das histórias nas “entre-falhas da linha vida” como parafrazeou Carvalho (2014) através dos poemas de Conceição Evaristo.

Assim, no capítulo 2 apresento as premissas metodológicas que guiaram esse estudo, o percurso investigativo como um *devoir* a ser empreendido em campo, no contato

com os sujeitos. Abarco nesse capítulo os desconfortos e indagações que conduziram às perguntas iniciais além das inquietações pessoais, acadêmicas e militantes implicadas no processo de compor essa pesquisa. Também situo o método de História de Vida como dispositivo utilizado para a realização do estudo, apresentando ao leitor as principais contribuições e desafios nessa empreitada, bem como as perspectivas teóricas e de análise que serviram de aporte.

No capítulo 3 discorro sobre a APAC como locus de realização da pesquisa, apresentando uma síntese de sua história, sua estrutura organizacional, seu método e os atores envolvidos. Traz uma problematização dos postulados normativos da APAC, bem como a validade e eficiência de seu método. Apresentamos, dessa forma, uma indagação aos discursos apaqueanos, bem como a manutenção das prisões ainda que postuladas como humanizadoras. A pesquisa interroga a APAC frente a este conceito e lança o seguinte questionamento: pode alguma prisão ser humanizada?

No capítulo 4 apresento a história de vida de Márcia, presa na APAC feminina de Itaúna e que houvera sido uma trabalhadora do tráfico de drogas. A história de Márcia enfatiza as poucas alternativas oferecidas a uma grande parcela da sociedade que encontra nas atividades informais e ilegais uma possibilidade de inclusão. A história de Márcia nos remete a diferentes perspectivas de análise que abarcam desde as sociabilidades vulnerabilizadas, o reconhecimento, status, acesso ao consumo e, sobretudo, a possibilidade de pertença oferecida pelo tráfico e as novas fronteiras de atuação feminina nessa atividade.

No capítulo 5 proponho uma retomada histórica dos padrões e discursos socialmente construídos para fomentar a criação de uma criminalidade feminina fortemente amparada pelos interesses patriarcais e positivistas. Ao identificar as opressões e violências vivenciadas pelas mulheres desde a criação de normas de comportamentos às práticas punitivas empregadas que passaram pelas fogueiras, casas de recuperação religiosas até os escombros dos cárceres. Diante desse cenário, este capítulo apresenta as diversas lutas travadas pelos movimentos feministas para a reversão da invisibilidade das discussões de gênero no direito penal. Discuto a possibilidade de (des) construção dos discursos sobre a mulher e o crime, a partir do reconhecimento da Criminologia Feminista como importante aporte teórico para compreensão da categoria mulheres no mundo do crime e no tráfico de drogas.

O capítulo 6 trata de situar o trabalho das mulheres no tráfico de drogas. A partir da prerrogativa que inclui o tráfico de drogas como categoria de trabalho, o capítulo

apresenta as faces da inserção feminina nessa atividade, permeadas por desigualdades, noções de menor valia social e vinculações a estereótipos de gênero que inferiorizam as mulheres. O capítulo apresenta as condições estruturais do mundo do trabalho contemporâneo como importante fomentador das vinculações a trabalhos informais e ilegais, sobretudo para as mulheres.

Por fim, no capítulo 7, busco articular a discussão incitada ao longo de todo o estudo. Apresento as facetas das desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres por estarem na base hierárquica da atividade, mas afirmo que mesmo frente às opressões, existem parcelas de protagonismo e resistência. À guisa de reflexões finais, o capítulo questiona a eficiência das práticas punitivas realizadas em ambientes prisionais, demonstrando os impactos psicossociais advindos do encarceramento. Propõe-se, o tão almejado fim das prisões, a partir de práticas que sustentem o exercício pleno da cidadania na liberdade.

No caminho entre Belo Horizonte e Itaúna, as indagações se tornaram uma constante, minha cabeça fervilhava de interrogações, meu corpo varado de angústias, e nunca, mesmo a cabo e ao final desse processo, encontrei posição de repouso. O que o leitor encontrará nesse estudo reflete um processo vivo de experimentações em um campo denso e infértil, mas que proporcionou o constante exercício do pensar. Márcia queria ter o nome inscrito na pesquisa, quis pertencer, ser reconhecida. Essa pesquisa também é dela, para ela e para todas as mulheres invisíveis!

2 PERCURSO INVESTIGATIVO: UM DEVIR METODOLÓGICO

O trabalho intelectual, uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizaria e libertaria suas mentes.
Bell Hooks (1995, p. 56)

A pesquisa sobre o trabalho das mulheres no tráfico de drogas exigiu uma contínua reflexão sobre como apreender uma realidade tão complexa e ambígua e traduzir em palavras o concreto do vivido e apreendido em campo com os sujeitos. A pesquisa interroga os sentidos do trabalho para as mulheres que participam da atividade do tráfico e procura compreender como se dá a organização do trabalho nesse mercado de drogas ilícitas. Nesse capítulo abordo a experiência do trabalho de campo realizado em uma prisão feminina na cidade de Itaúna, Minas Gerais, apresentando o arcabouço teórico e as premissas metodológicas que guiaram a inserção e o desenvolvimento da pesquisa nesse terreno.

Os desconfortos acerca da realidade prisional se fizeram ecoar quando ainda ensaiava os primeiros passos como pesquisadora; este submundo com suas facetas discriminatórias e excludentes tocou-me quando ainda era graduanda na Universidade. Muitas perguntas foram crescendo, pesquisas desembocavam em perguntas, perguntas desembocavam em outras pesquisas e apesar de compreender as deficiências do sistema prisional, a realidade feminina nesse cenário opressor e desumano despontou de forma mais intensa.

Creio haver vivenciado as opressões e discriminações contra a mulher ainda quando criança, rebelando-me contra as que me atingiam. Entretanto, até me tornar adulta, os acontecimentos e fatos de minha vida fizeram-me experimentar essas violências de forma contundente e muitas vezes não encontrava formas de combatê-las, na maioria das vezes por aceitar o *status quo*. Mais tarde, o encontro com a Psicologia Social e o Movimento Feminista forneceu-me um arsenal de instrumentos não apenas de conhecimento, mas de combate dessas injustiças e o sistema prisional constitui um campo

profícuo de luta, haja vista a situação desumana e de descaso do Estado a que estão submetidas as pessoas privadas de liberdade.

Por ocasião da coleta de dados para uma pesquisa¹, realizamos um grupo focal com mulheres presas na região metropolitana de Belo Horizonte e as perguntas versavam sobre o cotidiano na prisão e sobre as perspectivas daquelas mulheres para o futuro. Um bloco de perguntas norteadoras referia-se ao mundo do trabalho e uma pergunta respondida por essas mulheres, em coro, ganhou eco e reverberou no caminho para uma pesquisa de mestrado. A pergunta em questão indagava se essas mulheres haviam trabalhado anteriormente e em que haviam trabalhado. Ao ser anunciada, as mulheres responderam em coro: “Sim, no tráfico”. A princípio a resposta coletiva causou grande estranhamento, entretanto, serviu de gatilho para problematizações e questionamentos acerca do entendimento do tráfico como categoria trabalho. Diante desse questionamento, surgiram as seguintes indagações: como as mulheres desenvolvem as atividades no tráfico de drogas? Como ele é organizado? Qual o sentido do trabalho no tráfico de drogas para as mulheres? Quais são os impactos psicossociais dessa atividade de trabalho informal e ilegal?

Essas indagações levam necessariamente à problematização sobre o entendimento do tráfico de drogas como atividade de trabalho, do ponto de vista teórico e conceitual. Tal pensamento é compartilhado por outros autores que anunciaram essa realidade em seus estudos, tais como Feffermann, 2006; Faria, 2009; Graner-Araújo, 2009; Amaral, 2014. Wacquant (2001) afirma que o mercado paralelo ao qual está situado o tráfico de drogas, inclui de modo marginal e violento os trabalhadores dessa atividade, gerando uma economia subterrânea. Faria (2009), explicita que o tráfico de drogas, embora considerado uma atividade de trabalho ilegal e informal é uma opção entre escolhas escassas. É assim possível compreender, baseado nesses autores, que o tráfico de drogas torna-se via de acesso ao mercado de trabalho ainda que de maneira marginal.

Ir à busca de pistas que forneçam entendimentos acerca do vivido de sujeitos concretos anuncia a necessidade do contato, da convivência e de uma postura que respeite a compreensão da problemática a partir de quem a vive. Nessa premissa, o aporte teórico/metodológico da Psicossociologia apontou o recolhimento de histórias de vida

¹ Gonçalves, Betânia Diniz. Mulheres em situação de privação de liberdade: vida na prisão e perspectivas futuras. 2010 Relatório Final de Pesquisa, apresentado ao FIP PUCMINAS/2010 e a Subsecretaria de Administração Prisional do Estado de Minas Gerais - SUAPI/Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

como caminho para me aproximar da realidade dessas mulheres que, aliado à postura feminista, evidenciavam a necessidade de imersão em campo a fim de compreender e interrogar as mulheres envolvidas com o tráfico a partir de suas experiências. Tornou-se assim imprescindível conviver com elas e estreitar laços para, em uma relação de proximidade e confiança desenvolver a pesquisa considerando os limites éticos, políticos e frágeis do contexto a que estão submetidas. É um grande desafio para a realização desse tipo de estudo o que, acreditamos, anuncia e justifica em parte os poucos trabalhos acerca dessa realidade, principalmente no que tange às mulheres.

As possibilidades de inserção em campo versavam sobre as cadeias, local em que as trabalhadoras do tráfico estão mais representadas numericamente e/ou também no próprio local onde acontecem mais frequentemente as atividades de vendas de drogas as chamadas “bocas de fumo” ou “biqueiras”.

No entanto, as dificuldades e barreiras encontradas no sistema prisional convencional de Belo Horizonte e da Região Metropolitana se apresentaram como um grande dificultador para a realização desse estudo. As dificuldades derivaram da negativa da direção destes estabelecimentos em autorizar a gravação das conversas com as presas dentro das unidades e de manter contatos semanais, atividades necessárias para a realização da pesquisa na perspectiva psicossociológica. A opção por encontrar as mulheres traficantes em seus locais de trabalho, como por exemplo, nas ruas, mostrou-se inviável em decorrência dos riscos e fragilidades em torno dessa decisão. Ainda assim, houve a tentativa de encontrar mulheres egressas do sistema prisional ou nas próprias “bocas”, entretanto, todas as tentativas foram frustradas.

Diante desse quadro, vislumbrou-se a possibilidade de realizar o trabalho de campo em uma unidade feminina APAC, na cidade de Itaúna, Minas Gerais. A inserção e familiaridade que nosso grupo de pesquisa tem com o sistema de APACs, mais especificamente com a APAC masculina de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde trabalhos entre a Universidade e a instituição já são realizados facilitou nossos contatos em Itaúna. Na primeira visita à unidade foram esclarecidas as premissas para a realização do trabalho e foi concedida pela direção da instituição autorização para início das atividades.

A abertura oferecida pela direção da APAC feminina contribuiu sobremaneira para a realização desse estudo, pois para a construção de uma pesquisa biográfica, especificamente para trabalhar com o método de história de vida, o contato constante com os sujeitos é algo imprescindível sem o qual o estudo não consegue se viabilizar. A intimidade e a confiança necessárias para o aprofundamento das narrativas e da apreensão

das experiências vividas não podem ser forçadas. Bacelar (2014, p. 10) nos indica que a procura pelo “entendimento do entendimento” próprio das ciências humanas e sociais traz como elemento fundante a necessária aproximação e contato com o horizonte simbólico dos sujeitos da pesquisa.

A história de vida, por ser um dos dispositivos metodológicos utilizados pela Psicossociologia (entre outras disciplinas) ganhou centralidade nesse estudo devido à possibilidade que contém de conhecer o social na singularidade da história do sujeito, como será apresentado abaixo.

Para tal, em sua busca pelo desconhecido, exige uma postura despojada de julgamentos e comprometida com a narrativa do outro. Necessário se fez desfazer das fórmulas, receitas e manuais de metodologia para ir ao encontro das mulheres e suas experiências como trabalhadoras no tráfico de drogas. Pelo tempo de duração da pesquisa, apenas uma história de vida foi recolhida, entretanto, as vivências cotidianas na APAC possibilitaram observações e interação com outras mulheres presas cujos depoimentos (registrados em diário de campo) se mostraram muito ricos para ampliar a compreensão do “trabalho real” no tráfico de drogas varejista. No campo, eu interrogava aquilo que observava, registrava as narrativas e buscava formar entendimentos que atribuíssem significado a essa atividade.

Hissa (2013) incentiva o pensamento da pesquisa como um dialógico exercício de arte, de criação e de invenção ainda que esta postura contrarie as convencionais e conservadoras bases da ciência moderna. Essa postura se aproxima da “invencionática”, termo cunhado pelo poeta Manuel de Barros (1997, p. 25) que dizia também que as coisas que não existem são mais bonitas. Também é do poeta o pensamento transgressor: “desfazer o normal, há de ser uma norma. (...) eu queria só descobrir e não descrever. O imprevisto fosse mais atraente que o déjà visto”.

A ida a campo foi marcada pela falta de uma hipótese pré estabelecida; a intenção era tocar e ser tocada por ele, experimentar, sentir, afetar e ser afetada para que por meio dessa postura fosse possível construir relações de alteridade e não obstante de estranhamentos. As proposições incitadas por Lima (2010) serviram de aporte para esse desafio de aprender enquanto se caminha, de deixar que as singularidades do campo indicassem uma direção e não o contrário. Ela nos ensina que as questões orientadoras das pesquisas baseadas em hipóteses, em instrumentos e procedimentos de coleta de dados, são geralmente pressupostos arbitrários que se impõem ao que se pretende conhecer. Nesse sentido, ao invés de criarmos condições de produção de conhecimento estaríamos

impedindo essa construção, a partir desse entendimento, a premissa foi ir a campo aberta ao novo, ao inusitado e às possíveis experimentações.

O método de História de Vida traz outra importante contribuição que motivou a escolha por este dispositivo que é a possibilidade de interação genuína entre pesquisador e pesquisado e sua valorização. De acordo com Takeuti e Niewiadomski (2009) a abordagem biográfica tem proporcionado um remanejamento profundo das relações intersubjetivas das pessoas envolvidas no processo de trocas e narração, contribuindo para a modificação das relações de poder presentes em uma pesquisa. Isso ocorre substancialmente pela forma de contato com o sujeito, sem roteiros pré estabelecidos, especulações ou interferências do pesquisador; o narrador se sente a vontade para lançar mão de suas memórias e acessar as experiências vividas em sua situação real de vida, proporcionado um processo dialético de construção de sua própria identidade.

Sendo assim, a pesquisa proporcionou um caminhar na direção do encontro com o humano, na emergência de um “devir metodológico”, fruto das mudanças e transformações a que passam as coisas que ainda não são, mas que virão a ser, tal qual postulava os antigos filósofos gregos Heráclito de Efeso e Platão. Para estes, nada no mundo é permanente ou extático, ao contrário estão sempre em mutação e transformação, tal qual uma metodologia que se permita criada e reinventada mediante o encontro com o outro que produz afetamentos e desestabiliza o estável. Minhas viagens à Itaúna se fizeram nesses encontros, entre experiência e reflexão, entre o vivido de sujeitos concretos e as expectativas do que viria a ser esse processo. (Bacelar, 2014)

2.1 Fundamentos do Método de História de Vida

É importante esboçar os postulados basilares da do método de História de Vida, abarcando seus aportes epistemológicos. Enriquez (2009) alude que contar histórias é tão antigo quanto o mundo, desde que os homens foram dotados da capacidade de linguagem permitindo-lhes se comunicar e se expressar os homens narram histórias. Entretanto, para os antigos gregos apenas histórias de seres excepcionais tiveram destaque e importância e provocavam admiração e fascínio sobre os leitores. Entretanto, os heróis e fascinantes seres descritos nas histórias pouco a pouco ficaram mais reais e mais próximos do cotidiano comum de todos os homens. Com o advento do cartesianismo todos os

indivíduos passaram a pensar e a agir de forma individual e suas histórias ganham instigantes cenas de romance mesmo que estes sujeitos estivessem no anonimato.

Enriquez (2009) salienta que a passagem das histórias das criaturas míticas, heróicas e importantes para as histórias de sujeitos reais, ditas pelo autor como “pequenas pessoas” (p.9) é o que marca uma nova reviravolta nas histórias de vida e possibilita também a compreensão da história de cada sujeito como o reflexo da vida social e da história coletiva. Tem-se a partir daí um profícuo interesse e produção em torno das biografias.

No decorrer do tempo, muitas pesquisas foram produzidas a partir dos métodos biográficos e diferentes abordagens e disciplinas se apropriaram deles para fomentarem seus estudos. Barros e Lopes (2014) esclarecem que o ponto em comum entre essas abordagens refere-se ao núcleo central da metodologia: a dimensão do contar e do narrar. Segundo as autoras, as abordagens biográficas, incluindo o recolhimento da história de vida, são herdeiras da tradição da Escola de Chicago.

Nas décadas de 20 e 30 esta escola dominou os aportes científicos com métodos inovadores para as ciências sociais, privilegiando as abordagens qualitativas em detrimento das quantitativas. Alain Coulon (1995) elucida que muitos pesquisadores entrelaçavam o cruzamento das duas abordagens, mas ainda assim, privilegiavam as fontes primárias, as biográficas e os trabalhos de campo. Esse advento se deu principalmente devido à preocupação com os problemas sociais da época, derivados do intenso processo de imigração que, acreditava-se, aumentou os índices de delinquência e criminalidade na região.

Uma clássica utilização da história de vida em um trabalho dessa escola foi realizada entre 1918 e 1920 por William Thomas e Florian Znaniecki : *The polish peasant in Europe and America: monograph of an immigrant groupe*. Também na Escola de Chicago, Clifford Shaw realizou pelo método de história de vida a pesquisa *The Jack-Roller: a delinquent boy's own story* em 1930. De acordo com Campos (2004) outros autores herdaram essa tradição dentre os quais , Oscar Lewis em 1963, Maurizio Catane e Suzane Maze e 1982 e Adelaide Blasquez em 1976. No Brasil Ecléa Bosi escreve em 1979 a obra “Memória e Sociedade: Lembrança de velhos”, referência para os estudos biográficos assim como a obra de Michel Le Ven (1998) “Dazinho, um cristão nas minas”. Campos (2004)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial as pesquisas com tratamentos numéricos, ditas quantitativas ganham força e tornam-se dominantes, de acordo com Barros e Lopes

(2014) a retomada das pesquisas qualitativas com recolhimento de histórias de vida acontece a partir da década de 70 através dos trabalhos de Daniel Bertaux na França e Franco Ferraroti na Itália. Este último, trabalhou em seu livro “Histoire et Histoires de vie: La méthode biographique dans les sciences sociales” diversas questões que abordam o método de história de vida e suas aplicações nas ciências humanas.

Para este autor, a preocupação central deve ser a narrativa do sujeito e como esta deve ser escutada, entendida e posteriormente analisada. Esta perspectiva se apresenta como uma inversão nos métodos clássicos da ciência, pois atribui à subjetividade um dado privilegiado. O autor enfatiza, entretanto, que este procedimento precisa produzir um saber crítico e constante engajamento do pesquisador além de situar o contexto relacional ao qual a pessoa está inserida, a fim de fugir do viés psicologizante. De acordo com Campos (2004), o método de história de vida propicia uma dialética dos saberes construídos entre pesquisador e pesquisado devendo operar a partir disso um processo de mudança.

Na década de 70 na França, um grupo composto por Vincent de Gaulejac, Jean Fraise e Michel Bonnet criam os Groupes d’Implication et de Recherche fundado no campo da sociologia clínica, inspirado em correntes teóricas das ciências humanas principalmente a sociologia, a psicossociologia, a psicanálise e a fenomenologia. Os seminários desse grupo trabalham as articulações entre a trajetória dos participantes e o romance familiar, incorporando o trabalho sobre as histórias pessoais como elemento central de análise. Barros e Lopes (2014)

Takeuti e Niewiadomski (2009) ressaltam que a trajetória do uso biográfico no Brasil mais especificamente nos meios acadêmicos enfrentou grandes dificuldades e desafios em torno de sua validação. Os autores relatam as dificuldades enfrentadas por instituições em torno do uso da História Oral desde a década de 70 quando se deu a constituição do Centro de Pesquisa e Documentação da fundação Getúlio Vargas. Havia suspeição e desqualificação do método por ser considerado altamente subjetivo.

A partir da década de 90, o uso da História Oral tem uma impulsão que sobressai dos campos da historiografia e passa a ser vislumbrada como campo de trabalho em diversas áreas do conhecimento por inspirações diversas. Os autores citam como exemplo, desde o início dessa década o desenvolvimento da abordagem de História de Vida em Formação que reuniu diversos pesquisadores do campo da educação. Ainda como exemplo, citam a criação de associações que se mantêm em relação com diversas associações no mundo inteiro como a Associação Internacional de História de Vida em Formação. (Takeuti e Niewiadomski, 2009)

Os autores relatam, entretanto, que as abordagens de História de Vida no Brasil com vinculações sociológicas são recentes e ainda se constituem campos a serem explorados e difundidos. Em diversos países da Europa esta perspectiva está bem consolidada e procura tomar o sujeito ou grupo (que narra sua história) como elemento central no dispositivo de pesquisa.

Apesar de recente, Takeuti e Niewiadomski (2009) afirmam que as abordagens em história de vida com viés sociológico têm movimentado diversos pesquisadores brasileiros que reagem com receptividade à abordagem. De acordo com os autores o processo social-histórico brasileiro e adiante o processo de redemocratização marcado por ambigüidades e contradições abrem demandas e problemas que implicam em situações sociais adversas e tensas “e que vêm interpelar pesquisadores sociais diversos num trabalho cuja natureza extrapola a simples análise dos aspectos macroestruturais”. (79)

Para estes autores a constante exigência das camadas populares e periféricas da sociedade brasileira por participação e inclusão política (a maioria vivendo em condição de subcidadania) aumentou a demanda por intervenções que alcançam um nível micro estrutural, intervenções alternativas e que ensejam profundas transformações e a passagem dos indivíduos para sujeitos ou atores sociais. Para os autores as intervenções que partem dos relatos biográficos podem proporcionar aos sujeitos um remanejamento profundo das relações sociais desde que suas histórias sejam colocadas no centro do processo de intervenção, proporcionando engajamento social a sujeitos e grupos.

2.1.2 O Recolhimento da História de Vida: passado no presente

Levar em consideração a história de vida dos sujeitos deve ser uma premissa básica para o entendimento sobre a subjetividade e principalmente sobre a ponte entre o individual e o coletivo. Faz-se necessário considerar como ponto de partida, a interdependência entre individual (psique ou subjetividade) e o social (objetividade e coletividade) para pensar a constituição identitária dos sujeitos. Essa polaridade não deve ser vista como pontos extremos, mas constituições complexas, simultâneas e sistêmicas e junto a essa complexidade o ponto histórico. Somos sujeitos constituídos na e pela história, tanto a individual e a coletiva que se interpenetram simultaneamente.

O homem singular é um ser social, uma” síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1983). Em outras palavras: é uma síntese complexa em que a universalidade se concretiza histórica e socialmente, através da atividade humana que é uma atividade social – o trabalho –, nas diversas singularidades, formando aquela essência. Sendo assim, tal essência humana é um produto histórico-social e, portanto, não biológico e que, por isso, precisa ser vida em sociedade. É portanto, nesse vir-aser social e histórico que é criado o humano no homem singular. Como se pode depreender daí, a relação dialética singular-particular-universal é fundamental e, enquanto tal, indispensável para que se possa compreender essa complexidade da universalidade que se concretiza na singularidade, numa dinâmica multifacetada, através das mediações social – a particularidade. (Oliveira, 2005, p.26)

Demasiada atenção às histórias pessoais e coletivas para a constituição do sujeito e da sociedade além da dialética que tal formulação histórica postula encontra uma ressonância propícia pela via do método de História de Vida. Tal método propõe a escuta comprometida da história do sujeito, valorizando a sua narrativa e possibilitando dessa forma a compreensão da vida social a partir de quem a vive, dando espaço para que o sujeito esteja no centro de sua história.

A pesquisa em pauta se deu a partir dessas premissas e baseada nessa prerrogativa fui a campo com a pretensão de deixá-lo me indicar a “protagonista” da pesquisa, deixando a escolha emergir de maneira natural. Apesar de ter construído um ótimo relacionamento com a maioria das presas, Márcia foi quem mais se aproximou de mim e pude perceber quando se instaurou o processo de transferência, mecanismo indispensável para a efetividade do processo de recolhimento das histórias de vida. De forma natural, lancei-lhe o convite: quer contar-me sua história? Com a proximidade e o estabelecimento da relação transferencial tão importante para o recolhimento das histórias de vida, iniciou-se o processo.

Cabe destacar que se torna imprescindível a preparação para lidar com a relação transferencial, de modo a manejá-la de forma correta ajudando o sujeito a rememorar a sua história de vida. A relação transferencial engendra mecanismos inconscientes que facilitam o recolhimento das histórias de vida, por apresentar repetições, fornece uma condição muito favorável. Segundo Freud “a partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das

lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada”. (Freud, 1914, p. 193).

No início do recolhimento da história de Márcia era perceptível que havia um enredo pronto e muitas vezes ela relatava a mesma história sobre sua vida de forma resumida e rápida e se demorava nos fatos atuais, nas arbitrariedades da APAC e na dificuldade de vislumbrar o futuro. Diante de um novo cenário em que descortinava suas memórias traumáticas de infância e adolescência pude perceber que a tentativa anterior era resistir aos pormenores de sua história, foi necessária a superação da resistência com a definitiva instauração da transferência. Foi extremamente importante trabalhar a transferência e possibilitar que ela saísse da repetição de sua história resumida. Como disse Freud (1914) o recordar e re-significar acontece através da transferência engendrada por meio da relação com o interlocutor.

Tal como acontece nos sonhos, o paciente encara os produtos do despertar de seus impulsos inconscientes como contemporâneos e reais; procura colocar suas paixões em ação sem leva em conta a situação real. O médico tenta compeli-lo a ajustar esses impulsos emocionais ao nexo do tratamento e da história de sua vida, a submetê-los à consideração intelectual e a compreendê-los à luz de seu valor psíquico. Esta luta entre o médico e o paciente, entre o intelecto e a vida instintual, entre a compreensão e a procura da ação, é travada, quase exclusivamente, nos fenômenos da transferência.” (p. 143)

Evidentemente o intuito da pesquisa não era promover um atendimento analítico ou psicoterápico, embora as narrativas tenham efeitos terapêuticos. A respeito disso, Enriquez (2009, p.9) alude que: “esse trabalho busca o avanço e a transformação. Há efeitos quase terapêuticos mesmo quando não se trata de uma terapia”. Ainda em relação à transferência, Freud (1914) afirma que a relação transferencial não é exclusiva dos tratamentos psicanalíticos e sim inerente em qualquer relação humana. De acordo com Faria (2009) o recolhimento das histórias de vida apresenta essa mesma lógica de entendimento freudiano “a rememoração de fatos, a repetição e per laboração dos mesmos, principalmente por se tratar de um método que pede ao sujeito que conte sua história, colocando o pesquisador na posição de ouvinte”. (p.38) Ainda de acordo com a autora, ao narrar sua história, “é proporcionado ao sujeito reconstruir sua trajetória, expressando sentimentos, emoções, ilusões e ideologias”.

Enriquez (2009, p.9) nos ensina que “contar-se significa ir ao encontro de seu foro íntimo, analisar suas motivações e suas ações, realizar certa coerência no fluxo desordenado da vida. Descobrir o/os sentidos de suas escolhas, de seus investimentos, de seus medos e de seus desgostos, efetuar um trabalho de reflexividade”. A cada novo encontro Márcia se mostrava mais reflexiva, relatava que passava os dias anteriores pensando no que dizer no próximo encontro e nas lembranças que havia rememorado. Em uma de suas falas os ensinamentos de Enriquez (2001) ganham ainda mais sentido: “eu to pensando muito, eu tô te contando coisas que eu nem lembrava, que eu queria mesmo esquecer mais que ta vindo tudo na minha cabeça, mais eu quero te contar pra eu melhorar né, pra entender né”.

Márcia elaborava reflexões, realizadas ao longo da semana antes do próximo encontro. A princípio narrava insistentemente seu sentimento de culpa perante as escolhas de sua vida e ao longo do processo nos demais relatos foi elaborando compreensões acerca de outras interferências em suas escolhas e oportunidades de vida. Em um determinado encontro Márcia chegou dizendo: “olha, eu não tomei nenhum rumo na vida sozinha não, eu pensei essa semana que eu não quero colocar a culpa de tudo na minha mãe mais a gente vai ter que dividir a culpa das coisas e a sociedade que faz as maldades com a gente, fica como? E o preconceito que vem depois? Eu vou começar a dividir isso.” Acerca desse processo de reflexão Enriquez (2009, p.9) nos ensina que as narrativas proporcionam a realização de “um exigente retorno sobre si, sem complacência, de modo mais aprofundado possível adquirindo uma nova identidade. Assim o individuo torna-se progressivamente um sujeito com suas falhas, ideologias suas convicções, seus remorsos e sua maneira de ser”.

Nesse sentido esse método proporciona ao sujeito se interrogar, evoluir e também contribuir para que tenha o desejo de ter um “novo papel na sociedade de pertença”. (Enriquez, 2009, p.9) Através da fala de Márcia pode-se perceber que ela enquanto sujeito confronta essa sociedade, questiona e procura elaborar os acontecimentos, de acordo com Enriquez (2009) nesse processo o sujeito pode se tornar “mestre de seu destino” e não mais objeto das determinações de poder e socioeconômicas.

Para Gaulejac (2005) um dos objetivos do método é o acesso à realidade do sujeito é a possibilidade de compreendermos o mundo subjetivo em relação aos fatos sociais, de maneira simultânea e permanente. De acordo com Silva et. al (2007), esse método é capaz de exprimir os aspectos psicossociais em que o sujeito está inserido, facilitando um processo de reconstrução social, em que a história de vida também é história do coletivo.

Isso acontece, porque o sujeito traz a tona tudo que faz parte de seu mundo, como os grupos, sua classe social, sua memória, sentimentos, ideologias e crenças que o sustentam no mundo. Como afirma Barros (2001, p.2) “cada vida humana se revela como síntese de uma história social. Através de sua prática, o sujeito singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social”.

A História de Vida nos evidencia o mundo subjetivo em relação aos fatos sociais, de maneira simultânea; de acordo com Barros (2001), o sujeito ao se apropriar do social, inscreve sua marca re-traduzindo este social em sua subjetividade, reinventando-a sempre. De acordo com Campos (2004) na medida em que o sujeito narra a sua história ele reconstrói o seu sentido. Cumpre destacar aqui que o conceito de sentido elencado está inserido na perspectiva psicossociológica em que é compreendido na riqueza da dimensão subjetiva "da experiência sensível, inteligente e imaginária do sujeito que tenta construí-lo e captar seus compostos". (Barus-Michel, 2005, p. 247) Ainda de acordo com a autora, nenhum sentido é dado e nem depositado na realidade, há que se investigar em profundidade para ir além do que é dado pelo sujeito de modo racional como sentido. O sujeito esforça-se para encontrar e construir o sentido, mas nem sempre tem clareza, domínio e conhecimento, elaborado por ele mesmo, o sentido.

Podemos dizer, concordando com Lévy (2001), que o método de história de vida possui uma dupla dimensão: a descrição dos fatos e a busca de sentido. Os fatos fazem parte de uma experiência singular, inscrita num universo de relações sociais, de classe, de poder, que reenvia às condições sociais da existência. O sentido, por sua vez, é o que *faz sentido* para as pessoas, que, como aponta Favret-Saada (1997), não está na narrativa em si, mas que é apreendido no trabalho do pensamento, na retomada posterior da narrativa.

O manejo de coleta das histórias de vida respeita o sujeito, possibilitando contar, narrar, elaborar suas falas da maneira que lhe convém e valoriza a história contada por ele de acordo com sua maneira particular. Como já discutido, não há um roteiro pré estabelecido ou interferências em suas falas e sim a abertura para que a história seja contada da maneira própria do sujeito. Essa é uma singularidade importante desse método que tem em seu cerne a preocupação com o vínculo entre pesquisador e pesquisado. A História de Vida estabelece-se dessa forma como método engajado e comprometido com a dialética pesquisador-pesquisado, se atentando para a produção de sentido tanto de pesquisado quanto de pesquisador. Márcia pode contar sua história da maneira que se sentia mais confortável e no decorrer dos encontros, quando vinham à tona suas lembranças, pude comprovar que os ativos de sua memória eram constantemente

acessados. A maneira livre de contar e narrar sua história contribuía para um processo de rememorar “com o qual a vida vai sendo revisitada pelo sujeito”. (Silva, et al 2007, p. 27). Um elemento essencial no contexto das histórias de vida é a memória. Para Ecléa Bosi, “A memória não é sonho, é trabalho [...] lembrar não é reviver, é “refazer, reconstruir, repensar com ideias de hoje, as experiências do passado”. (Bosi, 2007, p. 17); não é *viver de novo*, é construir — sempre de outro jeito — o vivido, que se torna novo. A memória não é um *estado* de coisas, uma bagagem, não é segura, confiável ou blindada (como costumamos pensar). A memória é processo: deslocamento (Bosi, 2007, p.413). Sempre parcial e incompleta, se faz entre a lembrança e o esquecimento.

O sujeito tenta ordená-la, organizá-la e a partir disso reflete sobre os acontecimentos, indagando-se constantemente. Em um de nossos encontros Márcia tentava organizar sua narrativa e conseqüentemente sua história:

É muita coisa, se eu contar desse jeito aí ia ficar meio bagunçado, ia ficar sem começo, meio e fim né. Eu fico tentando lembrar desde o começo da minha infância, quando eu vou dormir eu fico lembrando aí eu penso que história mais bagunçada é essa meu Deus! Eu vejo as coisas que aconteceu na minha vida, eu nem lembrava mais de tudo, ta vindo as coisas agora.

Márcia trazia em suas narrativas elementos dos impactos psicossociais acerca da vivência com as drogas. Enfatizava que seus problemas “começaram” aos cinco anos quando sua mãe ao se separar do seu pai conheceu um traficante, seu padrasto. Durante muito tempo Márcia marcou os cinco anos como idade basilar, como principio da derrocada de sua família. Entretanto, seu pai nesse período estava preso, por tráfico drogas, mas o romance familiar a qual estava submetida não a permitia atribuir ao pai nenhuma participação nesses impactos. Ela se referia ao pai com estimado carinho e procurava sempre protege-lo em suas falas. Entretanto, ao longo do processo, com o estabelecimento de uma relação de confiança e fim dos endereçamentos, Márcia foi relatando as dificuldades e entraves da relação com seu pai, fazendo descortinar o romance familiar que havia criado para suportar a realidade. Gaulejac (1996, p.6) nos ensina que:

O homem resiste a ver a realidade como ela é; ele ama travesti-la de acordo com seus desejos, com seus medos, com seus interesses ou sua ideologia. Aqui o romance é o inverso da vida. Não é a vida. Não é a vida concreta e objetiva, é a vida

imaginária e subjetiva, o desejo de outra coisa que se exprime. E é nessa capacidade de imaginar uma outra vida que o indivíduo vai conseguir energia para construir essa outra vida.

Por se destacar como método engajado e preocupado com a alteridade do sujeito, espera-se que a postura do pesquisador reflita essas premissas, através do acolhimento e de uma escuta compreensiva, que se anule de julgamentos morais. “Como pesquisadores, cabem-nos entender que a narrativa do sujeito faz parte de sua história, como contada por ele, dentro da lógica social a que está submetido, de seus valores morais, aceitos e acatados pela comunidade da qual faz parte.” (Faria 2009, p.36) Para se entregar a uma escuta responsável foi necessário e imperioso a abstração de valores morais, premissas e conceitos dados a priori.

Ao pesquisador cabe apreender e compreender através do que lhe é narrado o que é individual e o que é social, entendendo que a história do sujeito não traduz toda a realidade social. Se assim fosse, encontraríamos um sujeito totalmente determinado pelo coletivo e passivo, sem a capacidade de entender e construir seus próprios sentidos a fim de refletir e se assim o desejar mudar o curso de sua história. Como sujeitos históricos, a partir da narrativa da história de vida o sujeito pode ressignificá-la e apreender os derivados do sentido além de ter a possibilidade sempre eminente de construção de sentidos. Gaulejac (2006) reafirma esta idéia: “nas diferentes versões da sua história, a pessoa procura um sentido, uma solução para os conflitos identitários que pode encontrar na sua existência.” (p.106)

2.2 Aporte teórico

Teoria e metodologia se interconectam e apesar desse estudo abrir mão de hipóteses e ferramentas construídas *a priori*, os aportes teóricos serviram de guia e compreensão em todo o processo do pesquisar. “As reflexões teóricas são uma espécie de substância que vai se infiltrando” e precisam se ajustar como peças de pensamento, a intenção é mergulhar as questões de pesquisa em teorias que fazem pensar. (Hissa, 2013) Nesse sentido, não há a separação dicotômica entre teoria e prática. Chasin (1995) citado por Lima (2010, p.34) ensina sobre esse processo.

Todo método pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas, preliminarmente a possibilidade do conhecimento, ou então, se envolve e tem por compreensão um *modus operandi* universal da racionalidade.

A Psicossociologia serviu de base teórica para a construção desse estudo bem como as orientações teóricas e metodológicas da pesquisa feminista. Abarcar a dimensão teórica da Psicossociologia contribuiu em todo o processo do pesquisar, desde as posturas adotadas para entrada em campo, bem como as orientações de intervenção psicossociológica e a escolha pelo dispositivo metodológico de recolhimento de História de Vida.

Como base teórica presente nesse estudo, abarca-se particularmente o interesse da Psicossociologia pelos sistemas mediadores entre a sociedade e os indivíduos. De acordo com Barros e Carreiro (2014) ela possui um campo de investigação e ação que articula condutas humanas, campo social e vida psíquica. Cabe destacar que a Psicossociologia coloca em destaque o trabalho enquanto atividade humana, importante referencial para a construção desse estudo.

Simultaneamente à Psicossociologia, as teorias feministas serviram de guisa para a construção desse estudo. Fomentar a construção de uma pesquisa que se intitule feminista exprime a necessidade de situá-la e de trazer em evidência as perspectivas que norteiam tal delineamento. A pesquisa feminista é mais orientada pela ética do que por procedimentos ou técnicas dadas a priori, ela se desenvolve a partir de uma prática dialógica a partir do próprio campo. Harding (2004) discute que o que se propõe para uma pesquisa feminista é a utilização de um método reconhecidamente comprometido com a experiência concreta de sujeitos reais. De acordo com Carvalho (2014, p. 35) “a pesquisa se desenvolve, então, através de uma relação dialógica com o próprio campo, por meio de uma prática crítico-reflexiva”.

Analisar o trabalho das mulheres no tráfico de drogas a partir de uma perspectiva feminista permite compreender os imperativos da subalternização das mulheres no mundo do trabalho advindos da divisão sexual a partir de papéis de gênero construídos historicamente. Nesse sentido, pode-se inferir que a teoria feminista não é uma teoria sobre as mulheres, mas sim uma teoria sobre a sociedade a partir da realidade vivenciada pelas mulheres.

Articular a Psicossociologia às abordagens feministas implica em reconhecer que ambas permitem o diálogo com múltiplos saberes e servem de dispositivos de intervenção e conseqüente remanejamento das relações sociais. Nas palavras de Carvalho (2014, p. 66)

O enfoque epistemológico que orienta a teoria feminista parte das experiências concretas das mulheres enquanto conhecedoras situadas, a fim de compreender de que maneira as opressões (racial, sexual, heterossexual e classista) criam diferentes condições de vida, em lugares e contextos específicos. O conhecimento resultante dessa prática, percebendo-se limitado e instável, recusa-se a ser limitante e determinante, estimulando outras práticas, novas produções, novos olhares e o reconhecimento de outros saberes, muitas vezes marginalizados. A partir do fortalecimento das teorias e críticas feministas, podemos afirmar a importância das diversidades situadas, encarnadas e consideradas, a fim de que tenhamos possibilidades ampliadas de futuro, experienciadas em/a partir de múltiplos corpos, significados e sentidos.

A perspectiva feminista nos ajuda a compreender a ciência como prática social constituída por relações de poder e atravessada por interesses, nesse sentido, Harding (2004) indica que problematizar a complexidade dessas relações nos permite desnaturaliza-las; para Carvalho (2014) é preciso questionar a suposta superioridade dos homens em relação às mulheres por meio das pesquisas científicas construídas sobre mulheres e por mulheres.

2.3 De Belo Horizonte à Itaúna: muitas histórias

O trabalho de pesquisa foi influenciado pela discussão em torno da importância de estar atenta para tecer relações entre o que se observava e o que se pretendia conhecer. A perspectiva psicossociológica serviu de guia não apenas para as discussões teóricas, mas, sobretudo para a orientação na imersão ao campo de pesquisa, como a forma de abordar as mulheres e escolher outros instrumentos e meios de pesquisa. Dentre os instrumentos complementares ao recolhimento da história de vida, destaca-se a observação da rotina das mulheres na instituição e as devidas anotações em diário de campo. “É-lhe preciso procurar repetir, criar as condições para ver de novo o que ela já viu, para ver fatos

semelhante, para ver fatos que poderiam ser a causa do que ela viu. É-lhe preciso ainda, formar palavras, frases figuras, para dizer aos outros o que viu”. (Rancière, 2007, p.84)

A postura de pesquisa sem receitas e fórmulas proporcionou uma entrada em campo descomprometida com ferramentas e procedimentos, mas radicalmente comprometida com as experiências das mulheres daquela instituição. As informações do campo surgiam sem avisar e a formação de laços aconteceu de forma natural e processual. Obviamente as visitas semanais tinham esse objetivo, entretanto, a guia psicossociológica mais uma vez ajudava na orientação de uma interação genuína e baseada na alteridade, trazendo o conceito de implicação para o centro da cena, como veremos abaixo. A intensificação no relacionamento com as mulheres proporcionou a extinção dos endereçamentos e possibilitaram a emergência das gírias, dúvidas, questionamentos e brincadeiras por parte das mulheres sem que houvesse preocupação com a minha presença. Por meio dessas atitudes e das vivências que tínhamos no cotidiano verificava que aumentava o nível de confiança depositado na pesquisadora. Cabe destacar que as possibilidades de interação sem a presença de policiais e agentes carcerários (como ocorre em unidades APAC) facilitaram essa interação e proporcionaram momentos de diálogos informais e discussões acerca de variados temas. Schraiber (1995, p. 9) discute sobre a importância desse processo para a pesquisa:

Esses momentos informais de aproximação são vitais para a própria realização da investigação, uma vez que determinam as bases da relação, com a formação de vínculos que ultrapassam o formal, criando-se laços de amizade, simpatia e confiança, pelo mútuo interesse que se estabelece - e há que se dar de fato - pela pessoa que ali está. A transformação do narrador em objeto de pesquisa morto e paralisado retira qualquer possibilidade de serem criadas relações efetivamente capazes de dar conta de um trabalho de investigação dessa espécie. Além disso, essa postura não significa, para qualquer dos dois sujeitos, esforço negativo: ao contrário, expressa a cumplicidade do mútuo empenho para se produzir o relato e para se conservar, no tempo, o depoimento e a história.

Concomitante ao início da atividade de pesquisa na instituição, um grupo de lojistas havia encomendado almofadas decorativas às presas (em regime fechado), o que

lhes daria direito à remissão² e também receberiam pagamento . Durante todo o tempo de minha imersão em campo, as mulheres confeccionaram estas almofadas e tinham nessa atividade sua principal imersão laboral dentro da prisão. Laura (53 anos) responsável pela negociação conferia o material quando chegava, separava o tecido para corte e distribuía entre as mulheres para começarem o serviço que depois de pronto também era conferido por ela. Elas trabalhavam na sala da casa onde também se localizam as máquinas de costura e mesas para o corte do tecido.

Observava sempre o que acontecia ao meu redor, as falas, as relações entre elas e com as demais pessoas da unidade, os objetos e as palavras. Dividia o tempo de maneira a ficar perto do maior número de mulheres que fosse possível, observava atentamente a atividade de trabalho, as conversas e as brincadeiras. Para aproximar da atividade de trabalho aprendi os pontos no tecido para compor a almofada e no decorrer da pesquisa pude perceber que apesar de ter bom relacionamento com todas, algumas iam se aproximando mais e com estas estreitei maiores laços de confiança e amizade. De regresso à instituição, era recepcionada por estas, com entusiasmo, além de compartilhar informações, confidências, segredos e conquistas alcançadas por elas.

Dessa forma, participava das conversas e debates, ensejados muitas vezes no meio das atividades de trabalho na costura ou na cozinha, ou nos momentos de pausa para almoço ou lanche. Busquei me despir dos postulados do saber acadêmico e me interessava sobre os assuntos que as mulheres gostavam de discutir. De acordo com Bacelar (2014, p.14) “abordar esse outro com o interesse em entender sua maneira de perceber o mundo, implica entrar em contato com a cultura e a visão de mundo desse sujeito, o que desloca o sentido unidirecional da posição de sujeito-objeto, característica da relação epistemológica”.

Nesse sentido, a inserção em campo foi pautada pelo respeito à alteridade, mas, sobretudo posicionada de forma despojada e espontânea. Minha passagem pela APAC não se deu de forma neutra ou abstraída de meu modo de ser, ao contrário, me mostrava autêntica e com isso muitas vezes escutei falas como essas: “Naiara, eu te conheço, sei que você vai gostar desse rap aqui”. (Patrícia, 26 anos) ou como disse essa outra presa: “você nem parece psicóloga, você ri muito alto e parece hippie, e tem essas roupas coloridas e esse cabelo bagunçado”. (Samara, 32 anos)

² Remição: a cada três dias de trabalho diminui-se um dia de pena

Essa proximidade rendeu a oportunidade de viver e experimentar o cotidiano prisional na sua forma mais íntima, compartilhando as atividades no cotidiano, escutando, vendo, sentindo, percebendo e presenciando várias situações, conversas e atividades realizadas por essas mulheres; muitas vezes presenciei também situações de conflitos entre as presas ou entre as presas e as funcionárias. Além disso, essa observação mais íntima contribuiu para que diversas formalidades fossem dissolvidas inclusive em relação aos funcionários da instituição que se mostravam familiarizados com a minha presença.

No decorrer da pesquisa, a secretária da unidade convidou-me para passar uma noite na APAC, aceitei o convite e dormi outras vezes na instituição, na mesma dependência onde dormem as plantonistas (categoria de trabalhadores que serão descritos no decorrer da pesquisa). Nessas ocasiões aproveitava para ficar mais dias e aprofundar a vivência participando dos rituais que faziam parte do cotidiano prisional daquela unidade. Nesses momentos, refletia sobre os impactos psicossociais do encarceramento para essas mulheres e buscava compreendê-los através de suas narrativas.

A maior parte das mulheres presas na APAC de Itaúna tem filhos e essa condição torna o enclausuramento fonte constante de debates em torno dessa realidade. As histórias narradas pelas mulheres na maioria das vezes são de crianças entregues a adoção, a familiares distantes ou a pais que vão embora com as crianças e deixam de dar notícias a elas. As fotos dos familiares e principalmente de suas crianças são o cenário da dor expressa ou pelo abandono ou pela saudade e não obstante, também são fonte de esperança. Convivi cotidianamente com fotos, vídeos, histórias, cartas e bilhetes referentes aos entes familiares e as lembranças da vida que houvera ficado do lado de fora dos muros.

Indubitavelmente, essa imersão no campo favoreceu o estreitamento das relações e acredito que tais experiências não poderiam ganhar essa dimensão no sistema prisional convencional. Os estudos no sistema carcerário são altamente dificultados pela ação daqueles que trabalham nesses locais; em incursões anteriores em prisões convencionais aplicando questionários, entrevistas e realizando grupos, a vigilância ostensiva e maciça desses atores prisionais dificultava e impedia que as presas se comunicassem e falassem abertamente sobre as questões que estavam vivenciando. Em detrimento da rápida visita e da abrupta vigilância em torno dos pesquisadores e dos presos, no sistema convencional as pesquisas são imediatas e esse sistema de criação de laços e vínculos de confiança fica comprometido e não chegam a se estabelecer, enfraquecendo os pontos principais de desenvolvimento de uma pesquisa de campo.

Nos primeiros meses em campo, as conversas e falas não foram gravadas, mas foram registradas em um diário de campo. Em geral, os registros eram feitos a mão em um caderno e se davam logo após a saída da instituição. No decorrer da pesquisa, incorporei o uso do gravador e passei a digitar as impressões ao invés de escrevê-las à mão. O diário de campo serviu como fonte de informações embora os registros tenham sido feitos de forma irregular, as impressões e marcas deixadas pela experiência foram descritas e submetidas a constantes análises.

Com o consentimento das mulheres, o gravador passou a acompanhar o cotidiano e suas falas foram gravadas sem a formulação de perguntas estabelecidas ou formalidades, apenas mantinha-o ligado e gravava tudo que acontecia no decorrer do dia. Para o recolhimento da história de vida de Márcia, o uso do gravador foi extremamente útil uma vez que todos os elementos narrados por ela compunham a trama para entendimento de suas experiências e memória. O início do recolhimento da história de vida deu-se posteriormente a essa incursão no campo, por isso, quando iniciamos a atividade, Márcia já estava habituada ao gravador. Todos os nomes verdadeiros das mulheres foram mantidos em sigilo para preservá-las. Posteriormente as gravações foram transcritas, incluindo os relatos da história de vida de Márcia e as gravações das conversas cotidianas com as demais presas.

Para alguns autores, Bosi (2007), Schraiber (1995), o uso do gravador representa uma possibilidade de ampliar o poder de registro, embora todos concordem que sua presença possa inibir os sujeitos da pesquisa tornando-se um terceiro elemento. Para Schraiber (1995) o gravador permite maior produtividade na operação pelo registro vivo da voz, além de captar e reter por um tempo maior um conjunto de elementos amplos de comunicação de suma importância. Para a autora “as pausas de reflexão e de dúvida ou a entonação da voz nas expressões de surpresa, entusiasmo, crítica, ceticismo, ou erros – elementos esses que compõem com as idéias e os conceitos a produção do sentido da fala, aprimorando a compreensão da própria narrativa”. (p.76)

Apesar de haver uma pergunta que norteava a pesquisa, nenhuma aproximação foi ensejada com o intuito de desvendar a prática delitiva que as encaminhou à prisão; foi dado espaço para que naturalmente, elas se abrissem, sem que isso fosse uma prerrogativa. Dessa forma, as mulheres se sentiam a vontade para relatavam o que havia ocorrido e encontravam nessas falas espaços para reflexão e elaboração. Chamava-me a atenção o fato de que apesar de algumas mulheres não terem sido presas por traficarem drogas, a incidência de práticas delitivas estavam quase sempre vinculadas ao tráfico.

Muitas histórias foram narradas, mas algumas marcaram sobremaneira, trazendo incômodos e questionamentos. Todo esse estranhamento advindo das histórias, narrativas e vivências cotidianas na APAC fizeram com que eu me reposicionasse perante a atuação como pesquisadora. Cabe destacar aqui, que essa postura frente ao campo não tinha a ver com a busca pela utópica neutralidade frente aos sujeitos, arbitrariamente chamado pela ciência moderna de objetos. Mas ao contrário me reconhecer como sujeito ativo no processo de construção da pesquisa, influenciada pela minha subjetividade constituída também pela minha visão de mundo. Mesmo procurando me despir de meus preconceitos e estereótipos vislumbrei o quanto estava permeada por eles e o quanto isso prejudicava o caminhar da pesquisa.

Acerca deste assombro frente às histórias das presas, Soares, et al. (2005) traz uma discussão interessante e realista em torno dos estereótipos acerca das pessoas ditas criminosas em nossa sociedade. Para o autor, precisamos ter uma distância delas, pois as enxergamos como monstruosas. Esta distância serve para nos tranquilizarmos, para que possamos afirmar o quanto não parecemos com elas e dessa forma poderemos transferir a elas tudo que não gostamos tudo que as classifiquemos como monstros, indignos de nosso contato, respeito e afeto. Se a imagem que temos desse outro monstruoso for mais ambígua, quer dizer, mais humana, corremos o grande risco de nos identificarmos com eles e colocar em tona nossa complexidade de emoções e nos vermos capazes de matar, mutilar, transgredir e trair os valores que defendemos e dessa forma dividir o mal conosco.

Apesar de concordar com o autor, percebia que ocorrera um sentimento reverso ao citado acima. Em outras participações em pesquisas entrevistei e estive com muitas mulheres presas e uma característica que sempre observei é o fato das mulheres presas serem mulheres “possíveis”. O termo “mulheres possíveis” era usado porque via nelas mulheres comuns e não pessoas potencialmente “criminosas”. Mulheres com histórias muitas vezes parecidas e que expressam o descaso do Estado frente a uma parcela da sociedade, completamente diferente dos imperativos midiáticos acerca dos ditos criminosos.

Entretanto, sem os endereçamentos tão comuns no sistema convencional, frutos do pouco tempo de contato com os sujeitos, as mulheres na APAC se abriam e narravam os crimes que haviam cometido. Vi-me diante de um dilema, já não enxergava as mulheres como “mulheres possíveis” e sim com tamanho estranhamento. As narrativas de homicídio, sobretudo impactavam sobremaneira. Como elucidou Soares, et al (2005), a visão monstruosa a que estavam submetidos os ditos criminosos, se acentuou de forma

evidente e me vi ocupando o lugar de preconceito a que havia julgado tantas vezes uma parcela da sociedade. Tal constatação foi ensejada pela constante crítica e exercício de reflexividade de inserção no campo e análise de seus atravessamentos.

Enxergar no criminoso alguém monstruoso é inerente e inevitável na nossa sociedade, de acordo com Gaulejac (1996, p.39) o preconceito e o distanciamento estão presentes “porque se recusa a identificação”. Coloca-se o outro à distância, porque ele incomoda. Nessa perspectiva, Enriquez (2009) nos aponta que:

É necessário ter consciência de que a sociedade atual criou relações sociais suficientes para permitir aos homens evitarem a si mesmos e aos outros e, assim, não se confrontarem com o problema crucial da existência: o da alteridade dos outros e o da sua própria alteridade. (p.59)

Pesquisar nos exige constante reflexão, crítica e enfrentamento, implica em criação, invenção e descoberta do mundo e de si. O fato que marcou o início dessa tomada de consciência referiu-se a narrativa de uma presa acerca do motivo de sua prisão. Quando a sós, Mariana, (23 anos) confidenciou que havia matado o ex namorado com três tiros e que a psicóloga da unidade a havia esclarecido que os pesadelos que havia poderiam ser em decorrência do crime. Ela relatou que não sentia nada em relação ao rapaz morto e que não acreditava ser esse o motivo dos pesadelos, perguntou o que eu achava e na seqüência narrou os detalhes do crime praticado por ela.

Naquele momento compreendi que assim como a sociedade, eu esperava o lugar de passividade dessas mulheres, esperava que fossem “mulheres possíveis” e não potencialmente capazes de cometer crimes atrelados somente ao mundo masculino. Frinhani e Souza (2005) discutem que a inserção das mulheres em práticas delituosas antes consideradas masculinas marca um remanejamento profundo das relações sociais e de papéis atribuídos às mulheres. De acordo com as autoras a sociedade como um todo ainda caminha na direção de compreender as mulheres como sujeitos passíveis de cometerem crimes antes praticados apenas por homens. É preciso alerta e atenção para que a postura dos próprios pesquisadores não afirmem papéis tradicionais de homens e mulheres.

Diante desse cenário provocado por um complexo trabalho de reconhecimento da reprodução desses papéis advindos da própria pesquisadora em questão, se descortinou como imperioso e urgente um debate acerca da história da criminalidade feminina e os

papéis sociais atribuídos aos gêneros feminino e masculino. A pesquisa feminista engajada e atenta ajuda a descortinar um emaranhado de aspectos encobertos e pouco explorados acerca da criminalidade feminina. A perspectiva feminista contribui também para as importantes reflexões e conseqüentes reformulações de pensamento realizadas a partir do campo em contraste com as experimentações advindas do mesmo.

A reflexividade manifesta-se, pois como um processo de permanente interrogação e de análise, através do qual os(as) investigadores(as) avaliam o impacto de seus valores, das suas ideologias e das suas posições nos produtos que executam e nos caminhos que escolhem percorrer para os executar (Neves & Nogueira, 2005, p. 126)

A inserção em campo acompanhada de constante reflexão proporcionou-me compreender que compartilhava as noções estigmatizantes da sociedade, mas esse reconhecimento não se deu sem dor, tormenta e angústia, mas em face a esses sentimentos pude me reposicionar e criticar a postura adotada e a necessidade de transformação. Como esta, outras vivências também foram ambíguas, confusas, mas ajudaram no processo de reflexionar o pensamento e apoiar a quebra e a reconstrução de paradigmas, movimento vital para uma pesquisa. As premissas da perspectiva feminista contribuíram dessa forma para importantes reflexões e conseqüentes reformulações de pensamento realizadas a partir das indagações do campo.

Toda essa problemática foi importante para um remanejamento das relações em campo e provocaram, sobretudo crescimento e transformações, frutos de uma autocrítica constante. Hissa (2013) indica que essa mudança de posicionamento do pesquisador pode ser lenta e que esse é o tempo de se transformar, de construir uma pesquisa que interroga constantemente a si próprio e portanto importante ferramenta de crescimento.

Esse processo ensejou a compreensão acerca da importância de um reposicionamento impulsionado tanto pelos postulados da pesquisa feminista quanto pela via da Implicação que será discutida a diante e, sobretudo da humildade para reconhecer que as premissas, ideologias e idealizações não são únicas e acertadas. O pesquisador deve cumprir seu papel científico quando produz novos entendimentos diante de velhas realidades procurando se desfazer do orgulho e das amarras da pretensão da certeza absoluta. Nesse sentido, Foucault (2008) afirmou que um campo de pesquisa precisa ser experimentador de sentidos, o autor assevera que pesquisar é mudar a si mesmo e não

mais pensar como se pensava antes. Enriquez (2009) faz uma belíssima apreciação acerca desse processo:

Não se escreve e nem se fala para se contar ou se exhibir, mas sim para se transformar, empreender novas coisas dar sentido e definitivamente enfrentar o desafio do homem contemporâneo: conhecer-se para se superar, para vencer suas resistências e talvez acessar uma boa vida sem ilusões, sem falsas crenças. (p.10)

2.4 Implicação: motor da pesquisa

As vivências cotidianas com as mulheres da APAC geraram questionamentos, mobilizações, rupturas e transformações. Nesse sentido, concordo com Rabelo (2014) que uma pesquisa não mobiliza apenas saberes, mas também afetos. Todo esse processo interpretado como ponto importante e inexorável para a constituição de uma trajetória de pesquisa que se pretenda transformadora e engajada foi analisado através da implicação. De acordo com Barus-Michel (2005) o trabalho da implicação perdura em todo o processo de pesquisa; para a autora, nada perdura se não soubermos o que da instituição foi atingido no corpo pesquisador; a análise é um trajeto que o pesquisador nunca deixa de percorrer.

Essa análise refere-se à situação banal de um pesquisador que se interroga sobre sua prática em dada instituição. A implicação se combina com a preocupação de um método que distancia e abre para uma análise da instituição e da realidade social. O pesquisador coloca em campo a sua subjetividade, pois nenhum objeto estudado é totalmente exterior ao pesquisador que envolvido na complexidade do campo corre o risco de se perder no entrelaçamento. A análise psicossocial acontece através da aplicação da implicação, de seu reconhecimento, da simpatia e distância necessárias ao processo de pesquisa. É necessário que os encontros com os sujeitos em campo situem-se entre a simpatia entre pesquisador e pesquisado e também distanciamento. Simpatia e distanciamento, precisam, pois, serem dosados e regulados. (Barus-Michel, 2005)

Barus-Michel (2005) nos provoca a pensar a implicação como o instrumento privilegiado da análise, “a melhor forma de apreender o psicológico no e com o social”. (p.124) Habitualmente, diz-se que o sujeito que está imerso em dada realidade é o menos apropriado para interpretá-la, a autora, entretanto, pondera que tendo os instrumentos adequados de análise, a experiência é a via essencial para apreensão do real. “Pode-se

descrever estados, processos, fenômenos, mas não se pode alcançar as significações sem passar por sua experiência”. (p.125)

A implicação pretende compreender as ressonâncias que o campo provoca no pesquisador, portanto, levar em conta e analisar as angústias e afetos do pesquisador perante a experiência concreta com os sujeitos. O pesquisador transporta consigo e no seu olhar, os seus afetos, as suas representações, os seus valores, a sua ideologia, quer queira quer não. Se estes aspectos não forem levados em conta e analisados podemos correr grande risco de prejudicar todo o trabalho de campo, é na implicação que poderemos compreender como o vivido em campo nos atravessa.

De acordo com Amado (2005) a implicação permite focalizar um questionamento, onde o pesquisador é tocado, ali pode tentar compreender do que se trata. Enquanto tocava e me deixava tocar pelo vivido na APAC pude perceber que as angústias das mulheres em relação ao futuro e o que as aguardava gerava grande angústia também em mim. Esse aspecto encontra pouso nas premissas metodológicas da instituição tal qual será debatido no decorrer do estudo, que postula que matar o criminoso que vive dentro delas garantirá um futuro diferente. Entretanto, afirmavam não terem certeza do que iria acontecer futuramente e percebi que na medida em que eu também não tinha respostas eu me angustiava e desejava que “mudassem de vida”. Através da análise percebi que a falácia desse discurso apaqueano reverberava em alguma medida em mim também e aos poucos fui me desvincilhando dele e provocando outras intervenções com as mulheres sempre que essa problemática surgia. O processo de análise da implicação contribuía fortemente para que eu não me perdesse em questões movidas pela contratransferência.

Simpatia para aproximar-se dos sujeitos e construir laços de confiança e distanciamento para evitar a perda de nós mesmos nesse processo constituem uma chave para o processo de pesquisa e para a implicação. Rabelo (2014) afirma que é preciso implicação ativa de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, sem que isso denote passividade do pesquisado frente o pesquisador, mas familiarização e identificação, pressupostos para a criação do vínculo de confiança.

Os vínculos de confiança ficaram evidentes em vários desfechos na trajetória da pesquisa. Minha presença já era esperada toda a semana na instituição. Em uma ocasião, faltei duas semanas seguidas e recebi uma carta em casa assinada por todas as recuperandas do sistema fechado, questionando minha ausência, dizendo-se preocupadas comigo, pedindo notícias urgentes. As correspondências são reguladas e cada presa só pode escrever uma por mês, tal fato chamou ainda mais a minha atenção, pois alguma

delas ficou sem a possibilidade de escrever sua carta, fato esperado ansiosamente por todas, para terem notícias minhas.

Compreender a contratransferência nesse estudo significou estar diante das angústias e afetos de modo refletido e consciente do papel da subjetividade nesse processo, da importância de não negligenciá-la, mas ao contrário cuidar para que as ressonâncias próprias da contratransferência na subjetividade não atrapalhasse o processo do pesquisar. Devereux (1980, citado por Amado, 2005) considera que a contratransferência seja o próprio motor da pesquisa, nesse sentido, enaltece a importância de analisá-la por meio da implicação.

2.5 Análise

A análise da História de Vida é realizada de forma simultânea e dialética com o campo e se dá a partir da escuta do singular através das narrativas articulada ao arcabouço teórico. O processo de análise ocorre enquanto se recolhe as histórias de vida, momento em que emergem as memórias, as condições sociais a que está submetido o sujeito, as escolhas que empreendeu em sua trajetória de vida e “o modo como significou as experiências pelas quais passou”. (Faria, 2009, p.23) e a posteriori, quando buscamos identificar no material recolhido indicações que ajudem a responder as questões de pesquisa. Nesse sentido Marilena Chauí é primorosa ao explicar: “É retomar a reflexão de outrem como matéria prima para o trabalho de nossa própria reflexão” (Chauí, 2003, p.30).

O exercício cuidadoso de análise torna-se o exercício teórico de articulação de idéias, a partir da escuta do singular e do coletivo. Nesse caso, também não existem formas rígidas de análises contidas em manuais para que ela seja feita, de acordo com Barros e Silva (2002) a pesquisa em história de vida produz um conhecimento a partir do discurso do sujeito sobre sua condição concreta de vida, que reconhece ao saber individual um valor sociológico:

Não existe, tampouco, a pretensão de demonstrar leis, de buscar a prova empírica de hipóteses teóricas ou encontrar causas últimas. O interesse é o conhecimento de uma situação ou objeto por meio de um saber que jamais é dado a priori, e sim construído na experiência cotidiana e na interlocução.(p).

Nesse sentido, o processo de análise não foi realizado somente ao final da pesquisa de campo, ao contrário permeou todo o percurso investigativo. Alves (1991) citado por Rabelo (2014) fornece um entendimento acerca desse processo:

À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sinfonia fina” que vai até a análise final. (p.60)

De acordo com Enriquez (2009) o pesquisador precisa ter um papel de receptor de histórias, “não aceitando nem o papel de pesquisador refugiado em uma neutralidade distante nem o papel de ator imerso no operacional: ele pode ser verdadeiro agente de historicidade”. (p.36)

Esse percurso-investigativo-analítico priorizou construir diálogos e ao contrário do que anunciam alguns pesquisadores, não se trata de “dar voz” aos sujeitos, mas construir vozes compartilhadas, no mínimo, a minha, a delas e a dos autores. As análises são então, diálogos feitos com “sujeitos do mundo”, que incluiu minha visão de mundo, minha subjetividade e as referências teóricas das quais lanço mão, negando de vez a utópica neutralidade positivista, tal qual preconiza Enriquez (2009) na fala acima. Sabe-se que a subjetividade do pesquisador está em voga e que é inevitável a presença do conhecimento científico no contato com os sujeitos, nesse sentido, a pesquisa pode ser pensada como a construção de vozes compartilhadas. (Hissa, 20013) Gaulejac (1996) nos esclarece que:

A tão falada neutralidade do pesquisador engendra múltiplos deslocamentos que o dispensa de se interrogar sobre as maneiras pelas quais esses pressupostos, a ideologia, os afetos, intervém na construção do objeto, a fabricação de hipóteses, nas escolhas metodológicas, no recolhimento e na análise dos dados, a validação dos resultados.(p. 56)

A partir desse entendimento, este estudo priorizou analisar teoricamente as narrativas sem enquadrá-las em categorias de análises, aproveitando o máximo de elementos trazidos pelas mulheres discutindo-os em todo o estudo, de modo a evitar o que

diz Boaventura de Souza Santos “o desperdício das experiências do mundo e dos saberes produzidos por seus sujeitos no e com o mundo”. (2002, p.36)

A negação das categorias de análise também corresponde a um posicionamento ético-político; de acordo com Soares, et. al. (2005) os estudos que envolvem violência e drogas necessitam de uma análise mais fina e funda das experiências humanas. De acordo com o autor as categorias “funcionam como um guarda chuva: contém e destaca o objeto que descreve, mas também, sob a sombra protetora, por vezes esconde e dissolve aspectos seus essenciais”. (p. 130) Segundo o autor, as categorias de análises muitas vezes servem para rotular e estigmatizar os sujeitos, em suas palavras:

Com freqüência, as categorias, mesmo a serviço da ciência acabam rotulando e estigmatizando grupos e indivíduos. Não existe O tráfico, nem O traficante e sim muitas formas distintas de vivenciar o ingresso, a saída, a participação e a liderança no mundo múltiplo e heterogêneo que designamos com a categoria genérica tráfico. O mesmo vale, para outras categorias. Não existe O crime nem A droga ou A família, mas realidades muito diferentes dentro do universo designado por essas categorias. A janela secreta que devassa a experiência humana está na diferença, está nas qualidades que distinguem e particularizam. (p.130)

Os dados estatísticos e as categorias são importantes para narrar a vida e a história da humanidade, mas devemos ressaltar que nessa operação do conhecimento muita coisa fica de fora, e o que se extingue e se mutila na maioria das vezes é essencial e faz toda a diferença. “Vista de perto a vida surpreende. De perto o artigo A é minúsculo e aponta para realidades singulares e estranhas, que amiúde traem as categorias”. (Soares, et.al. 2005, p.130) Essa estranheza e singularidade transbordam as classificações e os rótulos e exige de nós o refinamento dos instrumentos de análise e de percepção e “talvez carregue o que verdadeiramente importa”. (p.130)

3 APAC- Associação de Proteção e Assistência ao Condenado: pode uma prisão ser humanizada?

“Prisões, nem as de amor”.
Fernando Pessoa

Nesse capítulo discorro sobre a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, APAC, lócus desta pesquisa, elaborando uma síntese de sua história, sua estrutura organizacional, seu método e os atores envolvidos. Por ter se consagrado como importante alternativa ao cenário prisional devido à suas características incomuns diante do sistema prisional convencional logrou o postulado de prisão humanizada. Entretanto, diante dos vividos cotidianos frente aos contraditórios da instituição, torna-se necessário enfrentar as tensões e diálogos concernentes ao Método APAC e à sua utilização, expressos nesse estudo.

As APACs alcançaram significativos avanços na promoção dos direitos humanos das pessoas presas; carregam o adjetivo de prisões alternativas e são celebradas e elogiadas pelo cumprimento da lei de execuções penais e dos acordos internacionais (regras mínimas). No Estado de Minas Gerais as APACs são atualmente inseridas na política pública penitenciária. Sendo a APAC masculina da cidade de Itaúna/MG referência internacional de funcionamento e boa gestão. Também ganha destaque nesse cenário o projeto “Novos Rumos na Execução Penal” desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais que apóia e incentiva a criação de novas APACs no Estado.

De acordo com Ottoboni (2001) a eficiência do método APAC se deve principalmente à redução da reincidência prisional dos presos que passaram pela associação; ele ressalta que apenas 5%³ dos presos reincidiram durante 29 anos. Estatística confirmada pelo órgão consultivo das Nações Unidas para assuntos penitenciários, a Prison Fellowship International-PFI (Sociedade Carcerária Internacional), da qual a APAC tornou-se filiada a partir de 1986. A partir dessa data o método passou a ser difundido nacional e internacionalmente através de seminários e congressos., As instituições

³ Fica a dúvida sobre esses dados uma vez que a reincidência no sistema prisional convencional não é computada nessa avaliação, apenas reincidência na APAC.

brasileiras recebem representantes das APACs de outros países para aprenderem o método e o replicarem.. No decurso de minha inserção na APAC feminina de Itaúna, presenciei duas pessoas estrangeiras aprendendo o método para replicarem em seus países, uma da Holanda e outra da Noruega.

Durante o período da pesquisa pude perceber que, contrariamente às estatísticas oficiais, a reincidência assola a APAC feminina de Itaúna. Diversas presas haviam passado por ali duas ou três vezes e transitaram por outros presídios até conseguirem retornar. . Na maioria dos relatos, a reincidência se deve ao fato do mercado de trabalho não estar aberto ao egresso e dessa forma o comércio ilegal de drogas se mantém como alternativa de subsistência econômica. Não existem dados estatísticos acerca da reincidência nessa APAC; as reincidências foram narradas pelas próprias presas que já haviam passado outras vezes pela instituição.

A APAC traz em sua concepção algo que a difere de forma significativa dos demais estabelecimentos prisionais, que é seu caráter humanizador: não pretende apenas dar cumprimento à pena, mas humanizar o presídio enaltecendo seu sentido terapêutico e pedagógico, buscando dessa forma recuperar o condenado sem se importar com o crime cometido. Recuperar o condenado ganha postulado de “Matar o criminoso e salvar o homem”, premissa filosófica de Mario Ottoboni, idealizador e fundador do método. (Ottoboni, 2001, p.45) Tal postulado se aporta na perspectiva de que todo ser humano traz em si um caráter binário para sentimentos e ações, tais quais disposição para matar e morrer, para a guerra ou para a paz, a força do amor ou do ódio e ainda a possibilidade de perdão ou de vingança e nesse sentido, pode vir a matar seu “lado negativo” que o levou a cometer o crime.

Esta premissa de Mario Ottoboni serve de nicho e orientação de atuação para todos os atores envolvidos no cotidiano da APAC e é normalmente repetida e por todos os envolvidos no cotidiano da instituição. As recuperandas (denominação usada para se referir aos presos e às presas) embora repitam exaustivamente que desejam e acreditam nessa premissa, esbarram com o real, com as experiências que já adquiriram e se questionam quanto à sua eficiência e veracidade. Em diversas ocasiões presenciei e participei de discussões em que as presas questionavam o conceito de matar o criminoso e diversas falas continham inquietações, dúvidas, constrangimentos e indagações acerca de matar aquilo que já foram um dia.

Apesar dos dilemas e contradições expressas por esse método a APAC carrega em si o objetivo de “recuperar” mulheres e homens que cometeram crimes e pretende de

forma organizada humanizar a vida na prisão. Não há espaço para maus tratos, violência, tortura ou revistas vexatórias aos familiares, eventos corriqueiros no sistema prisional convencional. Tem-se dessa forma, uma instituição que aplica e que faz cumprir a normativa jurídica além de trazer em seu arcabouço metodológico avanços notórios no tocante ao tratamento dos presos. Visa através de seu método oferecer ao preso e à sociedade condições de participar da gestão da instituição outorgando-lhes poder e reconhecimento.

3.1 Breve relato histórico da APAC

A APAC cujo significado conhecemos hoje, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, surge sob a insígnia religiosa “Amando ao Próximo Amarás a Cristo”; nasceu em 1972 como uma iniciativa de Mario Ottoboni que teve a idéia de sua criação após realizar um seminário apostolado junto aos presos da Cadeia Pública de São José dos Campos em 1969. Ao visitar a cadeia pública dessa cidade deparou com situações degradantes de vida, desumanas, onde maus tratos, violência e humilhação eram a tônica do tratamento dado aos presos.

Indignado, sensibilizado com a situação e animado com a idéia de transformar aquela realidade Mario Ottoboni estudou direito e empreendeu esforços para atuar no ambiente prisional. Apesar de encontrar muitos percalços, não desistiu de assistir aos presos e prestar assistência material e espiritual através de atendimentos, realizando missas e formando grupos de voluntários no interior dessa prisão. Esses grupos foram ganhando força e investindo em atendimentos e estudos voltados à pensar e a resolver os dilemas e complexidades do aprisionamento, construindo dessa forma o Método APAC baseado em fortes preceitos religiosos.

Através desse trabalho, o grupo de Mario Ottoboni ganhava força e poder sobre a administração da cadeia pública de São José dos Campos e em 1973 administrava metade das celas e em 1974 colocou em funcionamento a experiência da prisão albergue, em que os presos vinham passar a noite depois de terem trabalhado durante o dia. Embora não tivesse previsão legal, a experiência se encaminhou com êxito, ganhando novos contornos normativos, de padrão e de conduta, através da fiscalização do comportamento dos presos.

Estas exigências garantiam que os presos continuassem recebendo apoio dos voluntários e participassem das atividades propostas por eles. (Massola, 2005)

Nesse período, Ottoboni conheceu o Juiz Corregedor dos Presídios e professor de direito Marques Netto que acabara de chegar à cidade e preocupado com a inserção dos egressos no trabalho indicou que Ottoboni fundasse com a participação dos voluntários uma associação civil para atuar nessa nesse campo , fornecendo aos presos atestado de bom comportamento para encaminhar e facilitar o futuro emprego. (Vargas, 2012)

Foi realizada no dia 15 de junho de 1975 a Assembléia Geral de Fundação da Associação de Proteção e Assistência Carcerária- APAC que conservava sua sigla inicial Amando ao Próximo Amarás a Cristo e seus objetivos, mas mudava sua razão social e o conteúdo de sua sigla. Oficializada perante o judiciário, tornou-se entidade civil de direito privado e o juiz Marques Netto celebrou a APAC como órgão auxiliar da Corregedoria de Presídios. (Massola, 2005)

A partir de 1982 um evento marcou a história da APAC e o início independente de suas atividades. Presos da cadeia pública de Humaitá realizaram uma paralisação alegando condições insalubres de trabalho, trazendo como seqüência o fechamento da cadeia. Em 1984 o juiz Nilo Cardoso Perpetuo entrou em contato com os voluntários da APAC convidando-os a administrarem a cadeia desativada. Arrecadaram dinheiro fazendo campanhas na cidade em prol da reforma do prédio e após finalizarem a obra, a APAC de São José dos Campos assumiu a administração total da cadeia pública de Humaitá. Realizou-se no dia 11 de agosto de 1984 a cerimônia de posse que reuniu autoridades locais e curiosos com a novidade de uma prisão administrada por uma associação. (Massola, 2005)

Também despertava curiosidade as mudanças que ocorreram com essa nova administração. Foram dispensadas as presenças de agentes carcerários, delegados e policiais e as funções relativas à segurança e disciplina foram delegadas aos voluntários e aos próprios presos. O lema “Escoltado por Cristo e Algemado pelo Coração” fora incorporado e também houve a dispensa da escolta policial para os presos que precisavam ir ao médico ou ao Fórum; estes eram escoltados sem algemas pelos voluntários ou por outros presos do regime semiaberto. (Vargas, 2012)

Apesar de despertar temor e desconfiança em uma parcela da sociedade, a APAC de São José dos Campos cresceu, ganhou força e vitalidade tendo servido de inspiração para outras comarcas criarem associações locais, inicialmente no Estado de São Paulo e depois se espalharam pelo Brasil e por outros países. (Vargas, 2012) No final da década de

1990 a APAC estava presente em 19 estados brasileiros e em mais de 30 países seu método influenciava experiências parecidas.

Em 1995 fora criada em São José dos Campos a COBRAPAC- Confederação Brasileira das APACS presidida por Mario Ottoboni em decorrência da grande expansão das APAC's . Seu objetivo, orientar, fiscalizar e zelar pelo cumprimento e uniformidade das APACs do Brasil, além de assessorar o funcionamento e aplicação do Método APAC também no exterior. Em 1999 a COBRAPAC foi rebatizada de FBAC- Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados.

3.2 APAC masculina de Itaúna: referência internacional

A APAC masculina da cidade de Itaúna, a primeira criada em MG, é modelo e referência para as APACs de todo o país e do mundo graças aos resultados positivos de sua gestão que ecoaram até o Poder Judiciário do Estado. Em dezembro de 2001 foi lançado no estado o Projeto Novos Rumos na Execução Penal; de acordo com Vargas (2012) o projeto tem o objetivo de “incentivar a criação e a expansão do método APAC como política pública e alternativa de humanização do sistema prisional do estado”. (pag.62)

A criação desse projeto se deve principalmente às várias visitas do desembargador Dr. Joaquim Alves de Andrade na APAC de Itaúna, surpreso e animado com o que via e diante dos resultados positivos da associação levou a experiência até o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que lançou o programa em dezembro de 2011 através do Dr. Gudesteu Biber Sampaio também animado com os resultados apaqueanos. Atualmente o projeto é coordenado pela Assessoria da Presidência para Assuntos Penitenciários e de Execução Penal do Estado e é regulamentado pela Resolução nº 433/2004 do TJMG. (Vargas, 2012)

O fato mais importante e que outorgou maior visibilidade e expansão da APAC masculina de Itaúna, foi a visita realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1997 que investigava a questão carcerária no Brasil; a partir daí a APAC passou a receber muitas visitas de autoridades de todo país. Na época, APAC também recebeu representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos preocupados com a situação carcerária de Minas Gerais que representava um dos maiores problemas do estado. Tais

representantes saíram sensibilizados e admirados com a iniciativa e animados a replicarem a experiência no restante do estado, tornando-se assim modelo e referência positiva em direitos humanos no ambiente prisional. (Vargas,2012)

A história da APAC masculina de Itaúna em muito se assemelha com a da criação da APAC mãe de São José dos Campos, derivando da insatisfação e da indignação com as situações desumanas a que os presos estavam submetidos. Ela nasceu em 1986 quando um grupo de cristãos itaunenses preocupados com a questão carcerária na cidade resolveu implantar o método bem sucedido de São José dos Campos e fundaram nesse ano uma APAC dentro da cadeia pública da cidade. Depois de concluída a primeira etapa do novo Centro de Reintegração, em 1991 a APAC recebeu as chaves do prédio e passou a administrar os regimes semiaberto e aberto. Em 1995 houve uma rebelião no presídio o que impulsionou as autoridades judiciárias a entregarem á associação os três regimes, aberto, semiaberto e fechado. (Vargas, 2012)

Em 1997 a APAC masculina de Itaúna passou a funcionar em um prédio novo, onde está localizada até hoje, administrando os três regimes e cuidando da recuperação dos presos sem a presença de agentes penitenciários e policiais militares ou civis. Foi o primeiro prédio construído com o intuito de receber uma APAC, o que significa que as instalações foram projetadas e pensadas a partir dos pressupostos do método com todos os ambientes necessários para a acomodação adequada da equipe de trabalho e dos recuperandos. A estrutura é ampla e conta com áreas de lazer, jardins, hortas, salas de aula, bibliotecas, auditórios, cozinha, gabinetes de odontologia e enfermagem, cantina, cozinha e dormitórios. Os presos são os responsáveis por todos esses espaços, como a limpeza, organização e manutenção, além de realizarem todas as tarefas inerentes ao funcionamento do espaço como no caso da criação de porcos e frangos que são cuidados e posteriormente abatidos pelos próprios recuperandos. Chamam a atenção os lugares que comportam a padaria, a marcenaria, a oficina da Magnet Marelli e a sala de laborterapia destinada à confecção de artesanatos. Em todos esses ambientes os presos trabalham com maquinários doados pela sociedade, prefeitura e pelo Estado.

3.3 APAC feminina de Itaúna

Após 15 anos do nascimento da APAC masculina de Itaúna, um grupo de voluntários que já atuava no sistema masculino buscou iniciar a experiência com as mulheres condenadas daquela região, que cumpriam pena em celas da cadeia pública masculina. O antigo prédio da APAC foi utilizado para abrigar as presas e colocar em prática a iniciativa. Atualmente as mulheres ainda ocupam este prédio que está localizado ao lado da FBAC. Em 26 de julho de 2002 o grupo deu início às atividades da APAC feminina de Itaúna que a princípio abrigava cinco presas, contando atualmente com 36 mulheres cumprindo pena nos três regimes.

De modo geral, no sistema convencional as cadeias femininas também são lugares readaptados, prisões que anteriormente haviam sido masculinas. Ainda hoje a maioria dos estabelecimentos penais são mistos e as alas e celas são adaptações feitas para receberem as mulheres. Não existe na maioria desses lugares uma estrutura adequada às especificidades femininas que continuam utilizando os mictórios feitos para homens e não contam com espaços reservados para creches e berçários. (Padovani, 2001)

A demora para criação de uma APAC feminina se deve às especificidades que acentuam a diferença do homem e da mulher no sistema prisional. Pela representação imaginária de não constituírem perigo e estarem atreladas à fragilidade e docilidade, a figura feminina não foi incluída no cenário de criação do sistema penal. A mulher nas classes dominantes seria a futura mãe dos herdeiros e nas classes subalternas aquela que representava mão de obra barata. Nesse contexto, a transgressão feminina era punida com correção e castigos com o objetivo de educá-las e recuperá-las para o retorno ao lar. Nas prisões, os trabalhos oferecidos a elas estavam sempre atrelados ao cuidado e aos afazeres domésticos. Atualmente, esse quadro pouco se alterou; são oferecidos às mulheres na APAC no regime fechado, trabalhos atrelados ao feminino como os manuais ou os que envolvem cuidados e sem que estes representem ganhos monetários significativos.

Vargas (2012) se refere à APAC feminina de Itaúna como apêndice da unidade masculina, que administra e gerencia as atividades ali desenvolvidas. Apesar de ter uma diretoria e funcionários próprios, as ações e atividades a serem realizadas são gerenciadas pela unidade masculina que regulamenta e controla o cotidiano da APAC feminina. As diferenças entre as unidades também se acentuam no tocante ao espaço físico, no número de voluntários, na quantidade de pessoas presas e principalmente na quantidade de

atividades que são realizadas tanto na área de trabalho quanto de estudo, o que leva a unidade feminina a aparecer de maneira muito discreta em relação à masculina. No cotidiano as diferenças entre as unidades se refletem em uma série de privilégios que os homens têm sobre as mulheres. Exemplo disso é o fato de que somente em 2012, dez anos após a criação da unidade feminina, passaram a ter direito à remissão de pena e ainda hoje, diferente dos homens, trabalham e não são remuneradas. Também em 2012 elas conseguiram o direito de assistir a jogos de futebol, pois anteriormente eram proibidas de assisti-los ainda que se tratasse de jogos considerados importantes como os da seleção brasileira.

No uso das roupas, uma séria de restrições é imposta a elas, como por exemplo, o uso do vestido, uma conquista recente, conseguida através de muita negociação e pressão. Atualmente podem ser usados desde que com comprimento até que fossem abaixo do joelho. A alegação da APAC estava baseada no fato de que usar vestidos poderia facilitar a prática sexual. O direito à relação sexual também só foi alcançado por elas recentemente; em 2012 começaram a receber visitas íntimas de 15 em 15 dias em espaço que contou com a participação financeira das presas para ser devidamente reformado. A regulamentação sobre as roupas e o rígido controle acerca das visitas íntimas com acompanhamento sistemático da vida afetiva da presa apontam para o controle dos corpos femininos tal qual se apresenta historicamente na sociedade.

Apenas as relações heterossexuais são permitidas e para que as presas recebam visitas íntimas precisam passar por uma série de procedimentos que legitimam a relação para receberem a autorização. As mulheres precisam provar para a instituição que possuem um relacionamento legítimo e duradouro com o parceiro, ou seja, por meio de certidão de casamento ou através de declaração de união estável. Para que as visitas sejam iniciadas, o parceiro precisa fazer uma série de exames clínicos que atestem estar em boa saúde física não apresentando perigos e riscos para a saúde da mulher. Os exames comprovam principalmente que o companheiro não porta nenhuma doença sexualmente transmissível.

As presas que recebem visita íntima compõem um quadro seletivo de mulheres que fazem parte de um grupo heterossexual, formalmente casadas e que conseguiu manter um relacionamento estável com alguém de fora, tendo provado ao Estado a existência e a legitimidade dessa união. Padovani (2011) discute o fato de que a sexualidade das mulheres continua sendo controlada e alinhada aos padrões de papéis tradicionalmente atribuídos a elas, como a família e o amor. “Ou seja, uma atualização da idéia de que o

sexo, para as mulheres, está vinculado ao amor e à instituição familiar, enquanto que, para os ⁴homens, à necessidade fisiológica própria da “natureza masculina”. (p.115)

A autora também discute o fato de que as visitas íntimas concedidas às mulheres partiram de uma perspectiva de que o contato com o masculino as afastaria das relações homossexuais. Nesse sentido, a visita íntima heterossexual (conjugal) pretendeu ser uma política de prevenção e controle à homossexualidade. No entanto, cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu no dia 05 de maio de 2011 a legalidade das uniões civis homossexuais e os cartórios passaram então a ser obrigados a registrar as uniões entre pessoas do mesmo sexo tendo na forma da lei assegurados todos os direitos como pensão, herança, plano de saúde entre outros. Poderíamos pensar que a equalização legal da conjugalidade homossexual expandiria para o cenário prisional concedendo o direito das visitas íntimas também aos parceiros do mesmo sexo. Entretanto, não se fez legal na APAC feminina de Itaúna e nem na maioria das prisões Brasil a fora. Padovani (2011) realizou um amplo estudo do cenário homossexual feminino nas prisões brasileiras e constatou que apenas no Centro de Ressocialização Feminino de São José do Rio Preto as visitas íntimas homossexuais são permitidas.

Na APAC o não reconhecimento das relações homossexuais bem como seu repúdio, além de reforçarem a homofobia presente no sistema convencional e na sociedade faz parte também da forte reprodução dos discursos religiosos que constituem o método. De acordo com Vargas (2012, p. 15) “o Método APAC não é cerceado pelas algemas, mas pelos grilhões da fé e do coração”. A vinculação do preso à família, a escolha do bem acima do mal e de condutas ditas “morais”, “sagradas” e “naturais” pautam a maneira como a instituição prega e desenvolve seu método e vinculam necessariamente as práticas sexuais fora da heteronormatividade como amorais. As relações homossexuais são vistas como forte ameaça aos preceitos de condutas morais e religiosas. Padovani (2011, p.201) assevera que “ser sapatão dentro de uma penitenciária feminina é estar constantemente sob um foco de tensão, no qual o passado é conjecturado, o presente é julgado e o futuro, duvidado”.

⁴ A Justificação da resolução de 30 de março de 1999 aponta, ainda, para o fato de que em “algumas legislações mais avançadas” é permitida a visita de prostitutas aos homens presos, sugerindo que essa poderia ser uma prática adotada em prisões masculinas no Brasil. Essa citação, mais uma vez, evidencia a diferença imposta pelas regulações jurídicas e penais entre as pessoas detidas em prisões masculinas e femininas. (Padovani, 2011, p. 196)

3.4 Estrutura organizacional : Atores prisionais e o Método APAC

A estrutura organizacional da APAC conta com Conselhos deliberativos, Ficais e Executivos e é composta por um Presidente que administra e dirige a unidade por dois anos contando com um vice Presidente, Diretores, Secretários, Tesoureiros, Consultores financeiros e jurídicos. Toda essa representação hierárquica tem uma complexidade de funcionamento e formas de ingresso como as Assembléias Gerais. No entanto esse organograma não será aprofundado, pois de acordo com Massola (2005) nessa estrutura organizacional os atores que compõe de fato o cotidiano da instituição e são mais importantes para seu funcionamento são os plantonistas, voluntários, equipe de funcionários, gerente administrativo, diretor/a e recuperandos/as. É evidente que a alta hierarquia da instituição afeta o cotidiano, mas esses últimos são os responsáveis diretos pelo bom andamento da experiência prisional apaquena.

Atores apaqueanos

- Recuperandos e recuperandas

Recuperandos/as é o termo usado pela APAC para se referir aos presos e presas. Ottonobi (2006) acredita que essa nomenclatura diminua os impactos e estigmas contidos em ser denominado preso e principalmente por conceber seu método como um processo de recuperação, como dito anteriormente, matando o criminoso, voltando este, recuperado e adequado para viver em família e em comunidade. Segundo ele,

Dentro da proposta de valorização humana o termo “recuperando”, ou seja, aquele que vai se recuperar, é o mais adequado em detrimento de termos como educando, reeducando, apenado, interno ou sentenciado, os quais embora verdadeiros não deixam de depreciar e chocar o ser humano (Ottoboni,2001p.22). Assim, recuperando porque: recupera-se a saúde, recupera-se o toxicômano, recupera-se o alcoólatra; recupera-se o homem no sentido lato: educando-o, valorizando-o, alfabetizando-o, profissionalizando-o e revelando-lhe Deus (Ottoboni, 2001p.101).

Há uma série de conflitos e contradições expressas nessa perspectiva ainda que tenha sido pensada de forma a diminuir estigmas ou facilitar a recuperação da pessoa presa. A principal delas reside na discussão já feita acerca da premissa de “matar o criminoso” e depositar nele a responsabilidade de se tornar uma pessoa melhor, pronta e aceita para conviver socialmente apenas com seu “lado” bom, bem aos moldes maniqueístas.

Vargas (2012) nos ensina que os aspectos jurídicos (criminológicos), psicológicos (terapêuticos) e teológicos (católicos) são seletivamente apropriados pelo Método APAC e se sustentam na perspectiva de arquitetar um tipo ideal de sujeito, controlando e moldando seus comportamentos e suas experiências, para assim “recuperá-los”. Ainda nessa perspectiva, podemos pensar que desejar “matar o criminoso” esteja totalmente relacionado ao ideário de morte daquilo que não se aceita no sujeito esquecendo e negligenciando o que constitui a sua identidade incluindo sua história de vida com experiências e vivências. Aportar a recuperação do sujeito na perspectiva de matar aquilo que o constitui e fez parte de sua história pessoal é impossível, violento e perverso. Nessa perspectiva, toda a responsabilização para o cometimento de crimes está atrelada ao sujeito como uma espécie de livre arbítrio, deixando de responsabilizar o Estado e a sociedade.

Vargas (2012) elucida que o equívoco perante a esse discurso se aporta principalmente na visão humanista clássica que se atrelou à visão proposta por Cesare Beccaria. Essa visão compreende o criminoso como um indivíduo racional, baseado em suas próprias determinações, dotado de livre arbítrio, que decide livremente sobre transgredir ou não, pecar ou se santificar. As leis, fundadas em um contrato social firmado livremente, eram consideradas produtos de um senso democrático e dessa forma legítimas. Legitima-se assim punição sobre aquele que baseado em seu livre arbítrio “decidia” transgredir as leis devendo ser levado à expiação de sua culpa através do cumprimento de pena na prisão.

Para esta autora, a teoria institucional apaqueana diversas vezes também define o criminoso como um doente moral e social. Soares (1984, p. 189) citado por Vargas (2012, p. 129)

O criminoso é um doente social (moral) atacado pelo vírus da violência e do materialismo. Por isso, tem que ser tratado, com um tratamento eminentemente ético (...) o próprio preso reconhece que precisa de formação moral e cristã. Em decorrência disto, o método cuida primeiro e principalmente da recuperação moral

compreendida no ser humano multidimensional, enfatizando a parte religiosa como sustentáculo para o todo.

Em outras afirmações Mario Ottoboni concebe o crime como doença psíquica e compara o criminoso ao psicopata, o que demonstra a vinculação a um discurso médico e psiquiátrico, ensejados pela criminologia dos séculos 19 e 20. Nas palavras de Ottoboni (2001)

A delinquência é um desvio da personalidade, sintoma de desequilíbrio, de doença emocional, no mesmo nível de manifestações histéricas, esquizofrênicas e maníaco-depressivas (p.68). (...) A personalidade psicopata ou antissocial parece normal, ajustada, mas na verdade, carece do fundamental para que as pessoas se entendam: a lealdade para com as outras pessoas. E embora não se tenha uma ideia clara dos fatores que concorrem para a formação dos traços antissociais do psicopata, parece que os principais são o reforço dos atos antissociais na infância, a falta de um sistema de valores por parte dos pais com os quais as crianças aprendem a julgar os próprios atos como certos ou errados, bons ou maus, existência de mãe indulgente ou pai que protege o filho das normais consequências do comportamento antissocial. (p. 71)

Em contrapartida, ao descrever o criminoso como doente social Ottoboni (2001) também faz referências aos criminólogos da escola do positivismo francês que procura as causas da criminalidade das pessoas em seu meio social. Tarde e Lacassagne são figuras importantes dessa nosologia. Criminal. Menos ligadas ao positivismo lombrosiano do século 19 (que reconhecia no fenótipo do criminoso configurações genéticas e biológicas inerentes) a escola francesa se atinha mais às influências do meio. (Massola, 2005)

Para a compreensão do crime bem como para a introdução e manutenção do seu método, a APAC se articula através de todas as noções expostas acima e vê no sujeito um agente racional, com características sociais e/ou psiquiátricas que dizem respeito à sua vinculação ao mundo do crime.

O cotidiano na APAC feminina me fez experimentar de forma viva a vinculação do método a essas perspectivas. Em uma ocasião, narrando a um ator administrativo sobre minha pesquisa, de forma ingênua me referi á utilização do método de História de Vida, ao que fui repreendida de pronto. Tal ator me disse de forma rígida que não acreditava ser

oportuno usar tal método no contexto das APACs, pois a história de vida do recuperando, aquilo que ele viveu, precisava ser esquecido e tal estudo poderia provocar lembranças que as recuperandas teriam de esquecer.

Os relatos e vivências com as mulheres na APAC revelavam que a ideologia expressa no método APAC não encontrava ressonância nos seus discursos, ações e afetos. Por se tratar de uma unidade prisional em cidade pequena, as recuperandas se conheciam desde a infância ou a adolescência e narravam histórias engraçadas ou perigosas que passaram juntas. Acompanhavam eufóricas os noticiários da televisão para saberem quem havia sido preso e quando conheciam as pessoas lembravam das histórias, dos casos e das previsões que haviam feito em relação a elas. Na ocasião da chegada de uma recuperanda na APAC soube através de Márcia que aquela mulher era amiga de sua mãe, havia sido sua babá e posteriormente havia trabalhado para ela vendendo drogas. Essa intimidade provocava horas de “contação de casos” e fatos do tempo que conviveram na rua.

Diversas vezes observei o comportamento das recuperandas frente aos agentes administrativos da APAC: mantinham o tom de voz baixa, evitavam risos e uso de gírias e palavrões. Bastava que fossem embora para que a cadeia restabelecesse seu tom habitual, risadas altas, gírias, conversas animadas sobre drogas, crimes e sexo. Cabe lembrar aqui que nesse período eu já havia estabelecido uma relação de confiança com as recuperandas e que minha presença não provocava mais tantos endereçamentos como em todo início de trabalho com histórias de vida.. Os assuntos mais triviais e comuns durante o dia circundavam em torno do crime. Constantemente se chamavam de bandidas, de criminosas ou perigosas, ameaçavam umas às outras nas brincadeiras narrando cenas de crueldade, como matar, esfaquear, degolar.

Os crimes que cometeram estavam atrelados a situações corriqueiras do cotidiano como, por exemplo, na ocasião em que almoçávamos e algumas presas começaram a comparar a couve que havia sido refogada de forma errada com a maconha que vendiam dizendo em gargalhas que a couve estava com aspecto de maconha e que obviamente preferiam fumá-la. Muitas vezes ao discutirem por alguma razão, o motivo da prisão vinha à tona em forma de provocação como o caso de uma recuperanda presa por falsidade ideológica e tráfico de drogas que era constantemente alvo de brincadeiras e críticas por ter se passado pela irmã. Todas as vezes que tentava negociar algo com as outras recuperandas elas provocavam, mas quem está negociando, X ou Y, e caíam na gargalhada fingindo não saber se era ela ou a irmã quem estava ali.

Ainda que não fosse uma cadeia de cidade pequena o cotidiano versaria sobre o crime, pois estavam ali outras mulheres que não haviam crescido ou vivido em Itaúna. Trata-se de algo natural ou intrínseco ao ser humano estar ligado e ser constituído por sua história mesmo que não tenha consciência disso; acreditar que seja possível matar essa história seria ilusório e ingênuo. Essa ilusão decorre da forma maniqueísta de pensar a constituição identitária dos sujeitos entre bem e mal, bom ou ruim e não um sujeito carregado de possibilidades e contradições, além de desconsiderar o fator externo como problemático.

A crença em matar o criminoso invisibiliza as condições engendradas pelo social para pensarmos a criminalidade atribuindo somente ao sujeito a responsabilidade pela sua inserção na criminalidade, deixando de responsabilizar o Estado frente aos crimes e sem refletir sobre a seletividade penal. A APAC, ao focar no infrator e ao atribuir a ele responsabilidade irrestrita sobre o delito impõe um direcionamento ao pensamento levando a encontrar na fé o recurso para o fortalecimento interior; erra ao atribuir apenas ao sujeito a responsabilidades pelo cometimento do crime. Nesse sentido, ela não é capaz de proporcionar mudanças sociais mais profundas e em contrapartida não facilita a vida dos presos quando em liberdade.

Nas APACs é responsabilidade dos presos organizarem a limpeza, o espaço, os alimentos, o tempo, o preparo das refeições; além disso, ficam também responsáveis pelas chaves da cadeia regulando a disciplina e a segurança da instituição. Além de todas as novidades e diferenças expressas no funcionamento e na estrutura organizacional das APACs se destaca a participação que os recuperandos têm na gestão da unidade atuando como auxiliares da administração através dos denominados Conselhos de Sinceridade e Solidariedade (CSS). A função desse órgão é a de fazer cumprir as premissas oficiais de controle e disciplina da entidade cuidando para que as regras funcionem e regulando os demais recuperandos quanto à essa obediência. De acordo com Vargas (2012) dentro das APACs os presos cumprem um papel de custódia direta sobre os outros presos, servem de vigias e policiais uns dos outros.

O CSS é composto por recuperandos eleitos ou designados pelos plantonistas e pelos próprios presos tendo o aval da direção para compor o quadro de cargos e funções necessárias ao Conselho; não há uma forma específica de escolha dos membros, no geral são eleitos de acordo com seu comportamento e dedicação. Este mecanismo possui como base o Regulamento de funcionamento da APAC e controla os horários, as entradas e saídas, o comportamento e a disciplina como um todo. Cada regime tem seu próprio CSS e

seus membros apesar de não terem poderes jurídicos julgam as infrações dos recuperandos sugerindo direção a punição por advertências, retirada do lazer, isolamento celular para 'reflexão'.

O CSS é composto por Presidente, Vice-presidente, Secretário, Diretor Artístico, Encarregado de Farmácia, da Manutenção, da Remição e da Laborterapia. Há também os responsáveis por trancar os presos nas celas durante a noite, os chamados "galerias", os porteiros que cuidam das chaves das portas de entrada na unidade, das portas principais de cada regime e a função de auxiliar de plantonista.

Concordo com Vargas (2012) que alude ser essa forma de vigilância muito mais panoptica que qualquer outro mecanismo de controle existente ali. Mesmo não fazendo parte do CSS fica obrigatório que qualquer preso que veja o outro em atitude suspeita se comporte com sinceridade e conte ao conselho sobre os comportamentos errôneos. No sistema convencional uma delação é vista como uma traição e repudiada por todos os presos; a APAC tenta reverter essa lógica através do CSS premiando e valorizando aquele que delata através da sinceridade a qualquer custo. Durante um ano acompanhei e presenciei as recuperandas que entravam e saíam do CSS, presenciei uma rigorosa vigilância exercida sobre as demais recuperandas por parte do conselho, conflitos, desconfianças, choros e brigas em torno das atividades desse órgão.

Durante o período que estive na APAC, observei presas desenvolvendo várias funções dentro do conselho, passando pela presidência, farmácia e secretaria. Acompanhei os dilemas vividos por elas na execução das tarefas consonantes ao CSS, a frustração por ter perdido amizades em decorrência de brigas e desentendimentos e ainda a esperança e expectativa em serem reconhecidas e valorizadas pela correta execução das funções e delações das colegas consideradas transgressoras.

Uma recuperanda se queixou diversas vezes em ser integrante do CSS e ao questioná-la sobre a permanência no conselho, ela dizia temer represálias por parte da direção caso se negasse a continuar o trabalho. Percebi que essa presa ficava confusa quanto à real importância de compor o CSS e de cumprir ou não aquelas regras e normas, algumas delas bastante severas. Ao relatar sobre as regras, comparava-as com as do sistema convencional chegando a afirmar serem as da APAC mais severas ou de difícil adaptação. "Aqui as pessoas não pode se enganar, a gente pensa que ta numa casa, mais num ta não, aqui é mais pesado, as regras daqui são muito piores que as de la". "Eu aqui sinto o peso dessas função e não sei se fico ou se saio, na verdade acho que não dá mais pra sair".

- **Voluntários**

A APAC traz em seu funcionamento outro importante componente da Lei de Execução Penal (LEP) que é a participação da comunidade dentro das prisões, através dos voluntários. O trabalho voluntário também deveria estar presente no sistema convencional em cumprimento da LEP na forma dos Conselhos de Comunidade, porém como afirma Vargas (2012) a efetividade dos conselhos dentro das unidades prisionais do país é questionável: não funcionam ou acontecem de maneira muito tímida. O cenário na APAC, contudo é mais uma vez diferenciado das demais unidades prisionais e dessa vez o elemento que impressiona e potencializa seu método está a cargo do trabalho realizado pelos voluntários. Prestam diversos tipos de serviços gratuitos de forma espontânea. Segundo Ottoboni (2001) sem a presença dos voluntários a APAC não funcionaria. De acordo com ele:

O trabalho apaqueano é baseado na gratuidade, no serviço ao próximo. Para esta tarefa, o voluntário, verdadeiro apóstolo dos condenados, precisa estar bem preparado. Sua vida espiritual deve ser exemplar, seja pela confiança que o recuperando nele deposita, seja pelas atribuições que lhes são confiadas, cabendo-lhes desempenhá-las com fidelidade e convicção. Quem tem uma boa experiência espiritual não vacila diante dos obstáculos que surgem.

(...). No Método APAC, o amor há de ser gratuito, constante e incondicional, por isso a graça de Deus passa a ser a recompensa (...). A remuneração deve se restringir apenas e prudentemente às pessoas destacadas a trabalhar no setor administrativo, cuja característica principal foge da marca do voluntariado. (2001, pag. 90)

Para se tornar um voluntário da APAC é preciso ter boa conduta moral e social além de participar do Curso de Formação de Voluntários oferecido nas próprias unidades, com duração de 180 horas, distribuídos em finais de semana e ter aprovação no curso. Os voluntários assinam um Termo de Adesão para Voluntário e devem assumir a função de forma responsável e comprometida, justificando sempre sua ausência e prestando as atividades de forma gratuita. Os voluntários dispõem de tempo para acompanhar os recuperandos em várias atividades ao longo da semana, além de participarem dos eventos importantes realizados pela instituição. (Ottoboni, 2001)

Convivi com muitos voluntários e pude presenciar o envolvimento e compromisso com que assumem as atividades propostas. A presença deles no cotidiano da APAC torna o ambiente prisional totalmente diferente do convencional em que qualquer pessoa de fora é vista com desconfiança; na APAC estas pessoas são bem quistas pelas recuperandas e pela direção. Normalmente os voluntários são pessoas que causam admiração nas recuperandas, criam laços de confiança e fortalecem a amizade entre eles, são pessoas de referência que as recuperandas podem contar caso precisem de algo ou queiram desabafar sobre algum problema. Dentre os vários voluntários que conheci na APAC dou destaque ao professor de dança que atua ensinando passos de danças que servirão de apresentação para as famílias nas festas realizadas pela unidade. Ele consegue estabelecer um vínculo e um laço de amizade com as presas que relataram o admirar muito.

Também me impressionava uma voluntária professora de violão. Freira franciscana era chamada pelas presas de irmã e tinha uma voz belíssima. As aulas de canto com essa professora era uma verdadeira farra, com direito a gargalhas, agudos e graves completamente desarmonizados. A irmã com paciência cantava inúmeras vezes as mesmas músicas e parecia não fazer julgamentos morais diante do comportamento das recuperandas que se sentindo á vontade com a professora faziam uma algazarra generalizada. Muitas vezes me peguei entregue ás gargalhadas diante das vozes sem sintonia e das palavras que saíam errado, algumas muito bem humoradas erravam de propósito para verem nossa explosão de gargalhadas. Não é possível imaginar uma cena dessas no sistema convencional.

Em março de 2014 participei da formação para voluntários que aconteceu na APAC masculina de Itaúna. Fui convidada por uma plantonista e entrei no curso atrasada em relação aos meus colegas de formação; perdi dois encontros que recuperei depois em aula particular. Esse momento marcou minha atuação na APAC, pois, me fazia refletir de forma profunda acerca das contradições do Método, mas ainda assim eu estava me integrando a ele, mesmo carregada de críticas e tensionamentos estava muito satisfeita por fazer parte daquela construção. Posteriormente fui convidada por um grupo a pensar as especificidades de gênero no sistema prisional contribuindo com um texto que servirá de base para novas APACs femininas.

Meu envolvimento e engajamento ás questões relativas ás prisões de mulheres não passavam ilesas, as presas me reconheciam como agente de direitos humanos e embora eu me considere como tal, tentava vincular minha presença á pesquisa, mas era ignorada, eu era vista por elas como a psicóloga voluntária de direitos humanos. Passei a fazer

atendimentos psicossociais, levar parentes de presas de Belo Horizonte até Itaúna, visitava filhos de detentas em orfanatos, convencia familiares a levarem os filhos delas até as visitas, cheguei a procurar na penitenciária feminina de Belo Horizonte os pertences de uma presa a pedido dela.

Essa aproximação não fica isenta de reflexões e críticas também por parte das presas. Sempre que chegava na APAC Márcia procurava uma forma de me dizer que ficava encabulada de ver pessoas de bem quererem se envolver com presos, admirava os criadores da APAC e me questionava cotidianamente sobre gostar de trabalhar com presas. Quando chegava alguém que não me conhecia ela respondia imediatamente, ela gosta de trabalhar com mulher presa, ela gosta de defender a gente. Verifiquei em minha experiência pessoal o afeto que as presos dão aos voluntários, evidenciando a importância desse trabalho nas unidades prisionais.

- **Plantonistas**

Os plantonistas geralmente são pessoas que pertencem à comunidade contratadas como encarregados da custódia dos recuperandos, cumprindo seu papel sem utilizar nenhum recurso usado por agentes prisionais ou policiais como armamentos, máscaras e demais “instrumentos”. De acordo com Vargas (2012) a figura dos plantonistas retira do cotidiano relações de violência e corrupção tão conhecidamente realizadas por policiais e agentes prisionais nas cadeias convencionais. Esta forma de gestão procura tornar as relações entre gestores e presos mais humanizadas. Durante o trabalho de campo em Itaúna pude conviver com plantonistas que demonstravam generosidade e comprometimento com o bom funcionamento da unidade, algumas delas ex recuperandas ou familiares de pessoas presas.

Também vi plantonistas serem severamente criticadas pelas detentas. As queixas mais comuns se baseavam em críticas relativas ao abuso de poder. Como as relações de maus tratos não podem ficar explícitas as violências psicológicas ficam mais acentuadas e são praticadas habitualmente. Como exemplo citavam a interferência no recebimento e envio de cartas, telefonemas, perseguições e tratamentos hostis. Em minha incursão pela APAC presenciei a plantonista chefe da segurança ter atitudes bastante severas e hostis com as presas, mas no tocante às demais plantonistas nunca testemunhei atitude que merecesse uma crítica mais acentuada.

- **Diretoria e funcionários administrativos**

Os funcionários que compõem o quadro administrativo da APAC são os únicos, que recebem remuneração pelos trabalhos prestados. Entre eles estão a equipe administrativa da diretoria que conta com técnicos como psicólogo, assistente social e advogado, diretoria, gerente administrativo, secretários, tesoureiros e os plantonistas; os salários são pagos pela própria instituição.

Na APAC feminina de Itaúna a cozinha e o refeitório funcionam no segundo andar da casa, espaço em que se encontram os alojamentos das presas do regime fechado. Como prescrição, as presas de regimes diferentes não podem se comunicar (quando isso ocorre, as presas sofrem penalidades impostas pela direção, como o trancamento nas celas, perda do direito às ligações telefônicas, etc.) e por esse motivo apenas as mulheres do regime fechado trabalham preparando as refeições. Enquanto as presas do semiaberto sobem até a cozinha para almoçar, as do sistema fechado ficam trancadas na sala da casa esperando que as demais alcem.

Todos os trabalhadores da APAC incluindo a diretoria almoçam com as presas nesse refeitório, se dividindo entre os horários correspondentes ao almoço das mulheres nos dois sistemas. Também almoçam no refeitório, os funcionários da FEBAC (alojada ao lado da casa) e muitas vezes também almoçam os voluntários.

Acompanhei muitos almoços e pude perceber que há entrosamento entre as presas e os trabalhadores da APAC. Percebi que o diretor da unidade escutava com atenção as demandas das mulheres, perguntava pela família, pelos filhos e pelos estudos. Mesmo fato acontecia com outros trabalhadores como as secretárias, que mantinham conversas animadas com as mulheres dispensando tempo e amizade. O advogado da unidade era chamado de vários apelidos pelas presas e aparentavam ter construído uma relação de confiança.

Sempre fui bem recepcionada pelas pessoas que trabalham na APAC, que demonstravam bastante interesse em relação à pesquisa, embora eu esbarrasse no método que propunha utilizar. Optei pela estratégia de não detalhar para não causar desconforto ou dúvidas.

Método APAC

O quesito que mais rende méritos ao bom funcionamento da APAC está relacionado ao seu elemento principal e que delinea toda a proposta da instituição: o método. Seu objetivo é regulamentar e organizar o funcionamento da instituição, trazendo em seu arcabouço premissas que se pretendem diferenciadas do sistema prisional convencional com vistas a humanizar a cadeia e garantir a recuperação dos presos. O Site da APAC masculina de Itaúna define o Método APAC da seguinte forma:

O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, baseado em 12 elementos, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de se recuperar. A metodologia da APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também um importante diferencial no método da APAC. (<http://www.apacitauna.com.br/institucional>)

De acordo com Ottoboni (2001) o método deve ser implantado e efetivado de forma integral, pois as respostas positivas se encontram na harmonia de seu conjunto. Apresentarei de forma breve seus 12 elementos.

1- Participação da comunidade: de acordo com Ottoboni (2001) o método APAC só poderá existir se houver participação comunitária, por isso este elemento é considerado por ele como um dos mais importantes. Essa participação deve vir por parte dos voluntários e outros atores comunitários como as igrejas, associações comunitárias, organizações e deve ser divulgada através das rádios, jornais e emissoras. Na perspectiva apaquena é importante que a comunidade saiba que aquela pessoa voltará a viver em sociedade e comece a se importar e se implicar com isso contribuindo para o fim do preconceito e para a recuperação do mesmo. Faria (2009), entretanto, salienta:

Não se trata de uma ação que envolva a comunidade propiciando reflexões sobre as condições sociais e políticas que permeiam a criminalidade. A participação da comunidade se dá, então, nesta dimensão de atendimento e assistencialismo não se questionando as ações de mudança das condições

sociais e políticas que caracterizam aquela comunidade e que se mostram férteis à criminalidade, quer seja num nível micro ou reflexo de um todo social mais abrangente. (pag.124)

2- Recuperando ajudando recuperando: este elemento trabalha o sentimento de ajuda mútua e colaboração que precisa existir entre os recuperandos. Ottoboni (2001) acredita que é preciso despertar-los para os valores e necessidade de ajudar uns aos outros pois o ser humano nasce e vive em comunidade. Deve-se buscar a melhora da disciplina, a cooperação entre os condenados, solidariedade, sinceridade e a busca coletiva para resoluções dos problemas e soluções de questões simples e complexas. A ajuda mútua se expressa através do CSS já apresentado e da representação de cela. Ao procurar transferir aos presos “poderes” para lidarem com as situações conflituosas na cadeia, a APAC pode estar criando algo ainda mais nocivo, o controle institucionalizado de presos a outros presos gerando ao invés de ajuda e companheirismo brigas e acertos de conta fora dos muros da APAC.

3- Trabalho: no método o trabalho deve ser aplicado de acordo com o objetivo de cada um dos regimes; no fechado é o tempo de recuperação, buscando-se através do trabalho a valorização do ser humano e resgate de sua dignidade por meio da laborterapia. No semiaberto busca-se a profissionalização aperfeiçoando a formação de mão de obra especializada visando a volta ao mercado de trabalho. E o regime aberto é a própria reinserção social, ele deve ser capaz de buscar sustento para si e sua família. Para o idealizador, o trabalho não deve ser visto como todo o contexto de recuperação do preso e sim parte da proposta, pois somente o trabalho não seria suficiente para transformá-lo.

De acordo com Faria (2009) a APAC e o Estado precisam evoluir no sentido de melhorar as condições para desenvolvimento das atividades laborais dos presos a fim de prepara-los de forma efetiva para o mercado de trabalho. Ela alerta:

Assim, torna-se contraditório ter como parte do método o trabalho como elemento ressocializador e oferecer ao recuperando apenas atividades laborterápicas e de limpeza e manutenção do presídio, que não o preparam profissionalmente, fazendo apenas com que o cumprimento do tempo de pena seja mais agradável e menos degradante que o sistema convencional. Sendo um direito social previsto pela Constituição e por uma Carta Política, poderíamos

esperar que houvesse a garantia por parte do Estado deste direito social, propiciando aos detentos condições de trabalho dentro dos presídios. (pag. 131)

4- Religião: De acordo com Ottoboni (2001) é necessário que não cometamos o equívoco de pensar que a religião por si só salvaria o condenado. Assim como o trabalho, a religião não está no centro da recuperação, mas como parte do processo. Ele adverte para o fato de que pela via da religião o preso pode mentir e mascarar suas reais intenções e que somente através da experiência de Deus amando e sendo amado ele poderá se recuperar. Em meu percurso na APAC acompanhei diversas missas e outros eventos religiosos, mas apesar de não serem obrigadas a participar, a não adesão a alguma atividade religiosa as levava a ganhar pontos negativos ou perder pontos em seus prontuários de comportamento. Em certa ocasião vi uma recuperando sofrer uma represália tomando uma punição por não estar abrindo totalmente a boca na hora de cantar o louvor. Diante do exposto concordo com Mssola (2005) ao afirmar que a religião pode ser usada em algumas APACs como estratégia de controle e punição.

5- Assistência Jurídica: o método traz a recomendação de uma atenção especial a este item; a assistência jurídica deve ser ofertada aos recuperandos comprovadamente pobres não abrindo assistência jurídica comunidade exterior a APAC. Talvez seja esse o elemento em maior defasagem na APAC feminina de Itaúna, onde muitas recuperandas não sabiam informações corretas acerca de seus processos e estavam sem assistência jurídica adequada.

6- Assistência à Saúde (médica, odontológica, psicológica, etc.): De acordo com Ottoboni (2001) a saúde deve estar em primeiro plano pois dessa forma evita-se sérias aflições dos recuperandos além de se tratar de um importante caráter humanitário. Na APAC de Itaúna presenciei as presas recebendo constantemente auxílio médico e odontológico; o auxílio psicológico é oferecido dentro da própria organização.

7- Valorização humana: este elemento é central no método APAC, pois coloca o ser humano em primeiro lugar adotando práticas que busquem conscientizar os recuperandos na valorização de si mesmo. A valorização humana utiliza a educação como forma de

sensibilização através de palestras, reuniões e atividades que visem despertar o conhecimento de si mesmo, o reconhecimento do medo, dos vícios e das causas que os levaram à prática de crimes, contribuindo para sua recuperação e aumento da auto estima. Também são preconizadas a melhora física do ambiente, boa alimentação, bem como a qualidade de relacionamento entre todos.

8- Família: a participação da família é parte fundamental para a recuperação do preso e nesse sentido ganha destaque e fica em evidencia. É indispensável que a família participe de toda a vida do preso na unidade e não seja afetada pelo cumprimento da pena de seu familiar; a família é uma parceira da APAC pois acredita-se que ela seja capaz de conter rebeliões, brigas e fugas. É também dado às famílias o direito de participar como voluntário e plantonista além de serem cotidianamente estimuladas a freqüentarem a APAC não somente nos momentos de visitas, mas nas festas, formações e jornadas.

Percebi que esse elemento do método é extremamente benéfico para as presas. Diferente do sistema convencional em que os familiares são submetidos cotidianamente à situações de humilhação e desrespeito, na APAC todos são tratados com dedicação e cuidado. Testemunhei visitas regulares de familiares além de levar parentes das presas de Belo Horizonte até Itaúna, pessoas que encontravam dificuldades para irem até a cidade. Combinava com as presas que pedia autorização à diretoria que sempre era receptiva e na maioria das vezes ficava imensamente agradecida pela oportunidade.

Nas ocasiões festivas, construía coreografias, ensaiavam músicas, faziam cartazes e boas comidas a fim de receberem seus familiares. Novamente diferente do sistema convencional na APAC não conheci mulher que ficasse sem receber visitas semanalmente; aquelas que estavam muito longe de casa como no caso de uma detenta de outro Estado, era lhe dado o direito de conversar por telefone com a família duas vezes na semana. Esta presa recebeu sua mãe na APAC e pôde ficar hospedada na instituição por uma semana. Estes fatores evidenciam a importância dada à família no processo de recuperação do preso.

9- Voluntários: Este elemento já fora discutido em tópico anterior

10- CRS- Centro de Reintegração Social: A APAC criou o Centro de Reintegração Social em cumprimento a LEP artigos 91 e 92 que regulamenta que o cumprimento da pena em regime semi-aberto deva ser feito em colônia agrícola ou similar. Contudo, no Brasil há

falta de colônias agrícolas para receberem os presos desse regime, de acordo com o Ottoboni (2001) em todo o país só existem 8.

11- Mérito: O recuperando é acompanhado e observado em todo o seu cotidiano na APAC. A apuração de desempenho positivo lhe garante a futura progressão nos regimes. No prontuário do recuperando constam todas as saídas, elogios, advertências recebidas quando exercem alguma tarefa na prisão passando a atestar o mérito do recuperando. Segundo Ottoboni (2001) para além de perceber se ele se ajustou ou é obediente às normas busca-se por meio desse elemento observar se o recuperando aceitou bem o método. Participar de todas as atividades, ser membro do CSS, representante de cela e aderir às tarefas que devem ser realizadas como a cozinha e a faxina atestam a favor do recuperando. O relacionamento com os outros recuperandos, com a família e os voluntários também rendem pontos positivos no prontuário.

Este elemento aporta na atuação da Comissão Técnica de Classificação- CTC que acompanha e avalia a mensuração do mérito realizando exames para progressão de regimes, dependência toxicológica e insanidade mental através de atendimentos profissionais individualizados. Marcia relatou que certa vez contou a um técnico sobre fatos de seu passado pensando estar em um atendimento em que pudesse se abrir sobre seus conflitos pessoais e familiares e para sua surpresa constatou que tudo que relatou para essa pessoa estava constando de seu CTC. Esse fato gerou grande desespero em Marcia que acreditava que tal fato poderia lhe atrapalhar a progredir de regime além de se sentir decepcionada e traída.

12- Jornada para libertação com Cristo: as jornadas são de acordo com Ottoboni o ponto alto da metodologia. Devido à grande importância dada ao evento foi lançado um livro chamado Parceiros da Ressurreição contendo todos os passos para sua realização; a elaboração definitiva demorou quinze anos de estudos. Os recuperandos passam três dias em local reservado para a jornada, normalmente em alguma APAC que pode também receber recuperandos de outras APACs em tarefas de reflexão e interiorização afim de serem provocados quanto à filosofia do evento que é lhes preparar para a adoção de uma nova filosofia de vida.

Está evidente no Método APAC as preocupações com o cumprimento da LEP através de uma proposta que pretende humanizar a vida na prisão servindo de apoio e com pretensões de “salvação” para os sujeitos em privação de liberdade. Contudo, a iniciativa reflete em todos os seus pressupostos, o controle social existente em toda a estrutura do

sistema prisional convencional. Nesse sentido, seria ingênuo e até mesmo utópico acreditarmos que a privação de liberdade mesmo que dita humanizada seria capaz de transformar a realidade da criminalidade com suas estruturas sociais, econômicas e políticas. Ao contrário, evidenciamos que a iniciativa apaquena reforça o ideário punitivo como expressão do bem sucedido sistema penal como se a prisão fosse algo que de fato reparasse os sujeitos ditos criminosos imprimindo somente ao caráter individual a culpabilização pela violência, quando ao contrário sabemos que se trata de um problema do Estado que se omite e opta primeiramente pela punição de uma parcela mais pobre da sociedade.

3.5 Pode uma prisão ser humanizada? Dilemas e contradições de uma instituição total

Será que a prisão continuará sendo a detestável solução da qual não se pode abrir mão? (Foucault, 1987).

Diante do exposto no capítulo, essa sessão trata de colocar em debate as contradições dessa instituição que, ainda que se intitule como humanizadora, corrobora e reproduz o eficientismo penal do sistema prisional convencional. As APACs podem ser pensadas como modelo alternativo, entretanto, tal constatação não deve ser reconhecida sem críticas e problematizações para se readequarem ao que se identificaria como avanço no sistema prisional. Admitir os méritos do experimento institucional apaqueno não exime a necessidade de colocar em questionamento (e em dúvida e suspeita) as inúmeras contradições entre o prescrito de seu método e o que é vivenciado no cotidiano da instituição.

Algumas destas contradições são fomentadas pelo Estado, principal descumpridor das prerrogativas legais em torno das regras para tratamento mínimo das pessoas presas. É dele a principal responsabilidade (e conseqüente descumprimento) dos repasses financeiros que poderiam garantir melhores condições de formação, educação e profissionalização dos presos na APAC. O que se percebe, no entanto é a falta de engajamento do Estado em garantir aos cidadãos os direitos fundamentais para a sua existência. No cerne das contradições inerentes às APACs cumpre destacar a presença

incisiva e ostensiva do Sistema Judiciário Brasileiro. Este funciona exercendo grande impacto na administração interna das APACs, influenciando decisões relativas à vida carcerária dos presos. De acordo com Vargas (2012, p222) em relação ao Estado, as APACs podem ser lidas como:

Uma política humanizada de fachada em que o Estado, via terceirização, e sob o nome de um conjunto de ONGs que agem em seu lugar, estaria recolocando com uma mão o que ele próprio tira com a outra; isto é, pode parecer que o Estado, que desumaniza a vida carcerária no sistema prisional convencional, a re-humaniza por meio da delegação de poder em favor de ONGs. As APACs, portanto, podem ser pensadas como uma manobra do estado mineiro, que participa de uma lógica neoliberal, orientada pelo prisma produtivista da contenção de gastos do Estado e de desinvestimento social, vistos como onerosos e ineficazes.

Ainda assim, o projeto institucional oferecido pelas APACs representa dentro do cenário prisional dominante pontos positivos para os avanços necessários à luta pela reforma do sistema prisional. Entretanto, essa possibilidade só pode ser vislumbrada se considerarmos que os projetos abolicionistas não se projetam em um horizonte político imediato e abarcamos a necessidade de ações de caráter urgente. A partir desse ponto de vista, é possível vislumbrar nas APACs as possibilidades de rupturas frente às incredulidades nas mudanças do sistema prisional brasileiro. Ainda assim, Vargas (2012, p. 222) alerta sobre os perigos das atribuições imediatas desse modelo prisional a um viés determinado como humanizado.

Para a autora, é preciso colocar em debate os adjetivos de prisões humanizadoras, humanizadas e humanizantes atribuídos à APAC para não incorrerem em armadilhas e reproduções de ideologias que reafirmem as prisões como espaço genuíno de recuperação humana. As práticas consideradas humanizadoras das APACs derivam da condição de garantidora de direitos mínimos aos presos uma vez que o tratamento no sistema comum é desumano e degradante; nesse sentido a APAC “recupera o mínimo de humanidade quando comparado à humanidade não humana ou desumana produzida pelo sistema comum de aprisionamento.” Vargas (2012, p. 222)

Entretanto, a autora alude que o caráter ético-político “humanizador” apaqueano pode legitimar a existência bem como a manutenção das prisões, desde que bem administradas e politicamente corretas. Nenhuma prisão poderia se estabelecer com

postulado de humanizadora, o que se pode apontar nesse debate é que dentre as possibilidades punitivas atuais a APAC se aproximaria mais de uma prática humanizada.

Parece então, que o modelo de humanização proposto pelas APACs garante sua existência na desumanização presente no modelo prisional dominante. E, ainda que se apresentem como um “outro” dentro do sistema prisional hegemônico, fazem parte dele e, nele encontrem sua principal referência. O sucesso da sua proposta humanizadora se deriva, portanto, do seu caráter relacional e alternativo, ou seja, de não ser o modelo predominante

Massola (2005) concorda com esse pensamento quando ressalta que o estabelecimento da APAC com seu bom desempenho não rompe com o sistema penal vigente, mas apenas reforça o ideal penitenciário, corroborando com a perspectiva do isolamento e punição para recuperação dos sujeitos. Nas palavras do autor:

De forma geral, a experiência da APAC parece ter servido para repor o argumento segundo o qual é possível ressocializar os presos dentro do ambiente prisional desde que haja participação comunitária, o que implica em que a existência da APAC serviu para fortalecer o ideal penitenciário. A APAC teve o papel de tornar concretas as idéias de ressocialização e isolamento que ainda permeiam o sistema penitenciário, dando-lhes a força de um exemplo. Nas cadeias do sistema penitenciário brasileiro, os presos são disciplinados em sofisticados e variados tipos de técnicas corporais para permanecer e ocupar reduzidíssimos espaços junto com outros muitos presos, para dormir revezando, para permanecerem alguns dias sem comer, sem tomar banho de sol e, para passar dias, meses e anos ociosos. Parece-me que o regime apaqueano aproxima-se muito mais da visão foucaultiana sobre o poder disciplinar, do que as cadeias do sistema comum. (p. 169)

É importante evidenciar que mesmo sem o recurso da violência ostensiva impregnada nas ações que caracterizam o sistema prisional convencional, a lógica de controle e poder expressos pelas APACs devem ser questionados. Seu método incita e super valoriza a disciplina extrema, o uso da verdade absoluta em prol do discurso religioso moralizante, segregador e ainda a hipervigilância mútua. Pautado pela

sinceridade, familiaridade e solidariedade extremas e compulsivas, as tensões provocadas pelas delações, chantagens e intimidações exercem modos de violência e constrangimentos contínuos aos presos. Essa atuação, pautada em elementos panótipos bem mais eficientes levam ao questionamento imediato da produção da desumanidade, tão contrários ao projeto apaqueano. (Vargas, 2012)

4 História de vida de Márcia: *as circunstâncias da vida foi me levando pro tráfico, o que me restou foi essa opção*

“Eu vou te contar assim do começo pra não ficar bagunçado, pra não ficar sem sentido. Vou te contar assim com começo, meio e fim. Fim ainda não né? É que essa coisa de contar minha história me fez eu pensar, me faz eu pensar todo dia. Eu volto la no passado, venho cá na frente, ponho as coisas na balança, vejo as coisas que aconteceu, eu comecei a refletir. Mas vamos la então, colocar um pouco de ordem nessa minha história...”

4.1 “Então vamos começar pela minha meninice”

“Eu tive uma infância muito triste coisas que eu não desejo pra ninguém...”

Márcia nasceu em Itaúna em 1987, têm três irmãos, um mais velho que ela e dois mais novos; seus pais são de Itaúna. O pai trabalha há vinte e cinco anos no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) da cidade. No início de seu casamento moravam em uma antiga favelinha; passaram dificuldades, ambos tornaram-se alcoólatras e sua mãe vítima da violência de seu pai.

“Ele batia na minha mãe, só que não era com tanta freqüência, mas depois as coisas ficaram bem piores aí minha mãe ficou alcoólatra ele saia pra farra e ela supria essas coisas com a bebida. Eu tenho pouca lembrança do meu pai a pouca lembrança que tenho do meu pai é que ele era preso à noite e trabalhava de dia e ele era alcoólatra desde os 20 anos dele”.

“Acho que meu pai ficou nervoso assim porque ele apanhou demais do pai dele. Todo mundo conta essas história. Meu avô era sargento da PM e fazia muita covardia com minha vó, portanto ele mesmo suicidou, pôs um saco na cabeça e ligou o botijão de gás, ele batia demais no meu pai. Minha mãe conta que meu pai com vinte anos já não tinha mais nenhum dente na boca mais, porque ele era muito nervoso, muito agitado”.

Nesse período ele começou a vender drogas e foi pego pela polícia. *“Meu pai foi preso uma vez só, pagou a pena dele e nunca mais voltou”.* Sua mãe conta que por causa

do nervosismo dele, *“o pessoal da cadeia teve que levar ele pra arrancar o resto dos dentes, quando ele ficou preso aí ficava tão nervoso que tirava pedaço nele mesmo.”*

Nessa ocasião, Márcia tinha cinco anos de idade e em seus relatos frisa bem essa idade: *“Tudo começou na minha vida mesmo, foi quando eu tinha cinco anos de idade, eu tinha cinco anos quando meu pai foi preso, foi quando nossa vida começou a desmoronar”*. Enquanto o pai esteve preso, sua mãe conheceu outro homem, seu atual marido.

“A separação dele e da minha mãe veio quando ele tava preso, porque minha mãe começou a trair ele com meu padrasto, eu tinha cinco anos, quem contou pro meu pai que minha mãe traia ele fui eu, ele passava a noite lá e o dia em casa, porque ele trabalhava no SAEE, que é responsável pela água, aqui em Itaúna, aí quando meu pai chegava ele saía, meu pai entrava por uma porta e ele saía por outra, aí eu contei pra ele, ele me perguntou onde meu padrasto morava, falei que sabia que minha mãe já tinha me levado lá. Levei ele lá, aí ele conversou com ele, falou que se ele quisesse ficar com minha mãe ele podia ficar mas pediu pra ele não por a mão nos filhos dele. Como eu tinha cinco anos e ainda tinha dois irmãos mais novos minha mãe deixou o mais velho ir com ele, aí minha mãe amigou com meu padrasto.”

Márcia relatou que o padrasto batia muito em sua mãe e os episódios de violência a marcaram profundamente e aos irmãos. *“A época que ele começou a espancar minha mãe, a gente ficava indignado, a gente sofria demais, era muito sofrimento mesmo, a gente chorava escondido, a gente se abraçava chorando, eu lembro dessa época como um terror mesmo, tipo filme de horror. O padrasto batia em sua mãe, mas não batia nela e em seus irmãos. “A época que ele começou a espancar minha mãe, nós não dava conta de encarar ele”*.

“Meu padrasto espancava minha mãe, ele batia na minha mãe dia e noite, eu vi meu padrasto bater nela com uma doze eu vi ele dar uma coronhada nela. Uma vez ele deu um tiro nela comigo no colo dela, minha mãe tem a bala no rosto até hoje, não pode tirar a bala porque se ela tirar ela fica sem falar, a bala tá alojada”.

“Era dia e noite assim, meu padrasto espancando ela e a gente assistindo tudo aquilo. Eles fazia festa, churrasco era aquela amizaiada dentro de casa, era aquela confusão danada de entra e sai de gente. Aí eles fazia aquelas festa e lá pelas altas da madrugada era gritaria e uma confusão danada, meu padrasto batendo na minha mãe na frente dos outros, todo mundo drogado, barulho de garrafa quebrando e gente gritando outras pessoas rindo a gente não sabia se era ele batendo nela ou outras pessoas. Crescer

assim, ver isso foi muito ruim pra mim, pra nós na verdade né, porque meus irmão também sofreram demais da conta. Eu não tenho lembrança de infância não, brincar, correr, sem preocupação, a gente vivia sempre com preocupação, muita mesmo. Eu não consigo te dizer nada que foi bom. Os meus irmão, nossa amizade, foi a única coisa boa que teve.”

A família morou por mais um ano na cidade e depois em Belo Horizonte onde permaneceram por quatro anos. Márcia relatou que seu padrasto já vendia drogas e continuou este comércio em Belo Horizonte. Eles vieram em busca de melhores condições para a venda de drogas já que em Itaúna a polícia estava investigando as bocas de fumo e fazendo um cerco ostensivo de guerra ao tráfico. Alugaram uma casa na cidade, o padrasto vendia drogas no próprio local e também trabalhava em bocas de fumo nas proximidades de sua casa. Márcia relatou que as vendas ocorriam na presença dela e dos irmãos; a mãe não permitia que mexessem nas mercadorias embora soubessem onde elas estavam guardadas. *“A gente via as drogas, as armas e toda movimentação das pessoas pegando as drogas lá em casa”*.

Em uma ocasião a polícia invadiu a casa em que moravam e levaram todo o dinheiro que estava guardado embaixo do colchão. Levaram também armas e drogas e deram até meia noite daquele dia para a família sair da cidade, pois caso contrário eles seriam presos. A mãe providenciou que os móveis fossem recolhidos e guardou o restante do dinheiro *“a gente tinha muito dinheiro”*, o casal voltou com a família para Itaúna. No regresso, continuaram vendendo e usando drogas, *“eles usava cocaína, minha mãe bebia ele também bebia, aí quando a gente veio embora pra casa continuou do mesmo jeito, minha mãe já teve overdose assim na minha frente”*. *“Era aquele entra e sai de dentro de casa, o tempo todo, aquelas amizades, bebida e festa o tempo todo”*. *“Minha mãe buscava droga pra ele nos lugar, trazia a droga, e ele vendia”*.

“A única coisa boa era que a gente tinha dinheiro, a gente sofria, mas ao mesmo tempo era legal porque a gente tinha dinheiro, mas tudo ele batia na minha mãe, tudo eu entrava no meio e quem apanhava era eu, porque depois ela me batia. Eu sempre entrei no meio de todas as brigas dos dois, chamava a polícia pra ele, pedia os vizinhos pra chamar. Mas dinheiro não faltava.”

A relação com o restante de sua família foi sempre de distância, pouco contato com avós, tios e tias, primos e primas. Ela relata que sua família só “aparecia” quando tinham dinheiro; a família os acusava e menosprezava por serem traficantes mas desfrutavam do dinheiro quando precisavam. *“Os filhos da Maria não prestam, lá eles mexe com droga,*

não vai prestar nenhum, tudo bandido e vagabunda, tudo safado, era assim que eles falava de nós”.

“Eu não sou apegada em vó e nem parente nenhum sempre vivia só nós, tinha tia e tio só quando tinha dinheiro do tráfico, depois ficou sem dinheiro todo mundo sumiu. Meus parentes queriam desfrutar do dinheiro do tráfico de drogas, fora isso nada. Eles só vem a hora que eles precisam e é muito triste porque, eu não tenho nada pra falar da minha família e o pior tinham muito preconceito da gente”.

“Eu só tenho respeito pela minha vó por causa da minha mãe, porque eu amo a minha mãe e a minha vó é mãe dela e por isso eu tenho que acabar respeitando porque pra mim ela não faz diferença nenhuma, se ela morrer hoje, pra mim amanhã faz dois dias. Eles não ligam pra nós, eu lembro deles aparecer la em casa em natal, em festa de ano, mais nada, nem aniversario da gente nem nada, ia pra festa pra aproveitar pra comer e beber de graça, pra sugar a minha mãe, mais gostar de nós, eles nunca gostaram, nem a minha vó”.

Márcia relatou que esse fato fez com que ela e seus irmãos se apegassem muito uns aos outros *“eu e meus irmãos a gente se ama muito, por isso que a gente é muito apegado, a gente não tinha avó não tinha tio, nem nada então a gente tinha que se refugiar uns nos outros, nos apoiar pra agüentar aquele sofrimento”.* Muitas vezes Márcia voltou ao fato de ter crescido nesse cenário.

“A gente viu a policia invadir dar busca na casa isso pra mim era normal. A gente via a minha mãe e meu padrasto fazer as coisas, ela ensinou os filhos dela a fazer isso, e ensinou a gente a achar isso normal. Todo dia tinha festa, minha mãe fazia churrasco e dava muita bala pra gente, aí todo mundo aproveitava aquela situação, pensava que a vida era aquilo ali mesmo. A nossa rotina era de farra, era de bagunça, somente bagunça. Era festa misturada com briga, com gente caída e bastante sofrimento. Mas pra nós a vida era aquilo ali mesmo, a gente nem sabia que existia outras coisas porque no final das contas a gente viu aquilo desde que nasceu praticamente, pra nós a vida era só aquilo. E de certa forma a gente gostava demais também porque a gente as vezes tinha coisa que os outros não tinha porque a gente tinha dinheiro e pra nós isso também era bom, não era tão ruim, tinha essa parte que era boa.”

Sua mãe parou de vender drogas *“porque queria mudar de vida e arrumar um negócio que fosse honesto pra trabalhar, ela falava que tava cansada dessa vida de bagunça”.* A mãe de Márcia passou a procurar emprego e soube através de uma amiga que uma senhora de Belo Horizonte estava precisando de um cuidador; ela se candidatou e

conseguiu o emprego. De acordo com Márcia, devido à distância entre as cidades, a mãe permanecia durante a semana no trabalho e voltava para a casa nos finais de semana. Os cuidados com as crianças ficaram sob responsabilidade do padrasto, que de acordo com ela continuava vendendo drogas mas não agredia e nem os maltratava, mas era “*seco*” e “*nem bom dia ele dava*”.

Nessa ocasião, Márcia tinha dez anos e relatou um acontecimento que a marcou “*para sempre, eu nunca vou esquecer isso, nunca vou perdoar isso*”. Certa tarde, enquanto a mãe trabalhava em Belo Horizonte, o padrasto puxou-a pelo braço e tentou estuprá-la. Ela relatou que Uma vizinha escutou seus gritos e abriu a porta da casa “*eu saí por debaixo da perna dela*” e correu para a casa de sua avó que morava no mesmo bairro. Quando sua mãe voltou de Belo Horizonte, não a encontrou em casa, procurou a menina na casa da avó e soube do ocorrido:

“Eu contei tudo pra ela, ela acreditou em mim, mas aquilo não bastou pra ela separar dele e isso me deixou muito revoltada, minha mãe parou de trabalhar fora e passou a trabalhar em Itaúna mesmo. Eu não conseguia morar na mesma casa que minha mãe porque ela saía pra trabalhar eu tinha que esperar minha mãe chegar porque eu tinha medo dele me olhar pelo buraco do banheiro, eu tinha dez anos, o que mais me doeu é que simplesmente minha mãe ter só discutido com ele, eu não era capaz de compreender como ela podia gostar mais do outro do que dos próprios filhos dela. Um dia ele bêbado falou pra ela que eu dava pros outros na rua, mas não dava pra ele, ela deu uma facada nas costas dele, isso tudo mexeu muito comigo. Então por isso nós começamos a viver em casa separada, eu e meus irmãos morando numa casa, porque eu não dava certo com meu padrasto, e ela mais o marido dela em outra. Eu tinha onze anos, ela pagava as contas da casa, mas comida, as roupas, as coisas da casa quem tinha que dar jeito era eu. A casa era da minha mãe que meu pai construiu, aí ela foi morar de aluguel com ele e eu fiquei vivendo com meus irmãos nessa casa no Novo Horizonte, essa que meu pai construiu. A gente tem essa casa até hoje, foi meu pai que fez, a gente não deixa vender não”.

Segundo Márcia, diante desses problemas a mãe saiu do trabalho em Belo Horizonte e conseguiu uma oportunidade na Usina de Reciclagem de Itaúna, na seqüência alugou uma casa perto de seus filhos. Ela ia vê-los todos os dias, organizava a rotina dos filhos, levava comida e pagava as contas, mas “*não era a mesma coisa*”.

“Ela ia la todo o dia, ela chegava cedinho, seis hora da manhã, mas não era a mesma coisa, não tinha ela todo dia por perto, toda hora, ia pra escola, fazia o que eu queria da vida, faltava de aula, o dia que ia era pra fazer bagunça, ela achava que a gente

ia pra escola e a gente dava o tombo nela. Eu ganhava suspensão e eu só ia poder ir com ela, minha mãe não ia de jeito nenhum porque eu não falava nada com ela, desde criança eu sempre fui muito bagunceira porque eu só tive irmão homem.”

Nessa época o pai de Márcia já estava solto e cuidava do filho mais velho mas mantinha pouco contato com ela e os irmãos, *“meu pai levou meu irmão mais velho quando ele separou da minha mãe e como ele ficou com raiva dela ele afastou muito da gente também”*. Em seu relato diz que apenas o tinha visto quando sua avó a buscava e aos irmãos para se encontrarem com ele que, com muita raiva de sua mãe pois não aceitava a separação, ficaram durante anos sem conversar. Diante das dificuldades em sua casa e do medo que sentia do padrasto, ela chegou a procurar o pai para morar com ele, mas a mãe a repreendeu. Márcia escutou atrás da porta sua mãe confidenciar à sua tia que o filho mais velho (esse do qual o pai cuidava) havia sido abusado pelo irmão de seu pai e em decorrência disso iria pega-lo novamente. Márcia relata ter ficado em choque principalmente pelo fato do pai não ter acreditado no filho. Ela tinha onze anos e o irmão doze.

“Eu ia confiar em quem? Eu não tinha pai e não tinha mãe, eu tenho essa mágoa com meu tio até hoje e se fosse eu que tivesse ido morar com ele era comigo que ele ia fazer. Meu irmão não sabe que eu sei ele vai se sentir humilhado em saber que eu sei disso. Eu senti muita angústia”.

“Eu respeito meu pai eu gosto dele mais não tem aquele sentimento, ai meu pai, que saudade do meu pai; eu não sinto isso, quando eu mais precisei dele estava longe ainda mais com o que aconteceu com meu irmão e pensar que o irmão dele tá no bem bom. Saber que ele não fez nada pra proteger o filho, eu não sou capaz de entender isso, alguém que ama outra pessoa e não o seu filho, ele protegeu o irmão dele que é cachaceiro, é como se filho fosse um pedaço da gente. Ele veio me visitar duas vezes. Ele vive a vida dele pra lá se a gente quiser a gente que procura ele eu não compreendo como ele pode ficar com raiva da minha mãe e ficou longe da gente também eu não compreendo isso”.

4.2 “Eu tive uma adolescência muito bagunçada”

“Desde a minha infância eu nunca tive aquela coisa de pensar lá na frente o que eu vou ser quando eu crescer, não tive tempo pra isso, na minha infância eu amiguei”.

Márcia ficou com seus irmãos na casa que seu pai construiu, mas relatou que enfrentou dificuldades para continuar cuidando dos irmãos mais novos e aos doze anos conheceu Marcos, de quatorze e propôs a ele que morassem juntos em uma casa alugada. Ela então levou os irmãos caçulas pra casa de sua mãe e alugou uma casa para morar com o namorado. Quando Márcia fez a proposta eles namoravam há um mês; ela disse que ele mostrou resistência porém como ela estava determinada ele acabou cedendo para ajudá-la. *“Eu praticamente obriguei ele e ele acabou aceitando porque ficou com pena de mim e porque gostava de mim também”*.

“Márcia ta doida? Nós vamos morar sozinho na idade que a gente tem? Aí eu aluguei a casa e quando foi de noite ele veio com as coisas dele. [...] em Itaúna o que importa é você pagar, se tiver o dinheiro pode ter feição de menina mesmo que eles aluga, o que importa é se você paga em dia. Eu tinha juntado um dinheiro e ele também tinha um pouco aí eu fui assim na cara e na coragem.”

A mãe não impôs nenhuma barreira para a filha, acatou sua decisão.

“Quando eu conheci o Marcos eu queria fugir dessa revolta e dessa mágoa que eu senti da minha vida, não tinha nem como minha mãe entrar no meio, eu não aceitava a palavra dela, era só briga atrás de briga se você conversasse comigo quando eu tinha doze anos eu era uma criança revoltada eu odiava minha mãe, não gostava do meu pai porque ele quis ficar só com meu irmão mais velho e porque deixou o filho ser estuprado sem fazer nada, pelo próprio irmão. Foi aonde eu achei meu refúgio no pai dos meus filhos, amiguei muito nova, comecei a sofrer muito nova, meu marido quando eu amiguei com ele, fumava maconha, cheirava lolo, fumava crack”.

Marcos não pediu permissão para sair de casa embora sua família tenha resistido, *“foi saindo e pronto”* ele já vendia drogas e ficava de dia em uma escola da prefeitura participando de um programa social que lhe pagava uma bolsa de R\$80,00, *“na época oitenta reais era muito dinheiro, dava pra comprar muita coisa”*. O pai e a mãe dele eram usuários de drogas e álcool, o rapaz também era usuário. *“Família totalmente desestruturada igual a minha, a mãe e o pai alcoólatras, usuários de drogas e ficando igual moribundos mesmo, aquelas pessoas parecidas com zumbi, sabe?”*

“Não era bem marido e mulher, ele cuidava de mim e eu cuidava dele, a gente descobriu as coisas da vida junto, as coisas do sexo sabe? A gente não sabia nada e aí foi aprendendo junto. Ele fumava mesclado, maconha com crack, eles chamam de berel aí eu comecei a fumar maconha também junto com ele, depois ele viu que tava me fazendo mal,

aí ele ficou só cheirando cola, eu não dava conta, ficava tonta. Aí eu parei de fumar também”.

Marcos vendia droga e Márcia ajudava no preparo *“eu não colocava minha cara, não”*. *“Eu ajudava ele a guardar, ajudava ele a picar, a enrolar, eu só não vendia a droga pras pessoas diretamente, mas eu fazia tudo, guardava o dinheiro e tudo”*. Compravam objetos roubados tanto para revender quanto para uso próprio. Aos dezesseis anos abriram um bar e fizeram do local ponto de venda de drogas e interceptação de produtos roubados. Todas as vezes que a polícia pegava Marcos, ela assumia os delitos para que ele não fosse preso, pois ele já havia completado 18 anos. *“A gente comprava bicicleta cara, som chique, móveis pra nossa casa e ia arrumando o bar, tudo coisa roubada mesmo”*. *“Eu não era presa porque eu era menor, portanto que quando eu era menor a gente comprava coisas roubadas, eu que segurava porque eu era menor.”*

O pai de Márcia não aceitava o fato dela morar junto com o rapaz, queria ver a filha casada aos moldes tradicionais e em decorrência disso permaneceu por oito anos sem falar com ela. *“Ele ficou oito anos sem conversar comigo pelo fato de eu ser amigada, ele não aceitava, ele falou que não iria na minha casa porque ele não tinha filha, eu fiquei muito sentida, que era uma vergonha pra ele uma filha amigada que a filha dele era pra casar, guardei muita mágoa”*.

Aos dezoito anos Márcia ficou grávida do primeiro filho e quando faltava uma semana para o nascimento do bebê Marcos foi preso.

“Quem segurava as coisas era eu pra ele não responder processo, só que quando ele foi preso eu já era de maior. Ele não foi preso em casa, foi preso na rua buscando droga”. Depois da prisão do marido, Márcia começou a vender droga na rua. *“O que eu sabia fazer era isso, era vender droga, foi o que eu vi a minha mãe fazer, o meu padrasto vender, o meu marido fazer, a opção que me restou foi essa. Eu tinha filho, um marido pra cuidar na cadeia porque não adianta na cadeia tem gasto, se você quer se você quer deitar você tem que pagar sua jega, custa R\$ 200,00, R\$300 reais, cadeia pública é uma bagunça. Quando ele foi preso ficou dinheiro comigo, ficou droga também, foi preso entrando em Itaúna porque ele foi buscar droga”*.

“Comecei a trabalhar com a droga que tinha sobrado, eu já era conhecida porque eu era mulher do Marcos, simplesmente eu fiquei no lugar dele. As próprias pessoas que mexiam pra ele já me procurava pra saber se queria mais ou não, porque é sempre assim, pra saber se a gente vai dar continuidade e até pra receber algum dinheiro que ficou pra trás, sempre é assim, aí ele continuou preso e eu levava as coisas pra ele. Eu levava droga

pra ele vender la dentro, eu não levava no corpo tinha o policial que levava pra ele, o agente penitenciário, agente da cadeia que pegava e levava, daqui de Itaúna mesmo, aí ele vendia pros presos la dentro. Aí eu vendia na rua, você ganha muito mais dinheiro vendendo droga na cadeia, ele falava comigo pra parar, eu nunca parava, ele queria que eu parasse mas no final das contas como é que eu ia sustentar meu filho?”

Além de vender droga na rua, Márcia continuou interceptando mercadorias roubadas e transportava drogas para dentro do presídio. De acordo com ela apesar de Marcos ter resistido no início, finalmente concordou com a situação dela comercializar as drogas; na maioria das vezes era ele quem as revendia de dentro do presídio. *“Eu não tenho escolaridade, não sabia fazer nada, já tinha sido babá, mas o dinheiro não dava. O que eu costume dizer, é que vender droga era o que eu sabia fazer de melhor, ele teve que concordar”*.

4.3 “A casa caiu pra mim”

“Eu tô sendo presa desde os meus dezoito anos”

Marcos havia prometido à Márcia que independente do que acontecesse ele estaria com ela, *“acabei me iludindo com isso”* e faltando três meses para que ele saísse de condicional Márcia foi presa: *“a casa caiu pra mim”*. Ela se refere à ilusão porque imaginou que o marido não aceitaria o benefício e iria preferir continuar preso para que os dois ficassem juntos na prisão em Itaúna que nessa época era mista, *“as celas eram perto uma da outra, de frente, ele prometeu e não cumpriu, ele não quis voltar pra trás, ele preferiu ir pra APAC de condicional e esperar os três meses, não quis ficar perto de mim”*.

“Na época era o apoio que eu precisava, eu sabia que a gente não ia ficar na mesma cela, mas íamos ficar de frente. A sensação de primeira vez presa você não conhece o que é uma cadeia, você sempre ouve falar mal, as covardias, você não sabe ao certo o que acontece, pra mim quando eu fui presa foi muito assustador. Eu cheguei algumas presas da cela eu conhecia. Era estranho porque tinha outras que eu não conhecia de outras regiões, eu ficava grilada, tinha gente la que matou, que estuprou, eu tinha sido presa por tráfico, mas tinha gente que fez o diabo a quatro, cada uma contando sua história, eu fiquei com medo”.

O irmão de Márcia também estava preso nessa cadeia, mas passados três dias ele saiu, *“aí que eu me senti mais sozinha”*. Ela relata que por sentir-se só e amedrontada começou a namorar um rapaz que estava preso nessa mesma cadeia. Ela afirma que a relação a protegeu das violências embora ela estivesse traindo o marido. O rapaz tinha poder e reconhecimento dentro do presídio e comandava a venda de drogas lá dentro.

“De certa forma me deu um apoio no momento que eu mais precisei, porque tem as pessoas lá dentro que você não dá certo desde a rua e de uma certa forma eu tinha esse rapaz pra me proteger ele já era velho lá na época, ele tomava conta do tráfico lá dentro na época, ele mandava e desmandava, conseguimos relacionar, estava presa provisória, mas lá era tudo na mesma cela. De certa forma esse rapaz foi meu canal de fuga pra me manter ali dentro, tinha medo de tudo, medo das pessoas, barulhada, gritaiada aquele pessoal, quando a gente vai preso a primeira vez você sente aquela sensação, você se sente sozinha, você tem medo de tudo, de sacanagem, de primeiro impacto que você vai preso é assustador, depois até acostuma, o ser humano acostuma.”

Quando Marcos saiu da prisão foi visitar Márcia, mas ela relata que sempre arrumava uma desculpa para ele não entrar, reservava os momentos de visita para ficar com o namorado. Revelou que respondeu um processo por sair com o namorado da prisão para irem até um motel da cidade; para esta saída, o namorado pagou a um agente carcerário que os liberou. Ela relata que foi arrolada como testemunha *“pra mim não deu nada”*, teve que prestar depoimento e apenas o namorado foi condenado. *“Tudo normal, isso era normal sair lá de dentro, muita gente fazia, era só pagar”*.

Márcia ficou presa oito meses na cadeia pública e de lá foi transferida para a APAC feminina de Itaúna; nesse período voltou a receber as visitas do marido *“porque o outro tava preso né”*. Após ter sido solto Marcos foi morar com a mãe de Márcia e ajudava a cuidar do filho. Ela relata que ele já havia descoberto a traição, mas preferiu perdoá-la. Entretanto, para se vingar o marido começou a traí-la também e não fazia questão de esconder. *“Ele vinha me visitar e a gente saía no tapa, a gente ficou nessa guerra, fui pro regime aberto, saia pra trabalhar de dia e vinha pra dormir, batia na casa dos outros, brigava por causa dele, eu quebrava os vidros do carro dele, ele não me largava mas não parava de me trair”*.

Márcia passou para o regime semi-aberto e engravidou novamente de Marcos. Quando sua filha nasceu, conseguiu prisão domiciliar, mas ela e o marido foram pegos novamente pela polícia acusados de tentativa de homicídio. Eles procuraram o rapaz que havia entregado Márcia para a polícia para *“acertarem as contas”* *“a gente ia matar ele,*

ele é marido da prima do Marcos, ele entregou a gente e a gente ia acertar ele". Marcos saiu com a arma de casa para matar o rapaz e ela o acompanhou, mas ao chegarem ao local onde o rapaz estava, um bar em Itaúna, a polícia chegou minutos depois e os prendeu, antes que cometessem o assassinato. Após dois meses na cadeia pública de Itaúna, Márcia foi transferida mais uma vez para a APAC, onde permaneceu presa por oito meses quando saiu novamente.

"Quando eu saí eu estava determinada a mudar de vida, a sair dessa vida de vender droga. Aí o rapaz que eu tinha namorado na cadeia foi preso e eu decidi voltar pra ele. O Marcos estava preso e como eu estava me sentindo muito sozinha e o rapaz estava andando muito atrás de mim, eu acabei cedendo pra ficar com ele, eu fiquei muito empolgada na verdade".

4.4 "Olha eu no tráfico de novo"

"Aí o que eu fiz? Fui vender droga de novo".

Ao sair da cadeia Márcia se deparou com as dificuldades financeiras, *"eu tinha dois filhos pra criar"* e *"nenhuma experiência sem ser no tráfico"*. Ainda assim, trabalhou um mês em uma loja da cidade, mas não conseguiu se manter no trabalho. *"Eu tinha que levar marmitta, eu nem tinha o que comer em casa, nada pra colocar na marmitta, como eu ia andar o dia inteiro batendo de casa em casa com fome?"*. Diante dessa realidade viu que teria que voltar a vender drogas. *"A gente admitir pra família que a gente ta passando necessidade das coisas é muito difícil você vê seus filho pedir as coisa e você não ter é muito triste"*. Disse que matriculou os filhos em uma creche do bairro e os levava para passar o dia com o intuito de se alimentarem no local.

"De manhã cedo meu filho pedia mamadeira, espera aí que nos vai beber leite na escolinha, a gente ia brincando eu ia despistando porque na creche eles davam leite, sempre tive muito orgulho e não falava que estava passando nada. Ia na casa da minha mãe a noite e levava comida falava que tava sem fome e levava comida pro meu filho comer no outro dia, foi assim, que eu fui vivendo, e as circunstâncias da vida foi me levando pro tráfico, o que me restou foi essa opção".

Márcia relatou que tinha vergonha de sair com o namorado sem roupas e sapatos de "marca" e que também se constrangia pelo fato dos filhos estarem mal vestidos ou sem comida de qualidade em casa. *"A gente precisa aparentar ter as coisa ne, isso tudo serviu*

de impulso pra eu voltar a traficar, eu poder ter as coisa melhor e pros meus filho também". Márcia narrou como voltou a vender drogas e a dinâmica de sociabilidade envolvida na atividade.

"No começo foi com ele, mas depois, nós mulheres somos assim a gente não quer ser mulher de traficante a gente quer mandar mais que ele, a gente quer mostrar pra eles que a gente pode chegar em um patamar maior que eles, e tem muita mulher que vende droga na rua assim. No final das contas eu podia mais que ele, porque quando a gente ta nesse mundo a gente vive a disputa, você pode mais que o outro, você quer ser mais considerado, eu queria ser mais que ele, como ele era paulista, então eu queria mostrar pra ele que quem mandava aqui era eu".

O namorado foi preso novamente e Márcia passou a vender drogas em sua própria casa, alugada em um bairro de classe média de Itaúna. *"Aí eu já tinha grana de novo, aluguei e fui com meus filho pra uma casona que tinha até piscina ⁵sá, não era bairro fulero não"*. Ela não vendia drogas na rua, mas tinha as pessoas que buscavam e vendiam drogas pra ela na rua. Uma dessas pessoas era Matilde, uma mulher que havia sido sua babá e era muito amiga de sua mãe. Atualmente, Matilde (53 anos) está presa com Márcia na APAC. *"Pra você ver, cuidava de mim e dos meus irmãos, vendeu droga com minha mãe, foi minha funcionária e agora ta presa comigo, ta vendo eu te falo, o destino de todo mundo é esse mesmo"*.

A movimentação na casa de Márcia era intensa. Ela promovia festas, *"fazia churrasco na beira da piscina com samba"* e nesse ínterim passava dias e noites vendendo drogas, *"eu tava fazendo um bairro de classe média de boca"*. Na porta de sua casa seus vendedores e os usuários passavam os dias e as noites *"fazendo uma barulhada danada, muita algazarra mesmo"*. Dessa forma, ela podia cuidar dos filhos, levá-los à escola todos os dias e também no parque da cidade. Ela se refere com orgulho do fato de não usar drogas e cita que isso a ajudou a cuidar bem dos filhos quando estava solta. Entretanto, toda aquela movimentação fez com que os vizinhos, desconfiados, começassem a denunciá-la à polícia.

"Eles não aceitaram e fizeram a denúncia ne, aquele povo descalço, os noiados, mal vestido, aquele tanto de carro, moto parado na porta de casa, cada dia eu com uma moto diferente, carro, como que você consegue essas coisas de um dia pra outro? Foi o que chamou mais a atenção deles, fiquei sobre investigação seis meses".

⁵ Sá é uma expressão popular utilizada em Itaúna para se referir às mulheres

A mãe de Márcia entretanto não aceitava a filha ter voltado a vender drogas e a pressionava para que dissesse a verdade. Ela relata que a mãe já não vendia e nem usava drogas e estava extremamente cansada com a rotina de prisões e crimes que os filhos haviam seguido. *“Todo mundo envolveu com crime, só o mais velho que não, porque ele foi criado com meu pai, ele não foi acostumado a ver o que a gente via. O mais novo é usuário de cocaína e bebe, o outro bebe e vende droga também, já foram presos e tudo”*.

“Falava com minha mãe que não tava vendendo droga, mas ela começou a me vigiar, Márcia para de mentir, você ta vendendo droga sim, ela já tinha uns dez anos que não vendia mais. Só que meu celular tocava demais, todo mundo me procurando aí eu tive que falar com ela, mas eu falava que quando a droga acabasse eu ia parar mas não parava”.

Quando a mãe pressionou, avisou que não ficaria com os filhos se Márcia fosse presa novamente, que os deixaria serem levados pelo Conselho Tutelar. Com medo que isso acontecesse e no intuito de desviar os olhares da vizinhança ela começou a trabalhar em um estabelecimento comercial de Itaúna. Ao falar sobre esse trabalho, refletiu sobre as dificuldades que enfrentou no emprego e sobre os sentimentos que experimentou, especialmente sobre a humilhação que sentiu tanto ao pedir emprego quanto no decorrer da atividade, porque todos na cidade a conheciam.

“Eu tive que me humilhar eu tive que falar que eu já fui presa e que eu precisava do emprego pra sustentar meus dois filhos. Na hora eu comecei a chorar, aí ela me deu o emprego porque ela ficou com dó de mim. Eu acho que ela não teve coragem de falar na minha cara que não, só que pra mim depois ficou um sentimento de humilhação, eu me humilhei pra ter um emprego, nó que coisa ruim. Todo mundo no supermercado sabia que eu tinha sido presa, tinha as vezes uma certa resistência, não tinha boa vontade. Eu me sentia assim frustrada porque o que eu me humilhei pra conseguir aquele emprego, chegava ao final do dia cansada e eu não tinha o meu valor reconhecido naquele dia de trabalho, eu era só mais uma funcionária e menos ainda que uma funcionária porque eu estava ali porque a filha do dono tinha dó e te deu o emprego, então pros outros funcionários eu era vista assim, você está aqui porque você implorou, porque aqui não porque aqui não é seu lugar, você não tem capacidade para estar aqui, você não tem formação pra exercer aquela função”.

O cotidiano do trabalho também foi marcado por ambigüidades e questionamentos. Ela trabalhava manipulando carnes e embutidos e relatou se sentir *“forçada”* a proceder de forma *“desonesta”* com os clientes. Narrou que questionava sobre o procedimento e sofria represálias correndo o risco de perder o emprego.

“Na minha cabeça eu vejo assim, eu não to trabalhando em um trabalho honesto? Então não é pra gente enganar as pessoas, correto? Eu penso assim, trabalho honesto não é pra gente enganar ninguém. Eles ensinavam a gente assim, quando você for vender pro cliente você vira de costas, deixa um pedaço da carne de segunda junto e mistura na do cliente e ele não vai nem perceber; isso pra mim já não servia. Depois essas asinhas aqui e esses frangos passou da validade, a gente vai lavar com água quente deixar aqui com vinagre pra tirar o cheiro, e vamos vender na promoção mais barato. O que eu to fazendo? Eu não to enganando? Aquelas carnes até preta, a gente colocava num saquinho preto, misturava um produto e ela ficava viva, parecendo até que saiu do boi. Geralmente era aquelas lingüiças de jiló, é carne de segunda não é carne de primeira, de uma certa forma eu já estava fazendo errado de qualquer maneira, as vezes eu questionava, com meu supervisor do açougue, porque eu trabalhava no açougue, aí ele falava pra mim que é assim, então de uma certa eu estava enganando as pessoas do mesmo jeito, sabe como eu me sentia pior ainda porque lá eu via as pessoas que trabalhou o dia inteiro pra comprar aquela carne, pegou no pesado o mês inteiro para pegar seu dinheiro suado pra comprar uma coisa que eu tava vendendo estragada, eu tava vendendo droga eu tava vendendo coisa ruim pros outros aí eu vou pra um trabalho honesto eu vou vender trem ruim pros outros, eu tava fazendo a mesma coisa uai”.

“Quando eu questionava isso eles não gostavam, no trabalho do crime vale tudo, manda o poder, o status que você tem ali, você tem dinheiro, você tem a sua quadrilha, você tem os seus subordinados, até o errado passa como certo, se você tem nome se você faz e acontece até o errado ta certo. No tráfico eu estava enganando a justiça e o povo estava comprando o que é ruim. No supermercado eu sentia que eu estava enganando as pessoas, seu dinheiro que suou o mês inteiro pra ganhar e eu vou vender uma coisa estragada uma coisa que ela vai comer, mas no tráfico a pessoa compra porque quer, sabe que é ruim que não presta, mas ta afim de usar”.

“Essas bandejinhas brancas que já vem com preço com produto embalado e com preço, aquelas lingüiça que tão lá se venceu a validade tira o preço e joga a data de validade pra mais pra frente, se for pensar bem o certo ta fazendo pior que o desonesto, se for por na balança, o honesto não ta sendo honesto, e de todo jeito eu quis sair de lá, eles iam me mandar embora mesmo de qualquer jeito, eu questionava demais, ah não eu não vou vender carne velha pros outros não, já teve gente que foi num dia e comprou e no outro voltou com a carne podre, aí eles trocavam por uma boa, porque já não fazia isso de uma vez, deixava a gente passa essa vergonha. Foi aí que eu fui ver que a gente vive

em um sociedade hipócrita, prega que o trabalho é honesto, e no final das contas não é uma bela porcaria, tudo vive de aparência, a agente vive de fachada, as coisas só saem no época de política, os traficantes só vão preso porque não paguem imposto pela droga porque acho que se pagasse não ia preso”.

Podemos dizer que nesse emprego Márcia experimentou importantes “debates de normas e valores” (Schwartz, 2007) que de certa forma a “apaziguou” em relação ao tráfico. Mesmo trabalhando no supermercado, Márcia continuou sua atividade de venda de drogas, segundo ela porque “o salário de lá não pagava nem meu aluguel” e porque teve dificuldades de se desvencilhar das pessoas que a procuravam para comprar. .

“Eu vendia droga mesmo trabalhando, toda hora eu tinha que ir no banheiro atender o celular, porque não podia atender, sempre eu estava no banheiro, ou eu entrava na câmara fria. Trabalhava de tarde até a noite e no resto do tempo eu também vendia droga. O dinheiro do tráfico era mil vezes maior mas eu ainda queria esconder da minha mãe, eu tentei ficar só no supermercado mais foi o dinheiro mesmo que não deu e o povo também né que ficava atrás de mim por causa de droga.”

Márcia pediu para sair do supermercado, de acordo com ela, “saí porque a gente não se adapta aquela vida, a gente quer voltar pro lugar onde no final das contas todo mundo vai te tratar bem, porque você vale o que você tem, a gente vive numa sociedade que você vale o que você tem”. Em seus relatos, enfatizava sobre o poder e o status que a condição de traficante lhe conferiu “eu comprava em todas as lojas de Itaúna, eu entrava e as vendedoras me tratava bem porque sabia que eu podia comprar muito, eu comprava a loja toda, tudo que eu quisesse”.

As dificuldades e entraves enfrentados por Márcia para se inserir no mercado formal de trabalho são comuns aos egressos do sistema prisional. Ao longo de sua narrativa, Márcia refletiu diversas vezes sobre o temor quanto à volta ao mercado formal e compreende as marcas do estigma ao qual estão submetidos os egressos. O que se percebe é uma série de omissões do Estado que, descumpridor dos tratados⁶ e leis não assiste de forma efetiva os egressos quanto à assistência e ao respeito de garantias mínimas. Sobretudo no que tange à reintegração no mercado de trabalho. “O Estado preocupa em fazer prisões, mas não se preocupa em me ajudar a arrumar um emprego”.

⁶ “A garantia de assistência aos egressos do sistema prisional é prevista desde 1955 pela Organização das Nações Unidas, com a adoção das Regras Mínimas de Tratamento dos Reclusos das quais o Brasil é signatário. Os direitos dos apenados, dentre eles, dos egressos, foram reafirmados através da regulamentação da Lei de Execuções Penais (LEP), em vigor desde 13 de janeiro de 1985, e foram também reiterados pelo artigo 5º da Constituição Federal. Em 1994, foi publicada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária a Resolução 14/943, estabelecendo as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil.”

É o que mostra claramente o relato de Márcia: as reduzidas oportunidades e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, somadas à precarização econômica que se encontram os egressos que levam à reincidência delitiva e à reentrada no sistema prisional, criando ciclos viciosos de violência, estigmatização, criminalização e segregação social.

As narrativas de Márcia demonstram que ela se mantinha em busca de reconhecimento social. Para Faria (2009) a busca por reconhecimento está ligada à vivências individuais e subjetivas, mas também à experiência social que se fundamenta nas coletividades, tanto em instituições, grupos ou comunidades.

Status, poder, reconhecimento e acesso ao consumo estava fortemente relacionado às suas vivências como traficante. Márcia se orgulha por ser conhecida por toda a cidade, por ser temida e ter possibilidade de acessar bens que lhe garantiam status. *“Eu tive muita coisa, nessa época eu tinha carro, moto, eu era respeitada aonde eu ia, eu era a Márcia dona de boca. Porque Márcia só eu mesma e eu tinha muito orgulho, eu valia aquilo que eu tinha”*. Nessa época (depois que saiu do emprego e continuou vendendo drogas), Márcia foi à Divinópolis para implantar uma prótese de silicone nos seios *“única coisa que me sobrou do tráfico, o resto eu perdi tudo”*. Em muitos momentos de seu depoimento fazia referencia ao silicone nos seios como seu grande triunfo *“isso aqui eles não podem tirar de mim, é meu, eu paguei com meu trabalho, mesmo que era trabalho desonesto, não importa, se fosse no supermercado era desonesto do mesmo jeito”* e narra como enfrentou a polícia no dia que foi à consulta para o implante.

“Quando eu fui em Divinópolis colocar a prótese de silicone eles já sabiam, mas acho que eles pensaram que eu fui buscar droga, quando eu cheguei eles perguntaram Divinópolis tava bom Márcia? Eu disse tava ótimo, porque? Eles disseram encosta e põe a mão pra cima, eu entreguei minha bolsa, tinha mulher pra revistar, eu não pegava nada, tinha as pessoas que pegavam pra mim, eles sabiam que eu tinha ido la, nesse dia depois da revista ficou frustrado porque não achou nada. Eu falei eu fui la porque vou colocar silicone, ainda tirei onda com a cara deles, eles falaram que mais dia menos dia minha casa ia cair. Se você tivesse comigo na garupa da sua moto eles tiravam até o pneu da sua moto, pra me pegar, aonde eu tava a policia tava passando o tempo todo, de certa forma a gente gosta dessa bagunça de estar sempre fugindo da policia. Isso eles não tiraram de mim, me tomaram tudo que eu ganhei, mas meu silicone ninguém me tira”.

Essa foi a época que Márcia conseguiu ganhar mais dinheiro- ela comprava carros, motos, roupas de grife e presentes para seus familiares. *“Eu achava que os bens materiais*

que eu não tive eu tinha que dar pros meus filhos, pra eles se sentirem alguém também, ter coisas melhores que os colegas de escola e melhores do que eu tive também ne". O tráfico abre assim oportunidade de o sujeito estar incluído nesse sistema capitalista que os excluiu economicamente, negando-lhes as condições necessárias à sobrevivência, não lhes oferecendo possibilidades atender ao apelo consumista. Conte et al (2007) afirma que o consumismo é a marca da sociedade contemporânea que, engendrado pelas políticas neoliberais, surge em detrimento da passagem de valores virtuosos para aqueles que sustentam uma visibilidade instantânea.

O tráfico de drogas oferece acesso rápido ao dinheiro e assim acesso ao consumo e a todo reconhecimento e status que ele traz *"eu entrava na mesma loja que eu tinha entrado quando eu não tinha dinheiro e via a diferença. Eu tinha muito dinheiro depois e as vendedoras sabiam disso, me tratavam igual madame, elas sabia que eu ia comprar e me tratavam bem por causa disso"*.

No entanto, em seus depoimentos Márcia vivenciava momentos de reflexão acerca dos benefícios advindos do dinheiro do tráfico, debates que deflagram o quão moralizante podem ser as posturas frente a essa realidade. Suas reflexões reproduzem os discursos moralistas do método APAC; As narrativas de Márcia demonstram que ela se mantinha em busca de reconhecimento social. Para Faria (2009) a busca por reconhecimento está ligada às vivências individuais e subjetivas, mas também à experiência social que se fundamenta nas coletividades, tanto em instituições, grupos ou comunidades. Menções aos preceitos religiosos e ambigüidades entre bem e mal marcaram toda a narrativa.

"Foi uma bobagem o que eu fiz pra dar as coisas pros meus filhos, foi um dinheiro que não valeu a pena, eu acho que as vezes é um pouco infantil porque amor e carinho é melhor que qualquer bem material, amor e carinho a gente dá e recebe de graça, então hoje eu vejo, porque meu filho fala o mãe vai demorar muito pra vc ir embora, dói na minha alma, ele me pergunta se eu vou buscar ele na escola, só que eu estou pagando pelo meu erro, eu vendi uma coisa sabendo que era errado."

"É como se você tivesse trabalhando, mas o ganho é muito mais alto ne, outro dia estive pensando no tráfico de drogas como um parasita ele vive de sugar a vida de outras pessoas que o parasita é um verme que vive de outras pessoas ne os restos mortais de outras pessoas eu parei e pensei nisso eu estou igual um parasita porque se não tiver o usuário de drogas a gente não tem dinheiro. Não tem como eu to pagando pelo meu erro. As pessoas usam droga pra fugir dos problemas da vida, hoje eu penso se alguém vender

droga pro meu filho eu vou gostar? porque a gente só pensa quando acontece com a gente. As pessoas falam que a vida de tráfico de drogas é vida fácil mas não é”.

Ela relatou entretanto, que essas reflexões estão ausentes no desenvolver do trabalho no tráfico, mesmo sabendo dos riscos de ser presa e já ter experimentado a vida na prisão.

“Quando a gente ta la fora, no tráfico de drogas você não pensa se está fazendo coisa errada ou não, você quer o dinheiro e pronto, e junto com ele você quer a ostentação. Esquece que você já sofreu, que comeu comida ruim, você esquece, quando você está nesse mundo de ostentação nesse mundo de dinheiro, dinheiro fácil, a gente esquece essas coisas, você só lembra quando você cai de novo, a hora que você vai preso, você pensa la vou eu de novo, mais uma vez humilhação. Quando você ta nessa vida não pensa, quando sai da cadeia você pensa agora fiquei mais esperto, que nada, dá mole do mesmo jeito. Parece que fica mais bobo senão não voltava pra essa vida. Mais cedo ou mais tarde Deus mostra que o bem sempre vence, não é conto de fadas por mais que algumas pessoas vão la e matam mas sempre descobrem o bem sempre vence.”

4.5 “Aí Márcia, a casa caiu de novo”

“Dessa vez eu rodei e fiquei, tô presa até hoje”.

Pela terceira vez, Márcia foi presa novamente, e nessa ocasião, foi encaminhada para a penitenciária Apil Canedo em Pará de Minas. De acordo com ela, o policial que a pegou afirmou com *“ironia e satisfação”*: *“não falei que a gente ia te pegar, mais dia menos dia, seu lugar é na cadeia. Ta vendo, aí Márcia, sua casa caiu de novo”.*

“Eu sabia que tinha investigação, é muito estranho, que a gente não liga. Eu tinha mais de quatro mil denúncias contra mim, grampo telefônico, filmagem. Eles estavam filmando a gente, escondido, eu sabia, mas não ligava. Tinha uma construção em frente minha casa eles ficavam de la filmando, o entra e sai. Aí não deu outra, fui presa de novo com duas funcionárias juntas ainda por cima.

“Quando eu fui presa dessa vez minha filha estava pequenininha, fiquei um ano sem ver ela, depois de um ano que minha mãe foi me visitar; quem ia me visitar era meu irmão, minha mãe não tinha identidade, eu nunca tinha ficado presa em penitenciária. Quando eu vi minha filha eu não reconheci ela, eu queria ver o bebê que eu tinha deixado, eu não aceitei ela de primeiro, ela não se lembrou de mim houve rejeição de ambas as partes.

[...] eu comi o pão que o diabo amassou na Apil Canedo, eu passei por momentos muito difíceis la, eu chorava me desesperava. Era muita ameaça de presa contra presa, de agente, de pessoa que manda recado pra você da rua. Não desejo isso nem pro meu pior inimigo. Eu vi mulher morrer, se matar enforcada e eles nem darem satisfação, gente da sua cela se cortar, se morder, arrancar os cabelo da cabeça. Meu Deus que sofrimento também que é ver os outros sofrer desse jeito, isso é muito enlouquecedor. Acho que a cadeia foi feita pra enlouquecer quem nasceu pobre e com a vida bagunçada, enlouquecer pra gente querer morrer.”

Depois de um ano presa, Márcia recebeu o alvará de soltura junto com as duas funcionárias. Segundo ela, os alvarás das garotas estavam corretos, porém o seu o juiz assinou por engano.

“Era pra assinar só dois ele assinou três, eu fui e saí, eu sabia que tinha alguma coisa errada, como que eu vou embora se eu segurei a droga? Não tem jeito, alguém tem que ficar, ela falou comigo não posso fazer nada Márcia seu alvará ta aqui é porque ele assinou eu tenho que te botar pra fora, então ta, passou duas semanas que eu tava na rua eu fiquei sabendo que meu alvará estava errado, eu saí dia 22 de agosto e 18 de setembro eles já expediram um mandato pra mim e eu fiquei foragida, fiquei três meses foragida, fiquei aqui em Itaúna mesmo mas fiquei viajando fui pra São Paulo, Arcos, fui pra Divinópolis, porque eu conheci as pessoas desses lugares. Estava la e vendia droga de novo mesmo foragida, como que eu ia ficar na casa dos outros de graça, e não tinha como trabalhar de outra coisa por causa do mandato. Aí uma amiga que me visitava que sabia onde que eu ia estar naquele dia e naquela hora e naquele local ligou pra polícia e contou. Quando eu fui presa eu cheguei no salão e veio as três viaturas e parou, falou, vamos? Fazer o que né. Aí eles me deixou eu ligar pra minha mãe e avisar que eu estava sendo presa, minha mãe ficou triste, foi pra delegacia, chegou la chorando”.

“Quando eu ganhei o alvará eu liguei pra minha mãe e disse que estava na rodoviária de Divinópolis ela até falou Márcia o que é que você fez, você fugiu? ela achou que eu tinha feito coisa errada eu falei que ganhei o alvará ela disse mais como eu falei não sei mais ganhei. Aí cheguei em casa todo mundo ficou feliz fiz planos novos de vida, falei com meu filho que eu ia ficar do lado dele, que nunca mais ia acontecer isso. Teria procurado outro caminho porque eu não estava com mente de vender droga de novo não, aí quando veio a notícia minha família toda chorou, todo mundo ficou triste, os planos que a gente tinha combinado tinha ido por água abaixo, eu tinha prometido pro meu filho que eu não ia voltar pra cadeia mais. Só que quando eu soube que eu iria

voltar, eu fiquei foragida e não tinha outro jeito que não fosse vender droga, eu acho que se não fosse isso eu ia ter outra vida, eu estava determinada a mudar de vida”.

“A melhor amiga que eu tinha contou onde eu tava quando eu fui presa, a polícia me contou que ela ligou contando onde eu estaria na hora da prisão. Quando eu fui sair já estava encostando três viaturas e só ela sabia. Ela falou com meu irmão que era mentira. Meu marido me perguntou se vou resolver com ela quando eu sair. Não, eu não vou. Eu tinha muita mágoa e ela acabou fazendo um favor mesmo sendo traição porque eu tinha que pagar mesmo. Hoje eu vejo que quem eu tive amizade ou esta preso ou esta morto”.

Márcia relatou que a volta à penitenciária foi bastante dolorosa e marcada por acontecimentos humilhantes e degradantes o que a levou à depressão. Durante os relatos refletia sobre os anos que havia passado presa, o distanciamento dos filhos e a vontade de não regressar ao sistema no futuro.

“Fiquei esse tempo passando cada coisa, foi tanta humilhação, tanta coisa suja, podre. Eu tive uma depressão muito grande, meu cabelo caiu todo, cheguei a escrever uma carta pro Tribunal pra contar as coisas que aconteciam la porque eu estava sendo ameaçada por uma agente, aí a doutora Sara me transferiu pra APAC por causa disso, eles batendo em preso, ameaçando”.

“Não vale a pena ficar preso, ser humilhado, é muito ruim, você tem que acostumar com a covardia que o próprio preso faz com preso. É um preço altíssimo você saber que seu filho ta la fora então assim, não é fácil a gente paga um preço muito alto. A minha mãe sofre e quem mais sofre comigo é ela e meus filhos e meu marido ele fala que ficar sozinho é ruim, não é obrigação da minha mãe cuidar de filho pra mim. Minha mãe já tem problema com meu sobrinho que é autista”.

“Minha mãe sempre cuidou dos meus filhos quando fico presa. Se Marcos estiver na rua ele fica morando com minha mãe pra ajudar também. Muita das coisas que a gente faz na vida da gente a gente faz sem pensar, porque tudo que a gente faz tem consequência, tudo, passado meu eu não plantei coisa boa, eu plantei muita coisa ruim. Só consegui perdoar a minha mãe por ela não ter separado do meu padrasto nessa época, porque eu precisei demais da minha mãe pra ficar com meus filhos, eu não tinha opção eu tive que pedir e implorar pra ela parar de beber. Aí eu tive sensação de sofrimento e precisão porque precisei dela, mas foi assim muito difícil pra mim. Eu não conseguia entender como ela tinha condição de ficar com ele aí eu me perguntava e se ele tivesse feito o estupro ela teria perdoado ele do mesmo jeito? Mas eu já estava presa e precisava

dela mais do que tudo e vi que perdoando ela eu ficaria bem melhor foi isso que eu fiz, eu demorei nove anos pra perdoar ela de verdade”.

Márcia foi transferida pela terceira vez para a APAC onde está presa atualmente. Segundo seus cálculos, terá que cumprir ainda cinco anos e seis meses de prisão, “o único benefício que eu vou ter é saída autorizada, eu não tenho nenhum outro benefício porque como sou reincidente de tráfico eu não tenho condicional, a lei não me beneficia mais em nada”. Por ser reincidente na APAC Márcia sabia todas as regras e normas de funcionamento da instituição e sempre demonstrou disponibilidade e disciplina em seu cumprimento.. No entanto, apresentava ambigüidade de sentimentos frente à essas s regras e normas e chegou a declarar que os procedimentos da instituição eram mais rígidos e rigorosos do que os da penitenciária. Ela frisava que ninguém poderia se esquecer que pelo fato do lugar “*ser melhor pra se viver*” do que o sistema convencional ali existiam regras e punições. “*Por mais que a gente está na APAC e aqui é um lugar bom, você tem regras, você faz tudo na hora que a direção quer, você come, bebe, se veste e fala o que a direção quer, porque se você falar algo ao contrário pode ter certeza que alguma coisa vai dar errado*”.

“Ah meu pensamento vai lá e cá. Aqui é melhor porque de certa forma você tem mais conforto do que na cadeia normal, mas ao mesmo tempo eu fico sempre na dúvida. Aqui eu recebo meus filho de uma forma melhor, é verdade, a comida, tudo é bom e é limpo, mais as regras eu não concordo. É regra demais, tudo é regra. Eu não gosto de viver assim nesse mundo de regras, só regras, só regras. Aqui todo mundo quer ser melhor, eles falam, recuperando ajudando recuperando, mas eu não vejo isso. Cada uma só pensa nela mesma e eu lido até bem com as regras, pelo menos eu cumpro, mais tem gente que é ruim de cumprir, aí vira essa guerra toda. As vezes eu fico pensando que se não fosse pela minha família eu ia querer voltar pra penitenciária, porque pelo menos é melhor de levar com as pessoas, parece que as regras são mais descumpridas, acho que é isso. Aqui é difícil descumprir as regras, aliás não pode de jeito nenhum.”

“Eu sempre soube das regras até mesmo antes de ser presa, de ouvir falar mesmo, mas depois que eu fui pra la tantas vezes eu até decorei ne, e eles falam que não pode ir e voltar. Eu sei cumprir as regras mas eu sei que são exageradas eu sei que é difícil você manter a cabeça no lugar quando tem alguém dizendo tudo que você tem que fazer. Você perde o poder da sua vida, você perde na verdade a sua vida. Falta vida na minha vida sabe? Porque não mando mais em nada na minha vida, ela é da APAC, eu penso e vejo assim”.

Márcia faz parte do grupo Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) e apresentava oscilações quanto aos papéis desempenhados por ela no Conselho. Ao mesmo tempo em que demonstrava insatisfação e dificuldades de ocupar os cargos, via ali grande possibilidade de conseguir ser reconhecida. Ao mesmo tempo, Márcia demonstrava satisfação em poder arbitrar sobre os comportamentos das colegas e diversas vezes narrou sua irritação com aquelas que descumpriam as regras.

“Eu estou no Conselho porque eu acho que pode ser uma coisa boa pra mim, meu prontuário vai ficando melhor, isso conta pra mim como positivo com toda certeza. Eu sei que se eu seguir direito eles vão reconhecer isso e eu ganho muitas coisas boas, até certas regalias mesmo. Tudo isso conta ponto pra eu sair mais rápido, pra não tomar uma regressão sabe? Aqui na APAC é assim, são suas condutas que te ajudam a melhorar la na frente. [...] só que eu vou te falar o que eu não gosto, é muito nego folgado, aqui é muita folga eu tenho que abrir o verbo mesmo, eu preciso mostrar que se eu sou do Conselho elas tem que me respeitar. Eu não faço nem amizade aqui, eu já decepcionei com amizade la fora e aqui, então eu prefiro seguir reto mesmo, sem olhar pra ninguém. E aqui é melhor se for assim mesmo, sem nem olhar pro lado, bando de traiçoeira que tem aqui, eu fico é esperta. E nisso eu sendo do Conselho elas tem que respeitar as regras e me respeitar também, eu meio que tenho esse poder. [...] mas as vezes eu fico pensando também que eu nunca fui de entregar ninguém, portanto que quando eu fui presa da última vez eu quis segurar tudo, quis que soltassem minhas funcionárias e eu segurei tudo, elas ganharam alvará e eu não. Ganhei mas foi enganado né. Eu acho chato ter que ficar entregando e falando o que as pessoas fizeram de errado, esse lance de picuinha sabe. Mais a regra é a regra né.”

Em diversos momentos, Márcia se mostrava muito irritada e dizia estar com “*problemas de nervo*”. Ela começou a ser acompanhada por uma psiquiatra do centro de saúde de Itaúna e estava tomando remédios para ansiedade e depressão. Mostrava-se extremamente nervosa quando acabavam os remédios “*preciso dos remédio pra nervo, eu tenho muito problema de nervo.*” Em uma ocasião, Márcia brigou com uma recuperanda e as duas ficaram vinte dias sem poderem sair da cela, “*de tranca*” e esse fato fez com que ficasse nervosa e “*com vontade de vingar*”. A outra recuperanda foi transferida para a penitenciária, mas Márcia relatou que a mulher a ameaçou “*a gente se vê na rua e vai ser sua última vez na rua*”. Ela afirmou não ter ficado com medo, mas avisou ao marido para que ele ficasse precavido. “*Falei pro Marcos, segura sua onda aí que aquela la me ameaçou, vamos ficar de olho ne*”.

Um fato fez com que Márcia ficasse muito irritada e “*deprimida*”. Durante duas semanas não conseguiu se levantar para trabalhar nem para se alimentar; nossos encontros ficaram interrompidos pois Márcia mandou avisar que não queria mais falar sobre a sua vida. Depois de duas semanas, quando estava melhor, ela relatou o ocorrido.

“Eu tive que assinar um papel de guarda provisória dos meus filhos pra minha mãe, mas eu achei que era um papel de guarda provisória porque foi isso que o oficial de justiça me falou. Aí depois eu descobri que foi a guarda definitiva, isso doeu demais porque eu não dou meus filhos pra minha mãe porque quem teve eles foi eu. Não dou meus filhos nem pra ela, eu sou mãe deles não dou eles pra ninguém, eu posso estar errada e tudo mas quem cuidou deles foi eu, eu fiquei com raiva mas eu não falou com ela porque ela está doente, está com depressão, então eu vou guardar só pra mim. Eu já estou melhor mais eu não vou superar isso nunca, perder a guarda dos meus filhos assim, desse jeito. Poxa, eu me senti traída demais.”

“Agora meus filhos vieram me visitar e eu fiquei pensando, como que pode gente? Como vou falar pra eles que eu não tenho mais a guarda deles? E se eles perderem o respeito comigo? Desde que eu fiquei sabendo disso que eu não tenho mais sossego eu estou com problemas de nervo de novo, eu tenho problema de nervo na verdade, mais agora, mais essa, eu não vou ficar bem aqui. Minha vontade era falar pra ela me devolver, era até partir pra cima dela, mas eu respeito muito ela mesmo ela tendo feito isso comigo.”

Apesar de ter ficado magoada, Márcia nutria um sentimento de gratidão muito grande por sua mãe e afirmava que, apesar do que havia ocorrido, gostava de sua mãe e a havia perdoado. A relação da mãe com o padrasto a preocupa;, ela teme que ele faça algo de ruim com a mãe, embora afirme que ele não teria coragem porque tem medo dela e de seus irmãos. O padrasto nunca fora visita-la mas ela sabia por Marcos que ele tratava bem seus filhos e os respeitava.

“Ele mora com minha mãe, mas eles dormem em quartos separados, ele perdeu meu respeito quando ele judiava da pessoa que eu mais amava; o vínculo de amor não tinha porque ele judiava da minha mãe todo dia, ela parou de beber mas ele ainda bebe. O vínculo de amor não existe, hoje a gente consegue respeitar porque ele respeita nossos filhos, eu mais o do meio e o mais velho temos filho, e os nossos filhos consideram ele como avô, então a agente respeita ele por isso, mas só por isso, fora isso mais nada. Qualquer coisa que ele faz, qualquer gracinha que ele faz a gente fica querendo bater nele, entendeu? Só que eu nesse momento mesmo não estou lá pra vigiar né, e se ele faz

alguma coisa com ela e a gente não está lá? É isso que tenho medo, mais acho que ele não tem essa coragem não, porque a gente acerta ele. Porque na verdade aquele sentimento de perdão não teve, a gente acha que perdoou, mas não perdoou foi nada, porque quando ele faz raiva eu falo com ele eu fico falando com ele eu vou descontar tudo que você fez no passado. E ele tem medo porque naquela época a gente era criança, e agora a gente não é criança mais”.

Márcia refletia sobre os acontecimentos de sua vida, retomava o passado, afirmava o sofrimento do presente e questionava o futuro. *“Então é um preço muito caro que a gente paga”.*

“As pessoas falam que a vida de tráfico de drogas é vida fácil, mas não é. Você tem os benefícios, tem. Mas tudo que vem junto é bem pior. A violência o tempo todo, você ficar perto de tanta coisa ruim, de tanta miséria das pessoas. As pessoas noiadas caídas atrás de você procurando droga. Gente que você sabia que tinha feito coisa errada, roubado pra conseguir aquele dinheiro ali e comprar a droga. Todo mundo que chega perto de você é por interesse, todo mundo quer é seu dinheiro. Família também, minha avó só me procurava porque sabia que eu tinha dinheiro, chegava natal estava todo mundo lá em casa pra comer e beber de graça. Nós somos indiferentes com nossos primos não tem aquele amor de primo não, única prima que eu gosto demais é minha prima Tatiane, ela é lesbica ela já me acolheu na casa dela ela não mexe com nada errado eu tenho uma gratidão com ela que nunca vou conseguir pagar. Fiz amizades fiz inimizades dentro da cadeia também, sofri demais dentro da penitenciária e foi lá que eu pensei em mudar de vida porque eu não agüento ficar na cadeia mais, eu to na cadeia desde os meus dezoitos anos”.

4.6 “E depois? O que é que eu vou fazer?”

“Eu já tenho na minha mente o que eu vou fazer, mas lá fora eu não sei o que vai acontecer”.

Márcia demonstrava estar em constante luta interna entre voltar ou não a trabalhar no tráfico. Repetia constantemente que não queria mais voltar a vender drogas e refletia sobre as possibilidades de futuro fora da atividade. Contudo, afirmava que teria grandes dificuldades de se inserir em outra atividade e temia não ter outra opção.

“Eu já tenho na minha mente o que eu vou fazer, mas lá fora eu não sei o que vai acontecer, a sociedade é preconceituosa pra quem é ex presidiária mulher. Até que pra homem não, mas mulher é muito mais, não se arruma serviço fácil, tudo aqui se pede bons antecedentes, quando você vai pedir um emprego pede atestado de antecedentes criminais, quando você vai explicar que já teve preso eles não querem saber eles viram as costas, na sua cara. Eu vendi drogas e não sei se vou precisar, mais uma coisa que não tenho coragem é de vender meu corpo, aqui tem muita prostituta que tá na vida porque tá sem grana pra criar os filhos. Aqui é difícil, eu estou falando muito com minha mãe quando eu sair daqui eu quero ver se eu começo do zero em outro lugar. Penso em morar em outro lugar até porque aqui em Itaúna todo mundo já me conhece, mesmo se eu for pra Pará de Minas ou Divinópolis não vai adiantar as pessoas vão ir atrás de mim lá”.

“Não quero voltar pro tráfico sabe, tenho isso forte na minha cabeça, no meu coração. Eu fico lembrando as coisas que acabei passando por causa do tráfico é um dinheiro que não compensa. Eu fico pensando sabe, eu fico pensando muito se eu vou conseguir. Aqui na APAC tem um grupo de narcóticos anônimos eu frequento não por causa de usar droga, graças a Deus isso eu não tenho problema, nunca fui de usar droga. Mas é aí que eu te falo, a pessoa que vende droga fica viciada. Eu era viciada em vender droga, tudo que eu tinha no tráfico eu gostava de ter. Aquela adrenalina de viver fugindo da polícia, os outros babando em você, te tratando bem. Eu gostava de ter caminhonete. Não é que seja um trabalho fácil, não é fácil, mas é o dinheiro que vem mais fácil na verdade. Enquanto eu esperei um tempão pra receber um salário de miséria, no trampo eu andava com os bolso só cheio. Isso me viciou e por causa disso eu vou no narcóticos anônimos eu vou pra acabar com esse vício. Eu acho que a grande dificuldade que eu vou enfrentar é essa mesmo. Acho que é por aí sabe? O vício de vender droga. Todo mundo aqui sabe que é vício e concorda, quem foi traficante aqui e hoje é quase todo mundo que tá aqui, admite que é vício. Eu peço a Deus que eu quero curar, mais eu não sei né, não sei se tem cura né”.

O pai de Márcia foi visitá-la duas vezes na APAC: no aniversário de sua filha e no aniversário de seu filho e pediu-lhe que mudasse de vida, que olhasse para o exemplo dele e tivesse força para sair. De acordo com ela, as visitas de seu pai foram muito importantes, serviram de incentivo para a saída do tráfico. *“Meu pai foi preso só uma vez né, ele foi bem mais forte que eu. Ele é um homem de palavra, quando ele fala ele faz, ele falou que não vendia mais e ele parou mesmo, eu quero seguir isso que meu pai me ensinou, foi bom demais ele ter vindo falar isso pra mim, porque se ele conseguiu eu consigo também né?”*

Apesar da distância do pai e dos fatos ocorridos no passado, Márcia nutria por ele um sentimento de respeito e consideração. *“Sabe, meu pai é um homem forte, de palavra, ele não bate mais em mulher, não bebe mais, não vende mais, eu admiro meu pai por isso, eu tenho que amar ele, eu posso dizer que já perdoei ele”*.

Constantemente Márcia refletia sobre os motivos pelos quais havia entrado para o tráfico e se dividia entre assumir a responsabilidade pelos caminhos que percorreu ou atribuí-la aos pais e ao padrasto. Ela também atribuía à separação de seus pais a entrada dela no mundo das drogas, mas afirmava a possibilidade de ter feito uma escolha diferente. Refletia constantemente sobre as atitudes e comportamentos que teve antes de ser presa.

“Eu acho que tudo começou da minha vida mesmo, foi quando eu tinha cinco anos de idade. Eu acho que tudo aconteceu de ruim por causa disso, a separação da minha mãe e tal eu acho. Como ela ficou com um cara todo drogado e envolvido com tráfico isso atrapalhou nossa vida. De certa forma meu pai saiu mudado da prisão ele ia querer outro caminho pra nós, mas meu padrasto não. Eu acho que o que ele fez comigo, tentou me estuprar e me forçou a ter que sair de casa com doze anos, aí isso foi o pior de tudo, eu ter que amigar com doze anos. Eu só poderia ter plantado outras coisas se não tivesse começado errado, quando minha mãe separou do meu pai e envolveu com um cara que já vendia droga e ensinou os filhos dela a fazer isso e ensinou a gente a achar isso normal, o início foi esse. Só que as escolhas depois que eu saí da casa da minha mãe quem fez foi eu, erradas ou não fui eu, antes eu culpava minha mãe por tudo que aconteceu comigo, mas depois eu parei e pensei, ela pode ter sua parcela de incentivo para que eu fizesse essas escolhas, mas Deus deu o livre arbítrio pra mim. Então, eu podia ter escolhido sim, podia ter feito outras escolhas”.

“Muitas das coisas que a gente faz na vida da gente a gente faz sem pensar, porque tudo que a gente faz tem consequência, tudo, passado meu eu não plantei coisa boa, eu plantei muita coisa ruim. Coisas que o destino mesmo se encarregou e eu dei uma força de empurrar pra que aquilo mesmo acontecesse. Eu não sei, será que isso estava traçado no meu destino, mas eu poderia ter mudado isso, eu não sei”.

“Eu não sei o que vai ser de mim quando eu sair daqui, eu penso em mudar de vida, mas e lá fora? Como a sociedade vai me receber? Vou sair daqui sem emprego, porque o Estado preocupa em fazer prisões, mas não se preocupa em me ajudar a arrumar um emprego, não se preocupa com o que eu vou fazer pra comer. Me preocupa, eu não quero mais voltar, eu não quero mais sofrer, mas eu tenho medo, porque eu fiz isso

minha vida toda, eu tenho 27 anos e eu só sei fazer isso”. As vezes me pergunto o que será que Deus tem pra mim, já passou por tanta coisa que não valeu a pena, mas antes eu não enxergava.

Em uma ocasião, Márcia relatou que não dormiu a noite em dúvida se continuaria ou não contando sobre sua vida. O marido havia dito a ela que contar sobre sua vida não iria “*dar em nada*” e que isso era “*uma grande perda de tempo*”. Depois de pensar Márcia confessou que estava determinada a continuar, que não estava mais em dúvida porque havia descoberto que contando sobre sua vida ela via que tinha mais ânimo para sair do tráfico. “*eu percebi assim que minha vida é importante sim, que isso pode de alguma forma me ajudar a ver melhor as coisas, a enxergar melhor um futuro pra mim. Eu gosto de pensar em ter meu livro com minha história e meu nome nele*”.

“Sabe, eu pensei bastante, eu acho que o Marcos está com medo. Ele tem me achado mudada, eu disse pra ele que estou mais forte. Falei que vou largar tudo que é ruim e vou largar ele se ele não largar o tráfico. Ele não ta vendendo, ele ta cuidando dos nossos filho e ta trabalhando de bombeiro hidráulico, mas nunca se sabe né, ele pode estar mentindo pra mim. Mas aí se eu descobri eu vou largar ele mesmo, eu não vou ficar mergulhada nessa lama toda mais não. Eu quero melhorar. Ele não acredita que minha vida pode dar a história de um livro, ele até falou: que isso vida de bandida vira só história policial, então esse é um livro policial? Falei que não, é um livro da UFMG, la de Belo Horizonte. Tem gente la que preocupa com nós aqui, que pensa que as coisa pode ser diferente. Não é? Eu acho que é isso. Porque ninguém preocupa com preso, preso não vale nada. Todo mundo acha que é desse jeito, que preso é tudo igual e é tudo pessoa mal, do mal. Ninguém sabe o que eu passei aqui, não, não sabia ne, por que agora vai saber através do meu livro. Acho que tem que esperar eu sair daqui pro meu livro sair ne, pra começar a vender, será? Será que alguém vai querer comprar? Vai ser assim ó: essa é a história de uma menina que traficou mais mudou de vida! Isso. Eu queria que meu livro fosse assim. . [...] então quando meu livro ficar pronto eu vou mostrar pra ele que isso não é uma bobeira e que minha vida não é uma falácia como ele disse, ele disse bem assim, história de falácia, vai ter só mentira, vê se vida de preso vira livro. E vira né, vai virar né? Eu acredito que possa me ajudar a construir outra vida, um livro com final melhor do que começo né. Um final mais atraente pros leitores. Se tiver leitor, né!

O maior motivo para Márcia querer sair do tráfico, segundo ela, são os filhos e a mãe, ela demonstra grande preocupação com o futuro dos filhos. Relatou o medo da inserção no crime ser uma questão hereditária, que passa de geração em geração na família

e dizia que queria quebrar esse círculo com seus filhos. *“Eu estou tentando fazer só o certo para eles não me culparem por nada que acontecerem na vida deles”*.

“A gente tem um caminho a escolher o bem ou o mal, igual aquilo que eles falam que é hereditário que passa de família pra família por isso eu falo que eu não quero isso pra mim, eu não quero que meu filho faça isso, até quando isso vai ficar passando. O mundo obriga a gente a amadurecer, eu quero cortar esse círculo vicioso, parece um círculo vicioso na minha família o que vai acontecendo com um vai acontecendo com o outro. Eu não quero que meus filhos façam parte disso. Meu pai hoje não é alcoólatra mais, só meu padrasto que usa droga usa crack, trabalha mas usa crack é aquela pessoa que se controla ele não vende as coisas na casa não, porque meu irmão Davidson é usuário de crack e tá com o coração inchado. Fumei maconha duas vezes mas eu fiquei muito doida eu não gosto de viver fora da realidade não eu gosto de ver tudo que está acontecendo, portanto eu sou tranqüila fico com pé no chão eu tenho problemas de nervo sou nervosa mas não gosto de viver fora da realidade se é essa realidade que eu vivo eu vou encarar ela de frente, sou consciente disso mas não quero que isso respingue nos meus filhos. A lei de Deus é a lei do mundo, a vida me mostrou que a isso vai acontecer se eu insistir de fazer alguma coisa de errado”.

“Meu filho pergunta, mãe que dia você vai sair, isso corta meu coração, Hoje a única coisa que me preocupa é ele, porque hoje ele tá com nove anos, eu fico preocupada se minha cadeia vai tirar a vida dele, porque eu amo eles, eu quero uma vida diferente pra eles, mas eu não sei como chegar até eles, saber como que a minha cadeia prejudica eles, sabe, ele é um menino mais calado, ele gosta de jiu jitsu, foi competir mês passado, só que eu fico preocupada com ele porque ele é criança e desde os 2 anos dele ele vem acompanhando essa situação, quando a mãe tá presa o pai tá na rua quando o pai tá preso a mãe tá na rua, que ele conviveu mesmo com a gente junto foram seis meses, porque o resto um ou o outro estava preso e isso me preocupa porque não quero ver ele sofrer, ser preso é muito humilhante. Eu penso na escola, como eles lidam com os colegas na escola, até a mãe na escola sabe quem é Márcia. Como é ser filho de Márcia? Será que ele vai sofrer por ser filho de quem é?”

“Minha única preocupação é essa. Como será que meus filhos vão ficar, eu tenho medo eu não queria que essa fosse a lembrança da mãe deles. Aqui na APAC a gente consegue ficar o domingo todo juntos, eles fazem as festas aí meus filho vem e se diverte mas não é a mesma coisa ele sente falta de mim. Ele fala, o que a mãe fez pra estar aqui e eu falo que a mãe fez uma coisa muito feia. Eu na verdade não sei lidar bem com isso, eu

peço a psicóloga daqui pra me ajudar a lidar melhor com isso, eu não sei como fazer. É muito triste você pensar que seus filho vão ter vergonha de você e o pior meu medo é ele fazer coisa errada, aí que eu tenho mais medo mesmo”.

“A única coisa boa disso tudo que eu vivi até hoje são meus filhos e o amor da minha mãe que eu sinto hoje depois que eu perdoei ela são as únicas duas coisas na vida que eu amo de verdade. Eu não suporto nem pensar em perder meus filho pro crime por exemplo, pensar na minha filha passando isso que estou passando aqui hoje. Eu nem gosto muito de parar pra pensar na vida por que a gente lembra de coisas que deixou a gente triste e acaba que a gente bagunça tudo. Só que isso ta errado e a gente tem que consertar porque a única vida que ta parada é a minha de todo mundo da minha família anda, meus filhos estão vivendo estão estudando só eu que parei no tempo! Eu nunca posso me esquecer dele pra eu não cair novamente”.

Em suas constantes reflexões e debates sobre o futuro Márcia afirmava que seu maior sonho era conseguir viver longe das drogas e cuidando dos filhos. Entretanto, afirmava que não podia sonhar que sonhar não era algo permitido para ela. *“Eu vivo o que as minhas condições me permitem, eu procuro não sonhar tanto porque eu tenho medo de sonhar demais, eu sonhei tanto e olha aonde eu vim parar, eu sonhei em dar tantas coisas pros meus filhos e olha onde eu vim parar, no caminho errado. Meu grande sonho é mudar de vida, mas nem isso eu sei se vou conseguir”.*

“Eu me pego sonhando planejando um futuro pra nós aí eu paro e falo, Márcia você não pode sonhar não, você não sabe o que esse mundo te reserva. Eu paro pra pensar, hoje meus filho tão comendo e eu também, mas e amanhã? Quem vai colocar comida na mesa? Será que vai ter que ser o tráfico de novo. Eu bato na minha cabeça, o tráfico não. Eu não quero voltar, não quero e não posso. Mas eu também não vou ficar sonhando com nada não, quem teve uma vida como a minha não tem direito de sonhar é com nada”.

Nossos encontros duraram 13 meses; eles ocorreram entre setembro de 2013 a outubro de 2014 quando foram interrompidos. A interrupção se fez necessária para o devido afastamento do campo a fim produzir a escrita, fruto do trabalho analítico.

5 (Re)Construção dos discursos sobre a mulher e o crime: a emergência de uma Criminologia Feminista

Mulher da Vida

Cora Coralina

Apelidos e apodos:

Mulher da zona,

Mulher da rua,

Mulher perdida,

Mulher à-toa.

Mulher da Vida, minha irmã.

Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.

Desprotegidas e exploradas.

Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.

Necessárias fisiologicamente.

Sobreviventes.

Marcadas. Contaminadas,

Escorchadas. Discriminadas.

Nenhum direito lhes assiste.

Nenhum estatuto ou norma as protege.

Sobrevivem como erva cativa dos caminhos,

pisadas, maltratadas e renascidas.

Gerada nos viveiros da miséria, da

pobreza e do abandono,

enraizada em todos os quadrantes da Terra.

Sem cobertura de leis

e sem proteção legal,

ela atravessa a vida ultrajada

e imprescindível, pisoteada, explorada,

nem a sociedade a dispensa

nem lhe reconhece direitos

nem lhe dá proteção.

5.1 As herdeiras das fogueiras inquisitoriais

As mulheres transgressoras são as herdeiras das fogueiras inquisitoriais. Tão obscuras quanto as labaredas de fogo que sopitavam nos céus medievais é a realidade dessas mulheres que ainda ecoa na atualidade. De bruxas a prostitutas, aborteiras, loucas e desviadas, a realidade das mulheres que transgridem ainda é sombria e invisibilizada e, sobretudo enviesada pela história de opressão feminina e camuflada pelas teorias criminológicas de viés tradicional e positivista. Apesar da luta feminista pela emancipação ter avançado e contribuído para a reversão desse quadro, no que tange ao sistema punitivo ainda é incipiente. As herdeiras das fogueiras inquisitoriais são todas as mulheres.

A Inquisição teve de fato um papel fundamental para a consolidação dos processos punitivos femininos, pois pretendeu eliminar do espaço público social a presença da mulher, espaço ganho pela falta de homens (que envolvidos com as guerras medievais abandonaram suas cidades). Buscou-se dessa forma eliminar a religiosidade popular medieval e a forte cultura comunitária motivada pelas mulheres. Era preciso subordinar e controlar a mulher, pois ela representava um perigo à verticalidade social por ser considerada a transmissora de uma cultura que precisava ser interrompida. (Espinoza, 2002)

Acusadas pela prática de bruxaria, algumas mulheres eram perseguidas pela Inquisição e condenadas a serem queimadas em fogueiras em praça pública. As acusações e padrões para identificar uma mulher como bruxa variava e abarcava as que não professavam a fé cristã, as suspeitamente feias ou demasiadamente belas, as parteiras, enfermeiras, as que manipulavam plantas medicinais para cura das epidemias que assolavam a Europa na Idade Média. Estes saberes eram herdados de suas mães e avós, mas o preço a pagar era, além de ser considerada uma bruxa e ir para a fogueira, ter também suas herdeiras perseguidas pelas igrejas e pelo Estado que a esse fim se articulava em instituições associadas. Carvalho (2014) pontua que a utilidade desses conhecimentos elevava a condição e poder social das mulheres populares e não letradas, principalmente pelo contexto adverso e escasso do momento europeu e esse fato despertava a ira da instituição médica masculina em plena ascensão. Mendes (2012, p. 84) elucida sobre a herança medieval para as mulheres:

A inquisição, de fato, é de suma relevância para que se compreenda a mulher como uma “classe perigosa” a ser reprimida. Todavia, a herança do período medieval é ainda mais profunda do que o número de mortas nas fogueiras. Para as mulheres, no que concerne aos processos de criminalização e de vitimização, o ideário medieval inquisitorial ainda persiste. Creio que, a partir desta constatação, seja possível compreender como o poder punitivo se consolidou ao longo dos tempos, sob as bases de um amplo esquema de sujeição.

A intensa caça as bruxas ocorrida entre os séculos XV e XVIII foi uma clara autorização para o extermínio de mulheres que manifestavam seus conhecimentos políticos, médicos e religiosos. Toda tentativa de expressão de poder por parte das mulheres acarretava uma violação às leis e desembocava em punição. As bruxas foram condenadas por serem rebeldes, indomáveis e perigosas “já que a sua capacidade de curar ou de enfrentar a ordem vigente só podia ser atribuída à íntima vinculação destas com o poder emanado por uma figura representativa do masculino: o demônio” (Carvalho, 2014, p.27) Para esta autora, a caça às bruxas foi uma idealização da classe dominante e extremamente útil para justificar as pragas, as guerras, a escassez alimentar, a crescente pobreza e se tornou uma prática extremamente lucrativa.

Dessa forma, estabeleceu-se a “civilização dos senhores”, corporativista, verticalista, de domínio e de vigilância, condições unânimes para efetivação de uma sociedade mercantilista colonizadora. O modelo verticalista europeu foi exportado e converteu-se em planetário. Com base nesse modelo a imagem da mulher foi construída como um sujeito fraco, sem inteligência, produto de falhas genéticas (crença em que se baseia a ⁷criminologia positivista quando se refere à mulher criminosa). Analogamente, surge outra característica feminina que é sua maior inclinação ao mal por sua menor resistência às tentações, tendo ela predomínio de sua carnalidade em detrimento de sua espiritualidade. E em decorrência disso, surge a justificativa da necessidade de maior tutela para as mulheres tanto pela religião quanto pelo Estado. (Espinoza, 2002)

⁷ A Criminologia Positivista ou Tradicional funda-se no paradigma etiológico, próprio das ciências naturais, que reconhece qualidades intrínsecas em determinados indivíduos que os fazem mais propensos à prática de delitos. Sob esse contexto, a criminologia seria uma ciência explicativa que teria por objeto desvendar as causas e as condições dos comportamentos criminais e as motivações dos indivíduos criminais, entendidos como diferentes. A criminalidade compreende-se como uma realidade ontológica e inquestionada, conseqüência de uma patologia pessoal. (Espinoza, 2012, p. 47)

O discurso inquisitorial abre precedentes para o ingresso da ideologia da Tutela que se estendeu aos novos cristãos, aos negros, indígenas, às prostitutas, doentes mentais, crianças, adolescentes e aos idosos. A ideologia da Tutela é o paradigma da colonização, “pois a tutela das raças inferiores é tão importante como a tutela dos inferiores da própria raça” (Espinoza, 2002, p. 38) Nem mesmo a transformação industrial e o advento iluminista de igualdade, fraternidade e liberdade conseguiu superar e liberar as mulheres de suas acusações de inferioridade. Ao contrário, todo contexto de crise entre a burguesia e a nobreza européia possibilitaram o surgimento de posturas positivistas que instauraram um modelo de Estado policial. Cabe destacar que a mulher tutelada sofria um conjunto de mecanismos de controle também sobre sua sexualidade, conforme apresentada na citação anterior.

O Estado policial fomenta a intensificação ao vigilantismo social que se perpetua tendo como base a desigualdade dos indivíduos excluídos e marginalizados; todos aqueles que não se ajustam aos modelos de normalidade e agrupados na categoria “humanos”, a saber: os homens brancos, superiores, casados com mulheres dóceis, heterossexuais, com filhos e burgueses. Legitima-se dessa forma, a verticalização hierarquizante. A legitimação desse modelo de sociedade punitiva se perpetua ao longo dos tempos, e apesar da tortura e penalização em praça pública terem ficado no passado, as políticas subseqüentes carregam ranços e marcas das desigualdades imputadas aos ditos anormais, visto o Estado policial e as políticas higienistas.

Estas últimas, do século XIX, tinham como objetivo higienizar papéis sociais, fornecer regras morais para o funcionamento familiar ideal e a civilização dos povos selvagens. Assim fortaleceram-se as relações paternalistas, pedagógicas e de subordinação feminina atribuindo à mulher a missão sagrada de criar a prole, enfrentar com doçura, resignação e paciência as agruras e as amarguras da miséria apoiando moralmente o marido. Ao homem coube sustentar a mulher e lutar por seus direitos no espaço público e no cenário político. (Rago, 1997)

Desse modo foram proclamadas no corpo social definições e determinações de atividades que seriam realizadas por homens e quais seriam afazeres de mulheres. Aos homens trabalhos intelectuais e de uso de sua força e virilidade, as mulheres responsabilidades aos afazeres domésticos. “Assim sendo, o conceito de ideal feminino encontra-se pautado no interior de concepções, de um projeto de desenvolvimento, centradas em técnicas amparadas nos preceitos da organização capitalista ocidental”. (Carvalho, 2007, p.50)

Para Almeida (2001) essa forma de pensamento influenciou os criminalistas do século XIX que construíram as representações sobre a natureza feminina em torno dos conceitos de sensibilidade, fragilidade e docilidade. A sociedade tendia a associar as mulheres ao trabalho doméstico e com os filhos e as mantinha afastadas dos conflitos e da agressividade cotidiana da vida pública. Esses pressupostos contribuíram para difundir no imaginário social a idéia de que as mulheres eram menos aguerridas social, sexual e conseqüentemente criminalmente.

Com o advento dos estudos formulados por Cesare Lombroso e G. Ferrero (1892) esse pensamento é fortalecido e ganha postulado científico. As marcas da visão de Lombroso repercutem nas correntes criminológicas positivistas e caracterizam a mulher normal como um ser inferior ao homem tanto biológica quanto intelectualmente. Ele também atribuía à mulher frigidez e monogomia por excelência e difundia a idéia de que as mulheres respeitavam as leis mais do que os homens. Almeida reitera que (2001, p.75):

A mulher normal, do ponto de vista de Lombroso, é um ser inferior, dada ao instinto e não à inteligência e, portanto, próxima dos selvagens, malvada por índole. A mulher criminosa é ainda mais inferior, pois tem analogia com a estrutura psíquica e física do delinqüente, ou seja, o criminoso nato que se aproxima do monstro pelos traços físicos de regressão da espécie. A mulher e semelhante ao criminoso nato e, embora menos propícia ao crime, também o comete, sendo desviantes as prostitutas e as criminosas.

Percebe-se que a formulação de um pensamento referente à normalidade feminina buscava encaminhá-la a uma ética do cuidado, e a uma vinculação imaculada, de santidade, sem possibilidades inclusive de pensar e raciocinar. Lombroso (1892, p.56) afirmava: “se pudessemos provar que a mulher é intelectualmente e fisicamente um homem parado no seu desenvolvimento, o fato mesmo de que ela é mais piedosa e menos criminal que ele compensa vantajosamente esta inferioridade.” Ao contrário as mulheres criminosas natas apresentavam características negativas, como gosto viril, pelo fumo e pela bebida, coragem e incapacidade de reprodução. Para os estudiosos da época, estas mulheres se assemelhavam ao tipo masculino ou estavam loucas. Ainda assim, Fausto (2001) salienta que apenas alguns estratos da população feminina eram objetos de repressão policial, como as prostitutas por exemplo.

Assim como as bruxas, as prostitutas têm uma estreita relação com a história da criminalização feminina. As mulheres prostitutas denotavam comportamentos que agrediam os padrões culturais e a lei, concebidos apenas para serem cumpridos por mulheres. Apesar da justificção social das casas de prostituição, essas mulheres eram extremamente mal vistas por representarem o oposto da mulher ideal, da mãe de família, submissa e obediente. Contudo, Neri (2007) afirma que as prostitutas ainda assim, despertavam em algumas mulheres e homens admiração por serem figuras públicas, refinadas e livres. Mas foi a partir do século XVI que a fornicção masculina passou a ser condenada e durante os processos de Reforma e Contra-reforma a igreja, que passava por crises e polêmicas, modificou as relações entre cônjuges e eliminou a justificção social das casas de prostituição.

A prostituição fica em cena como principal agente provocador de crimes, vícios e vadiagens. Lombroso (1892, p.158) declara a respeito das prostitutas: “se os casos de prostituição aparecessem na estatística criminal, desaparecia a diferença da criminalidade dos dois sexos, e até se deveria notar o predomínio numérico das mulheres”. Cabe destacar que Lombroso e Ferrero (1892) associavam de forma direta a prostituição à delinqüência típica feminina. Para eles, a sexualidade feminina a serviço da prostituição equivaleria à criminalidade; esses autores a denominaram de atávica nata, capaz de colocar em risco a moral e os bons costumes, infame perante a opinião pública.

O combate ostensivo à prostituição deixa evidentes os valores culturais que orientavam a ética em vigor na época. O controle social sobre as mulheres vigorava com o objetivo de fortalecer a ideologia masculina dominante e era perpetuada em instituições como a família e a escola. Segundo Fausto (2001) as mulheres eram submetidas a regras de condutas morais muito mais repressivas e severas do que os homens. Moki (2005) elucida que a perda da virgindade antes do casamento era considerada um delito grave e, por conseguinte causava enorme vergonha social às mulheres que o praticava.

No tocante ao tratamento assimétrico entre homens e mulheres, Fausto (2001) elucida que transcendia a esfera das regras sociais e morais, assumindo caráter legal. O melhor exemplo é o crime de adultério, apontado por Delmanto (2002) sob o artigo 279 do Código Penal de 1890 que imputava à mulher adúltera prisão de um a três anos, ao passo que ao homem só caberia punição se tivesse *concupina teúda e manteúda*. Isto é, se a relação adúltera passasse a ser longa e duradoura concomitante com o matrimônio em questão.

Diversas explicações de ordem biológica, sociológica e psicológica surgiram a fim de justificar a menor incidência das mulheres no mundo do crime, bem como as especificidades dos delitos cometidos por elas: “tais fatores serviam para justificar “cientificamente a subparticipação das mulheres na população prisional e a sua super representação no inventário dos típicos delitos femininos”. (Soares e Ilgenfritz, 2002, p.64) Alguns desses estudos foram realizados por G. Tarde em 1898 e E. Durkheim de 1960 com seus ensaios criminológicos. Mais tarde, já no século XX alguns teóricos brasileiros abordaram a temática, tendo como principal responsável Lemos de Brito principal responsável por formular as regras para o tratamento do aprisionamento feminino. Cabe destacar que todos esses autores abordavam acessoriamente a delinquência feminina e seguiam a mesma linha argumentativa, referindo-se à natureza “feminina” sempre pelo viés tradicional de seu papel na família e na sociedade.

As explicações biopsicológicas dos estudiosos da virada do século XX repousavam em bases positivistas e associavam a delinquência feminina à influência dos estados fisiológicos da mulher. A fase da puberdade, a menstruação, a menopausa, o parto e o estado puerperal, apareceriam agora como estados em que as mulheres estavam mais propensas a cometerem crimes. De acordo com estes pensadores, nesses estados fisiológicos o psicológico poderia estar alterado pela instabilidade, irritabilidade e agressividade, podendo sobre esses efeitos vir a delinquir. Os crimes cometidos pelas mulheres geralmente versavam sobre infanticídio, aborto e abandono de incapaz, todos ligados à condição feminina e à sua associação natural com a maternidade. (Soares e Ilgenfritz, 2002)

A partir de meados do século XX os crimes cometidos pelas mulheres sofreram uma mudança significativa. Estas passaram a se inserir na dinâmica dos roubos, furtos, homicídios, formação de quadrilha e tráfico de drogas, provocando uma reconfiguração na prática delituosa feminina. Lemgruber (1999) afirma que essa reconfiguração ocorreu devido à saída proeminente das mulheres do espaço privado e sua entrada definitiva nas esferas públicas e econômicas da sociedade. Da mesma forma para Wolff (2001) o aumento da criminalidade feminina e a sua inserção em crimes exclusivamente masculinos se devem, inclusive, à sua entrada no mercado de trabalho, ou seja, ao aumento da participação na vida social e econômica do país.

Entretanto, o que se configura é a escassez de estudos e a pouca importância dada pela academia aos estudos da criminalidade feminina somada às dificuldades de acesso a essa realidade que agravam o quadro de obscurecimento em torno desse cenário. Autores

como Lemgruber (1999), Soares e Ilgenfritz (2002), Sposato, (2007) Mendes (2012), Espinoza (2012) justificam essa invisibilidade em detrimento do número inferior de mulheres criminosas em relação ao número de homens embora todos reconheçam e apontem que a criminalidade feminina tem crescido proporcionalmente com maior força na última década.

O número inferior de mulheres criminosas e a desconsideração do feminino fizeram com que há muito a criminalidade feminina fosse incorporada aos estudos da criminalidade masculina, mas o que se vê na verdade é o total desprezo pela mulher como sujeito. De acordo com Mendes (2012) essa realidade se deve principalmente, ao fato de que a criminologia nasceu de um discurso proferido por homens, para homens e sobre mulheres. A autora nos ensina que estudar as experiências dessas mulheres nunca foi politicamente relevante, “de maneira que, no discurso criminológico competente atual, a mulher surge somente em alguns momentos. Mas, no máximo, como uma variável, jamais como um sujeito”. (p.184)

Indubitavelmente o número inferior de mulheres criminosas contribui para a falta de questionamento em torno da realidade das mulheres envolvidas em práticas delitivas, porém diversos fatores contribuem e compõe esse cenário, como descrito acima. As mulheres, de um modo geral, sempre compuseram um quadro de exclusões, opressões e rejeições em todos os âmbitos da sociedade; pesa-se assim sobre a mulher criminosa a punição pela transgressão às normas e regras impostas ao gênero feminino, sofrendo esta mulher uma sobreposição de opressões. O sistema penal voltado ao ‘homem’ (androcêntrico) produziu invariavelmente o que a criminologia feminista denominou como dupla violência contra a mulher. Campos e Carvalho (2011, p.152) apontam que:

Quando a mulher é sujeito ativo do delito, a criminologia feminista evidenciou o conjunto de metarregras que produzem o aumento da punição ou o agravamento das formas de execução das penas exclusivamente em decorrência da condição de gênero.

Soares e Ilgenfritz (2002) enfatizam que esta questão foi sempre permeada por estereótipos sociais e noções de menos-valia das mulheres, entretanto esta problemática continua sendo pouco explorada e ainda não se construíram teorias consistentes que justifiquem a pouca participação de mulheres em estatísticas criminais e prisionais. Entretanto, percebe-se a partir do remonte histórico construído que a noção de passividade

e docilidade atribuídas às mulheres juntamente com sua relegação ao espaço doméstico atrasou sua entrada mais proeminente nas práticas criminais e em contrapartida obscureceu o cenário. Embora as mulheres transgressoras não tenham mais como destino as fogueiras inquisitoriais, restam resquícios dessa realidade atroz, vivenciadas no cotidiano das prisões e penitenciárias femininas.

5.2 As mulheres e o poder punitivo

Na seção anterior, pudemos compreender como a criminalidade feminina foi analisada e compreendida historicamente e como papéis sociais atribuídos a elas repercutiram nas tipificações de condutas consideradas ilegais. Conseqüentemente as maneiras como se inseriram na criminalidade repercutiram na maneira como começaram a fazer parte do sistema prisional. De acordo com Zaffaroni (1993) a relação da mulher com o poder punitivo se manifesta no próprio processo de gestação dele, pois desde o seu surgimento agrediu as mulheres e o sistema de relações que ela fazia parte.

Carvalho (2014) chama a atenção para o surgimento da categoria “imoralidade pública” para punir e incriminar determinado grupo de mulheres a fim de retirá-las de circulação em ambientes urbanos “civilizados”. A denúncia feita por qualquer pessoa à polícia e justificada por uma prática que deveria ser combatida, gerava a prisão imediata dessas mulheres. Comumente eram presas por embriaguez, prostituição, brigas e comportamentos masculinizados, condutas que não condiziam com o padrão de sociedade civilizada que buscava a moralidade vigente. Essa prática abriu precedentes para constituir-se uma rede de delação e intriga que agia no intuito de preservar a moralidade do cotidiano da vida social.

Embora a prostituição não fosse considerada crime passível de punição, também não era considerada atividade legal, portanto, as mulheres que se prostituíam ficaram expostas às constantes acusações sobre o crime de ⁸“Vadiagem”. Esta, por sua vez, estava tipificada no Código Penal de 1940 juntamente ao crime de ⁹“Contágio Venéreo”. De acordo com Faria (2010) muitas mulheres foram presas nas primeiras instituições prisionais brasileiras sob essas acusações.

⁸ Vadiagem: “Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade sendo válido para o trabalho sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita. Pena prevista de 15 dias a 3 meses de prisão” (Faria, 2010, 60-73).

⁹ Contágio Venéreo: “Exposição de perigo de contágio. Pena de 03 meses a um ano de prisão ou multa”.

De acordo com Pereira (2008) em Belo Horizonte, no início do século XX, os maiores índices de prisões femininas estavam relacionados à “desordem”, “embriaguez”, “pequenos furtos”, “escândalos” e “vadiagem”. As mulheres presas por essas razões seriam supostamente prostitutas pobres que procuravam seus clientes na rua, sendo mais vulneráveis às represálias policiais. A capital em seus primeiros vinte anos não havia formulado uma regulamentação para o meretrício por parte das autoridades policiais, mesmo existindo uma forte pressão em nome da moral da família mineira.

As repressões aconteciam através de um intenso policiamento na zona do baixo meretrício e as prisões de prostitutas dessa região eram justificativas por alegações de imoralidade e desordem. A prostituição era alvo de inúmeras campanhas implementadas pela população e também pela imprensa para o controle e moralização da atividade. Foi criada, em 1927 a Delegacia de Costumes e Jogos e então as prostitutas passaram a sofrer um controle ainda maior. Uma portaria as proibia de transitarem pela rua em “trajes pequenos”, de se postarem em janelas e portas, além de delimitar uma área isolada na cidade para sua circulação. (Pereira, 2008)

Entretanto, somente a partir da década de 40, foram criadas efetivamente as primeiras prisões femininas no Brasil. Em 1941, surge em São Paulo o Presídio de Mulheres que depois de alguns anos se tornou a Penitenciária Feminina da Capital. No Rio de Janeiro, em 1942 é criada a Penitenciária das Mulheres, depois nomeada de Presídio Feminino de Talavera Bruce. Neste período há pela primeira vez no país a separação de celas por sexo (LIMA, 1983). Em Belo Horizonte, a primeira penitenciária foi criada em 1948, denominada Penitenciária de Mulheres, destinando-se ao aprisionamento de mulheres que aguardavam julgamento e àquelas que já estavam condenadas à pena privativa de liberdade.

Ainda assim, a ideologia da normatização feminina permanecia amparada em parâmetros do pensamento essencialista, e dessa forma, buscava recuperar as mulheres presidiárias quanto ao resgate e fortalecimento de seu papel social e moral. Enquanto a recuperação dos presos era associada à sociedade, no sentido de se recuperar um cidadão, as mulheres tinham a recuperação associada ao lar. Recuperava-se a figura doméstica do feminino, ou seja, a mãe, esposa e dona de casa. Para viabilizar esta prática, o sistema prisional da época convocou o trabalho administrativo das freiras católicas da Congregação Nossa Senhora do Bom Pastor D’Angers, pois os ideais eram de que as prisões femininas deveriam resgatar as mulheres delinquentes na dimensão moral. Os trabalhos oferecidos para as mulheres na época contemplavam corte e costura, bordados,

pintura, crochê, limpeza e outros afazeres domésticos, a mulher presa não tinha outro destino que não fosse seu “destino doméstico” (LIMA, 1983).

Como os pensadores da época ainda associavam as causas de delinquência feminina às questões de ordem biológica, como neuroses e sexualidade, a administração realizada por freiras era a melhor proposta visualizada por eles, pois elas cuidariam moralmente das presas, despertando a domesticidade e controlando seus instintos sexuais, principalmente porque quase todos os crimes praticados pelas mulheres eram de ordem moral. (Lima, 1983)

Tem destaque nessa nova abordagem penitenciária feminina a participação de Lemos de Brito que atuou na escolha das “irmãs administradoras” das Penitenciárias Femininas além de elaborar o regulamento interno e o regime penitenciário a ser adotado. O modelo de tratamento defendido e oferecido para as mulheres presas no Brasil foi construído sob fortes preceitos religiosos e buscava assegurar o fortalecimento dos vínculos afetivos e familiares. Era dada ênfase ao cuidado e preparação dos filhos, da saúde física (principalmente, ginecológica) e mental e a presença em atividades laborais que privilegiassem a preparação para o trabalho doméstico. (Lima, 1983)

O projeto de sociedade idealizado pela elite brasileira buscava um padrão de vida semelhante ao “mundo civilizado” e a adequação de todos a esse padrão era uma imposição, inclusive aos operários. Nesse sentido, as novas práticas penitenciárias adotadas estavam em consonância com o estilo de vida burguês ao qual se buscava adaptar. Carvalho (2014) citando Angotti, (2012, p.94-95) reitera que: “o Estado incentivava que o estilo de vida inacessível da família burguesa fosse perseguido, ainda que com pretensões mais modestas, pois isso garantiria o controle de homens e mulheres que, a partir do momento em que tivessem família, passariam a “ter algo a perder”.

Diante disso, padrões rígidos de comportamentos foram prescritos para homens e mulheres, noções de “dever ser” foram cunhadas de acordo com as expectativas concernentes a cada sexo. Ao homem era determinada a obediência e subordinação ao trabalho operário e às mulheres as determinações infringiam prescrições ligadas ao comportamento moral, a fim de se tornarem “moças de família” e mulheres honestas. Carvalho (2014) pontua que as mulheres até podiam trabalhar, desde que o trabalho não afetasse os cuidados com o lar e a família. Evidentemente, as mulheres da classe baixa já trabalhavam há muito tempo, muito embora o trabalho dessas mulheres nunca tenha sido reconhecido. As mulheres que não seguiam os padrões estabelecidos eram classificadas como desviantes; eram elas: “mulheres que desfaziam os arranjos esperados de esposas

devotadas, boas mães e bons exemplos sociais: prostitutas, mães solteiras, mulheres masculinizadas, mulheres escandalosas, boêmias, históricas e outras”. (Angotti, 2012, p. 107 citado por Carvalho, 2014 p. 33).

Com a crescente inserção no mundo do trabalho e no espaço social, as mulheres passaram a ser cada vez mais destinatárias do sistema prisional. Nesse sentido, os tipos penais elencados pelo Código Penal de 1940 foram se tornando cada vez mais obsoletos e arcaicos, na medida em que ignoravam tanto a figura feminina inserida na sociedade de trabalho, quanto à figura feminina privada, inserida em uma rede familiar. Daroqui (2008) afirma que os institutos de execução penal gerados, não levavam em consideração, por exemplo, medidas que permitissem a manutenção dos vínculos das mulheres presas com seus filhos recém nascidos.

A Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 trouxe alguns avanços para a condição da mulher presa, pois propõe de forma específica estabelecimentos adequados à sua condição pessoal, possibilidades de implantação de seções para gestantes e puérperas, creches para seus filhos, ensino de acordo com sua condição e possibilidades de trabalho interno. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 assegurou o direito da mulher permanecer com seu filho no período de amamentação. Cunha (2001) salienta que apesar dos avanços legais, a totalidade da estrutura penal e penitenciária pensada a partir da LEP de 84 e que ainda se mantém vigente, foi pensada para a o aprisionamento e a promoção da justiça masculina. Ainda de acordo com a autora, “exemplo dessa situação, é a Lei 10.792/2003, que alterou o art. 52 da LEP, estabelecendo o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), o qual, contudo, não contemplou a situação das mulheres” (p.33) Cabe mencionar que tal regime prevê isolamento severo de até 360 dias, o que impede o contato com a família e com os filhos.

Observa-se que o atual sistema prisional feminino brasileiro reproduz em suas políticas os modelos masculinos, sem respeitar as diferenças concernentes ao gênero, no que se refere às encarceradas e até mesmo às companheiras, filhas e mães de presos (Buglione, 2000). Assim, o que se observa é que “ainda que o sistema penal vincule-se mais ao sujeito masculino que ao feminino (...), isto não significa que as reações penais, qualitativamente falando, sejam menos agudas quando aplicadas a mulheres” (Sposato, 2007, p.04). Levando-nos a crer que a “igualdade entre os sexos nas disposições jurídicas não implica a igualdade material dos sexos perante o direito” Ainda de acordo com a autora (2007, p.05).

Torna-se claro que o sistema penal é construído sob uma visão masculina, e por isso dispensa às mulheres um tratamento que é reflexo da posição social histórica a elas designada. (...) Ainda como conquista feminina no direito, destaca-se a Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, que alterou o Código Penal, em especial do título que trata Dos Crimes Contra os Costumes, retirando do Código a expressão mulher honesta, a qual traduzia grande preconceito contra as mulheres, incluiu a palavra companheiro, sempre que houver o emprego do termo cônjuge, o que alterou a interpretação de vários artigos, e em e em especial, revogou os artigos discriminatórios já em desuso de Sedução, Rapto e Adultério, além da extinção da punibilidade quando o agente criminoso casava-se com a vítima nos crimes contra os costumes.

Para Sposato (2007, p. 06), no entanto, o direito penal origina novas discriminações e reforça as antigas, isso porque “sistema penal tende a consolidar a estrutura de gênero e reproduzir elementos que provocam discriminação sexual.” Ainda de acordo com a autora, “o Estado não pode ser diferente da própria sociedade”, sendo que o Sistema Jurídico é instrumento e reflexo dela e, dessa forma, é instrumento e reflexo da desigualdade social que nela persiste. “As mulheres estigmatizadas como delinquentes sofrem uma dupla marginalização social, que se remete à construção do outro, diferente biologicamente e - do outro, diferente porque desviante e transgressor da norma”. (Sposato, 2007, p.07).

A baixa porcentagem de mulheres encarceradas não obscurece sua inserção cada vez maior no crime. De acordo com dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional, o número de encarceradas em 2012 representa significativa mudança quando comparada aos números do ano 2000. Como salienta Carvalho (2014, p.57), “ainda que o aumento da taxa de mulheres encarceradas não seja representado por um crescimento ininterrupto, é perceptível o inchaço da população carcerária feminina, especialmente a partir do ano de 2004 e no ano de 2012”. Ser encarcerada implica em situações de humilhação e invisibilidade social, privação de direitos para o exercício da cidadania, perda do direito de participação política e de livre acesso ao espaço público.

A condição da mulher como sujeito invisível do discurso punitivo, não a torna imune às seqüelas que provoca; as mencionadas características discriminatórias e excludentes das prisões femininas faz delas uma fábrica de violações de direitos. Aspectos como saúde, vinculação familiar, trabalho, estudo, previstos na LEP, na Constituição

Federal e nos Tratados Internacionais são sistematicamente desrespeitados, assim como não são consideradas as diferenças e especificidades de gênero. Wolff (2007) afirma que os dados registrados pelo Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier em Porto Alegre evidenciam a ausência de programas de tratamentos específicos para a condição da mulher presa, além da agravante situação de mulheres cumprindo pena em prisões masculinas. (Wolff, 2007). Grande parte das mulheres presas são responsáveis pela família monoparental; não recebem visitas, não têm direito a visitas íntimas e são proibidas de estabelecer relações homoafetivas, além das recorrentes violações de gênero praticadas contra a mulher.

São situações sobrepostas de opressões, que se expressam na história de vida e no retorno à liberdade e que naturalizam as desigualdades e as injustiças. A realidade nas prisões femininas (assim como as masculinas) em razão de suas precárias condições, descaso e abandono, e especialmente à ineficácia de sua função extrapola qualquer justificativa administrativa ou legal para a manutenção de sua existência¹⁰.

A partir do exposto acima, podemos afirmar que as violações em torno da questão da mulher presa, ultrapassam as já existentes no sistema prisional de modo geral, como as violências, torturas, maus tratos, inadequadas condições de habitabilidade e insalubridade. De acordo com Colombaroli (2012,) há um paradoxo no tocante às questões envolvendo as mulheres presas que se expressa desde sua criação: pensar em compreender a inserção da mulher em um contexto que não foi pensando visando a sua presença, como o sistema prisional.

O papel secundário imposto e vivenciado pela mulher, enquanto categoria social atinge, pois, o sistema de justiça criminal em nível nuclear, institucionalizando a opressão de gênero. Nesse contexto, falar sobre fruição de direitos fundamentais revela-se um verdadeiro paradoxo: não há como aplicar direitos que não foram pensados a partir das contingências dos sujeitos; tão pouco há como permitir sua especificação e vindicação em contextos que invisibilizam os sujeitos. (Colombaroli, 2012, p.12)

¹⁰ Ver relatório de pesquisa “Grupo de Prevenção à Tortura e a outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes em Unidades de Privação de Liberdade nos Municípios de Ribeirão das Neves e São Joaquim de Bicas – MG” do Instituto DH Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania e CAODH-MPMG- 2014

O cenário de violações e naturalização com que os presos são tratados pelas instituições do campo sociojurídico nos remetem às análises que diferentes autores realizam indicando a desvalorização da pessoa humana. A vida daquelas que cumprem penas pode ser considerada uma expressão do que Agambem (2002) refere como vida nua, que é aquela que não merece a pena ser vivida, ou o que Castel aborda como (1999) “sobrantes”, que são aqueles que nunca terão a chance de um lugar no trabalho formal. Bauman (2005) já traz a noção de pessoas “descartáveis” que são aquelas consideradas como lixo, que devem nesse caso ser neutralizadas e eliminadas. Butler (2003) nos traz a noção no caso das mulheres de “corpo abjeto”, caracterizado por aquele que não tem valor, produz repulsa, são os corpos que não são considerados como vidas ou não são importantes. Associado a isso, está o fato de que o sistema prisional falhou em seu caráter ressocializador, fazendo com que seu aparato punitivo se torne inconsistente e ineficaz.

5.3 Tecendo uma Criminologia Feminista

A construção fomentada até aqui nesse capítulo, buscou apresentar um panorama acerca da criminalidade feminina e as práticas de punição e aprisionamento a que estão submetidas às mulheres. Entretanto, esse cenário não pode ser compreendido e apenas absorvido, ainda que partamos de uma postura de crítica e questionamentos. É preciso que nos lancemos em busca da superação, ou ao menos de uma proposta de estudo que mude e altere nossas lentes de análise acerca da mulher como autora de crimes. Nesse sentido, essa seção é motivada pela necessidade de compartilhar, discutir, questionar e refletir sobre a construção de um referencial criminológico no qual as mulheres não sejam apenas elementos incorporados, acessórios ou objetos, que não mais sejam vistas como eternas culpadas.

Minha intenção é demonstrar como o movimento feminista vem ao longo da história questionando as estruturas de poder patriarcal e, sobretudo, trazer à tona as correntes feministas que discutiram especificamente o lugar da mulher no discurso penal. Cabe destacar que toda a discussão engendrada até aqui, busca situar o lugar das mulheres das quais o estudo quer situar, as mulheres trabalhadoras do tráfico de drogas. A partir da denúncia corrente das feministas da ausência da mulher na origem do discurso penal e sua habitual desconsideração, faz-se necessário a emergência de um olhar da promissora

embora incipiente, Criminologia Feminista. Não se trata de tarefa fácil embora extremamente necessária, uma vez que as idéias difundidas por esta perspectiva de análise encontram-se em déficit profundo de produção e reprodução no Brasil.

Outro aspecto que se apresenta como desafio a uma produção criminológica feminista se deve ao fato de que as correntes feministas tradicionais têm em seu bojo de formulações a luta pela criminalização masculina frente às agressões e violências contra as mulheres. O ponto de tensão, entretanto, ancora-se na articulação necessária e imprescindível das teorias feministas do direito à Criminologia Crítica que tem como premissa fundamental o desmonte das práticas punitivas.

Não se trata em hipótese alguma de desconsiderar a problemática envolvendo a violência contra as mulheres; sabe-se que este é o problema que, historicamente mais assola o universo das mulheres e muitas lutas foram e ainda são implementadas a fim de erradicar esse mal. Entretanto, o que se busca com essa demanda criminalizadora é acima de tudo a vingança e o castigo, teoria baseada a partir da discussão da impunidade. De acordo com Andrade (1999, p.112)

Essa demanda pelo sistema punitivo acaba por reunir o movimento de mulheres, que é um dos movimentos mais progressistas do país, com um dos movimentos mais conservadores e reacionários, que é o movimento de Lei e Ordem. Ambos acabam paradoxalmente unidos por um elo, que é mais repressão, mais castigo, mais punição.

Esse discurso punitivo fortalece a ideologia difundida na atualidade de que todos os males possam ser resolvidos a partir da política criminal. Sabe-se da impossibilidade do sistema de justiça criminal, violador de direitos por excelência, conseguir proteger efetivamente os direitos das mulheres e, por conseguinte “recuperar” o sujeito agressor. É necessário que novos olhares sejam lançados a fim de enfrentarmos os problemas em suas raízes e considerarmos que uma prática punitiva corretiva não pode ser o ideal para a (re)educação dos sujeitos.

A superação do modelo de aprisionamento de todos os seres humanos, da vingança, do ódio e da punição como único meio de educação e correção é que me incentiva e estimula a enfrentar as tensões e afirmar a Criminologia Feminista como possibilidade para a superação dos modelos de criminologia vigentes. O pensamento de

Harding (1993) inspira e incita a necessidade de permanente luta para co-construção de novos paradigmas:

As pesquisas feministas mais interessantes surgiram precisamente nas áreas de investigação que permanecem organizadas artesanalmente. (...) As afirmações mais revolucionárias talvez tenham surgido de situações de pesquisa em que feministas isoladas, ou em pequenos grupos, identificaram um verdadeiro fenômeno problemático.(p.56)

5.3.1 As lutas feministas frente ao discurso punitivo

O mundo transitou por diversas transformações, que inseriram a modernidade no “banco dos acusados”, e junto com ela muitos postulados tidos como absolutos foram questionados e entram em crise, dentre eles o poder punitivo. Ainda assim, somente a partir dos anos 60 é que se intensifica a crise do poder punitivo ao ser confrontado por diversos movimentos, inclusive o movimento feminista. Este questionará não apenas o sistema punitivo, mas a própria estrutura do direito problematizando sua postura consensual e neutra frente ao discurso punitivo. O movimento feminista aparece nesse cenário buscando inserir a categoria gênero nas discussões do direito sem, portanto, discutir a eliminação dos discursos punitivistas.

Em suma, o movimento feminista pretendeu inserir as mulheres como sujeito no discurso punitivo, salvaguardá-las das sobreposições históricas de opressões advindas desse modelo androcêntrico (modelo pensado e voltado aos homens) e reconfigurar esses paradigmas. ”Esse movimento caracterizou-se também por promover uma reforma político-social da condição feminina e por incentivar um desenvolvimento teórico que questionasse o modelo androcêntrico de ciência e de direito, assim como a uniformidade de ambos os conceitos”. (Espinoza, 2002, p.41)

Contudo, o movimento feminista não se constitui como movimento uniforme e não conflitivo; existiram e existem ainda hoje diversas concepções e correntes que transitam em postulados progressistas e conservadores. Embora as correntes feministas não tenham se conciliado sobre quais caminhos seguir para extinguir e extirpar a estrutura de dominação patriarcal que assola as mulheres e outros grupos marginalizados, nem tenham alcançado a unanimidade na definição do modelo social alternativo a ser construído, há algo em comum em tais abordagens: todos os modelos questionaram o uso neutro do

gênero e levaram ao espaço público as reivindicações femininas. (Espinoza, 2002) Baratta (1999, p.189) citando Harding (1999)

O denominador comum para todas as direções que, até o presente momento, seguiu a epistemologia crítica feminista, é então, por um lado, a descoberta do simbolismo do gênero que, naquele modelo patriarcal, vem ocultado e, por outro lado, a introdução da perspectiva da luta emancipatória das mulheres no marco político e teórico. Este denominador mínimo pressupõe, pela teoria de Harding, que não se desconheça jamais a distinção entre sexo (biológico) e gênero (social).

Também se deve aos movimentos feministas a introdução ainda incipiente da categoria gênero nas análises das ciências humanas estendendo dessa forma ao sistema punitivo alertando sobre a existência de diferentes temporalidades e mulheres tornando-se uma história múltipla. Para Baratta (1999) a aplicação do paradigma de gênero no Direito Penal e na ciência é uma necessidade absoluta para o sucesso da luta emancipatória das mulheres. Ramos (2012, p.45) afirma que: “o Direito Penal sempre foi dirigido, especificamente, para os homens, enquanto operadores de papéis na esfera pública da produção material. O seu gênero, do ponto de vista simbólico, é masculino”. (pg.31)

Entretanto, cabe destacar que embora exista muita luta feminista para inclusão da categoria gênero no discurso penal, o direito penal continua originando novas discriminações e reforçando as antigas, isso porque como afirma Buglione (2000, p.46), o “sistema penal tende a consolidar a estrutura de gênero e reproduzir elementos que provocam discriminação sexual”.

As mulheres estigmatizadas como delinquentes sofrem uma dupla marginalização social, que se remete à construção do outro, diferente biologicamente e - do outro, diferente porque desviante e transgressor da norma. A mulher difere do homem, e sua identidade social é construída muitas vezes a partir de suas incapacidades (Buglione, 2002, p.48).

Nesse sentido, todas as correntes feministas voltadas à discussão do direito penal agem na tentativa de desconstruir os padrões únicos de “normalidade” que asseguraram a dominação masculina. Destaquei acima que nunca houve uma uniformidade de pensamento nos movimentos feministas embora o cerne dos ideais parecesse ser

compartilhado. Espinoza (2002) nos alerta que desde os anos 70 é possível perceber o desenvolvimento de diversos feminismos baseados em postulados teóricos e estratégicos diferentes. Para seguirmos na tentativa de construir e compreender a Criminologia Feminista é necessário, porém que retomemos os modelos que influenciaram sua criação e concepção¹¹.

O feminismo burguês ou liberal fundamentado principalmente por Mary Wollstonecraft em 1792 e mais tarde intensificado através de Bety Friedan em 1963 foi um dos primeiros a se manifestar no âmbito público. Ele discute que o direito é dominado por um só grupo, os homens, mas aceita sua superioridade, porém reivindica a inclusão das mulheres. Tende a se concentrar na ideologia dos direitos iguais, tendo como proposta que as leis sejam aplicadas de maneira igual para homens e mulheres. Espinoza (2002) elucida que essa forma de feminismo não põe em discussão o sistema de valores, afirmando que as distorções socialmente construídas podem ser corrigidas mediante as aplicações das regras do direito já existente, que estariam sendo utilizadas de modo errado. Ainda de acordo com a autora os críticos a esse movimento salientam que este feminismo identifica a diferença entre os dois gêneros no direito “como circunstancial e não estrutural, despolitizando a atuação do movimento feminista”. (p. 42)

O feminismo radical ou separatista tem em Simone de Beauvoir (1949) sua precursora e admite o postulado estruturalmente masculino do direito e exige o reconhecimento das qualidades e conceitos especificamente femininos, sob o ponto de vista feminino. Esse movimento consegue identificar os conceitos masculinos que dominaram o direito (objetividade, racionalidade e suposta neutralidade) e pretendeu reivindicar os conceitos e valores femininos, mediante sua legitimação no âmbito público. A atenção não estava mais focalizada para atingir a igualdade, mas sim a diferença e o reconhecimento de direitos especiais às mulheres.

As críticas mais proeminentes a esse modelo baseiam-se na manutenção da dicotomia homem-mulher que acabam reforçando as diferenças biológicas e naturais entre os gêneros masculino e feminino. A crítica mais contundente se deve ao fato dessa corrente defender a existência de apenas uma perspectiva feminista e reivindicar a universalização da categoria “mulher” ocultando dessa forma as diferenças de experiências e interesses de diferentes grupos de mulheres. (Espinoza, 2002)

¹¹ a abordagem será sintética uma vez que não é o foco de nossas análises

O feminismo socialista surge com a proposta de fomentar mudanças sociais mais amplas e estruturais. Bryson, (1993) importante representante desse movimento propõe a elaboração de um sistema de valores alternativo baseado na negociabilidade e na relatividade histórica de valores atribuídos aos gêneros. Outra característica presente no fundamento desse movimento é a transversalidade do mundo real de cada mulher, no que se refere às variáveis das diferenças culturais e dos relacionamentos (homem-mulher, criança-adulto, branco-negro, diversidade de classe cultural, social, étnica e religiosa). Essa corrente defende “a flexibilidade e a redefinição dos limites culturais e institucionais, nas esferas da experiência e da vida social da mulher e do homem (público/privado, obrigações/direitos, em oposição ao cuidado/atenção, mercado/solidariedade, paixão/razão, corpo/espírito)”. Baratta (1999)

Baratta (1999) analisando estudos desenvolvidos por algumas pesquisadoras feministas assevera que Sandra Harding (1993) denomina esta terceira abordagem da questão feminina como pós-modernismo feminista. Olsen, entretanto, a caracteriza como andrógina, ou seja, a fusão entre os gêneros masculino e feminino; Carol Smart por seu turno a descreve com uma frase: “o direito tem gênero”. Assim, podemos asseverar que esta corrente demonstra um avanço em relação ao feminismo liberal e radical.

O feminismo negro surge como uma importante corrente teórica para questionar o feminismo global homogeneizador e excludente que trata a opressão de gênero de forma igual a todas as mulheres sem observar a multiplicidade de opressões e diferenças entre elas. As feministas negras evidenciam que a história do feminismo em sua agenda e legado histórico tomou como sujeito de referência a mulher ocidental, branca, heterossexual, de classe média, educada e urbana, um modelo de sujeito que invariavelmente não representa as mulheres que cometem crimes e boa parcela da sociedade. (bell hooks et al, 2004)

O feminismo negro evidencia a necessidade de ampliar o debate para a subordinação a que enfrentam diversas mulheres concretas em diversas situações reais. Procura responder a um debate de gênero e classe, mas também atua como uma forma de reagir ao racismo, a lesbofobia, aos efeitos da colonização e das migrações transnacionais; abarcam todas as mulheres que estão à margem da noção de sujeito que o feminismo tradicional concedeu às mulheres. Essa corrente ajuda sobremaneira a pensar a realidade da mulher brasileira colonizada em termos de classe e raça, as que são na maioria das vezes destinatárias do sistema penal.

Embora o feminismo negro não tenha se detido a formular uma crítica ao direito, muito contribui para que fosse possível incluir toda a gama de experiências femininas e, sobretudo a partir de um olhar também de raça e classe. O feminismo negro, ao contrário do que denota o nome não é exclusivo de mulheres negras, mas de toda gama de mulheres que ficaram de fora do discurso feminista tradicional. No Brasil, Jurema Werneck, Lelia Gonzales, Sueli Carneiro, há décadas tratam do feminismo negro o apresentando como alternativa ao feminismo branco, heterossexual, de classe média alta tradicional. De acordo com Mendes (2012) ainda que as feministas pregassem solidariedade elas não conseguiam enxergar e aceitar as diferenças, muito menos incluir no discurso tradicional as mulheres que estavam a margem da sociedade. Campos (2011, p. 26) aponta que:

Ao incluir esses novos sujeitos, o feminismo pode provocar dois movimentos. O primeiro, deslocamentos discursivos e políticos que tensionam para a inscrição desses novos sujeitos nas análises criminológicas. Um sujeito não mais genérico, mas concreto, múltiplo, multifacetado, submetido a diferentes violências, criminalizações e vitimizações. O segundo, diz respeito às possíveis respostas no campo das políticas criminais. Se há múltiplos sujeitos não há uma única resposta possível às diversas violências sofridas pelas mulheres. Assim, se a análise é particular, as respostas necessitam ser especificadas. Isso não significa ignorar que o local insere-se em um contexto regional e mesmo global, mas apontar que não há uma resposta genérica a um problema específico.

Apesar dos avanços conquistados pelas distintas correntes feministas apresentadas há necessidade de interpelá-las a partir de uma corrente criminológica que tenha um enfoque crítico. Cumpre destacar que esse enfoque será construído a partir da Criminologia Crítica principalmente por ter representado uma revolução epistemológica no que se concerne a criminologia. Mendes (2012) afirma ser possível uma criminologia feminista embora pontue que as contribuições a ela são trabalhos “artesanais de coser” elementos para a sua existência e permanência como campo de conhecimento.

Nesse sentido, a convergência entre as teorias feministas e a Criminologia Crítica é ponto fundamental para compreendermos de forma mais abrangente as especificidades da criminalidade feminina e conseqüentemente a inserção delas na atividade do tráfico, a partir de uma perspectiva crítica que inclui a seletividade penal a partir de um recorte de classes que torne visível as especificidades de gênero. Baratta (1999) afirma que vê a

possibilidade de interpenetração da criminologia crítica e dos pensamentos feministas em um projeto mais amplo de emancipação social. Em suas palavras: “uma criminologia feminista pode desenvolver-se, de modo oportuno, somente na perspectiva epistemológica da criminologia crítica”. (Baratta, 1999, p. 23).

5.3.2 Um olhar da criminologia feminista à criminalidade feminina

Compreender o que vem se instituindo como Criminologia Feminista é aproximar as correntes feministas descritas acima da Criminologia Crítica e esboçá-la de modo mais amplo a fim de compreendermos as bases epistemológicas desse movimento. A Criminologia Crítica se apóia em um método histórico-analítico de análise dos fenômenos criminais através de perspectivas tanto macrosociológicas quanto microsociológicas, como acumulação de riqueza e rotulação dos indivíduos. Analisa dessa forma o desenvolvimento histórico das agências de poder. Essa teoria pensa o conflito em termos de lutas de classes, contemplando os modos de produção e da infra-estrutura socioeconômica das sociedades capitalistas. (Barata, 1999)

A Criminologia Crítica questiona o caráter natural do desvio, afirmando que esta condição depende de valores e regras determinados através da história que define certas classes de comportamentos e de pessoas tidas como “desviadas”. O objetivo da criminologia não é mais compreender as causas da criminalidade, “mas as condições dos processos de criminalização, as normas sociais e jurídicas, a ação das instâncias oficiais e os mecanismos sociais através dos quais se realiza a definição de determinados comportamentos”. (Espinoza, 2012, p.48) Martins (2009, p.113) oferece uma descrição sobre as influências da criminologia crítica, principalmente como oposição à criminologia positivista:

A criminologia crítica participou de um processo de transformação social e teórico fazendo uso principalmente da influência do materialismo-histórico, da teoria do *labelling approach* (etiquetamento), do interacionismo e da etnometodologia. O discurso criminológico crítico não apresentou uma homogeneidade de teorias, sendo adaptado de acordo com cada país por criminólogos. No entanto, em comum às teorias deste movimento, apresentou-se a mudança de foco do autor de crimes para o contexto social no qual ele se insere, propenso às relações de poder de ordem macro e microsocial, à estigmatização e ao etiquetamento, à reação social e

à criminalização anterior ou posterior ao delito. O olhar para o sujeito como causa e conseqüência da criminalidade deu espaço para análises sociológicas do sistema penal formal e informal – comprometendo a sociedade como um todo no processo da criminalidade na medida em que o controle social não se limita às instituições jurídicas. A crítica desse paradigma ao direito penal, anuncia que este assumiu historicamente a forma de controle sócio-penal repressor e legitimador da exclusão – e não mecanismo de defesa ou de justiça social como se declarou oficialmente

Na perspectiva da criminologia crítica, Zaffaroni (1993) aponta que o direito penal se coloca ao serviço de uma parcela da sociedade detentora de poder político-econômico, sendo a justiça penal uma administradora da criminalidade, selecionando sua clientela habitualmente nas classes trabalhadoras. Podemos perceber aqui a uma negação total do direito penal como direito para todos os cidadãos de forma igualitária. Campos (2009) elucida que o sistema de justiça criminal não iguala as pessoas em termos de julgamento, mas seleciona autores e vítimas, mesclando proteção e tutela com discriminação e exclusão. Nessa perspectiva, segundo Baratta (2002, p.161), a criminalidade se revela como:

Um status atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas.

Apesar de a criminologia crítica ter contribuído sobremaneira para a discussão em torno da criminalidade, reconhecendo, sobretudo a seletividade do sistema penal, ela não abarcou uma discussão de gênero, relegando dessa forma a mulher às mesmas discussões concernentes aos homens. A criminologia feminista surge então, como concepção contemporânea que visa incluir a categoria gênero nos estudos da criminalidade, denunciando as estruturas vigentes da seletividade penal, embora reconheça a importância de incluir os postulados e premissas epistemológicas da criminologia crítica. Espinoza (2012) salienta que foi a partir da década de 70 que a criminologia feminista com perfil crítico ofereceu proeminentes aproximações e análises da criminalidade feminina.

De acordo com Espinoza (2012) a criminologia feminista critica as teorias criminológicas tradicionais questionando os estereótipos sexistas que as alimentam explicitando principalmente os limites e perversidades da criminologia positivista cujas premissas se apresentam como instrumento de preservação do status quo e como instrumento de controle. As defensoras da criminologia feminista compreendem o controle penal como mais um mecanismo de controle exercido sobre as mulheres, “uma instância onde se reproduzem e intensificam suas condições de opressão via a imposição de um padrão de normalidade”. (Espinoza, 2012, p.54)

Para esta corrente criminológica a mulher transgressora não pode mais ser vista como ponto de partida e sim as circunstâncias que afetam essas mulheres assim como os grupos marginalizados. Os estudos da criminologia feminista têm possibilitado superar limites da criminologia tradicional desenvolvida desde uma perspectiva masculina e inspirado no questionamento atual da criminologia. Espinoza (2012) destaca como grande contribuição da criminologia feminista a possibilidade de estudarmos as mulheres transgressoras como sujeitos autônomos e não como “desviantes”, “anormais”, “fracas” ou “passionais”.

De acordo com a autora essa postura visa descolar a mulher dos estereótipos das quais as mulheres fizeram parte em toda a sua história e, além disso, possibilita às mulheres espaços de representação e autonomia sem que a presença masculina seja constantemente inserida em suas atuações. A autora alude que essa perspectiva deve possibilitar às mulheres um lugar de fala, o acesso à palavra para que junto com elas e com suas experiências de vida possamos compreender as especificidades de suas atuações. Essa postura abre o caminho ao outro, para a preocupação com o outro como um sujeito individual e também coletivo.

A criminologia feminista permite explicitar os sistemas de opressão dos grupos marginalizados, mas acima de tudo não deixa de considerar que as análises precisam partir de uma perspectiva de gênero para olhar a mulher e a todos os sujeitos inseridos no sistema punitivo. A perspectiva de gênero pode ser esboçada a fim de questionar toda a estrutura do próprio sistema a fim de desconstruir o universo das formas de legitimação tradicionais punitivas e procurar soluções mais equitativas que valorizam as situações nas quais se inserem os diferentes protagonistas da intervenção penal.

Dessa forma, o reconhecimento da criminologia feminista permite compreender diferentes contextos de criminalização e vitimização das mulheres, como me instigou o pensamento de Harding (1993) - é preciso ir além dos modelos vigentes e projetar novas

questões mesmo que colocadas como desafio a fim de construir novos paradigmas. Parece-me razoável, asseverar que a partir de uma criminologia feminista, possamos construir novas bases de entendimento para a participação das mulheres no tráfico de drogas. Essa teoria poderia, por exemplo, nos fornecer pistas acerca das possibilidades de agenciamentos femininos no tráfico de drogas, ou seja, compreender em que medida as mulheres traficantes estão se empoderando nesse trabalho, ainda que de maneira marginal.

Nesse sentido, a criminologia feminista traz grande avanço para compreender a dinâmica acerca das mulheres envolvidas no tráfico de drogas, objetivo genuíno dessa pesquisa. Os estereótipos construídos historicamente e atribuídos às mulheres reverberam no trabalho feminino no tráfico de drogas e dificulta que os estudos as enfoquem a partir do lugar de sujeitos autônomos com capacidade de decidir por si só. O que vemos no cotidiano dessa atividade é a reprodução eminente dos estereótipos do gênero feminino, atribuídos às mulheres como passividade, docilidade e submissão. A maioria dos estudos, Costa (2008), Moura (2005), Cunha (2001) ainda atribui a entrada e permanência das mulheres na atividade de tráfico de drogas como uma escolha vinculada a um parceiro, fato que será discutido a seguir. Sabe-se, entretanto que apesar dessa realidade também estar presente ela não se aplica para todas as mulheres e encobre sobremaneira os atenuantes que encaminham as mulheres a essa atividade.

Nesse sentido, eleger a criminologia feminista para compreender o trabalho das mulheres no tráfico de drogas é analisá-lo a partir de mulheres protagonistas, autoras, autônomas que se encaminham para essa atividade como resposta à marginalidade econômica na qual estão submetidas e não apenas como cúmplices ou mulheres que amam demais, desnaturalizando dessa forma o mito do amor bandido.

6 Mulheres trabalhadoras do tráfico de drogas: subalternidade e subsistência

Numa sociedade que deveria ser bem organizada, a mulher, companheira de um homem, é concebida inicialmente para fazer filhos; em seguida, para lavá-los; conservar sua casa limpa; educar seus filhos; instruir-se ao educá-los e tornar o mais feliz possível a existência de seu companheiro, e assim fazer com que ele esqueça a exploração monstruosa de que é vítima. Ao nosso juízo, este é seu papel social.

Panfleto da Confederação Geral do Trabalho Francês de 1920

6.1 O tráfico de drogas também é feminino? É sim senhora!

Julita Lemgruber realizou um estudo sobre o encarceramento feminino em 1976 na Penitenciária Feminina Talavera Bruce no Rio de Janeiro dando origem a seu livro intitulado *Cemitério dos Vivos* lançado em 1983. Em 1997 na segunda edição do livro, a autora buscou prefaciá-la apresentando as prováveis mudanças decorridas nesses 21 anos em que havia realizado seu trabalho de campo na penitenciária. Julita retorna ao Talavera Bruce a fim de confrontar dados, experienciar a nova realidade e interpelar os novos funcionários e as presas da instituição e constata consternada, que embora muito tempo tenha se passado quase nada de expressivo havia mudado.

A autora relata que as mudanças ocorridas foram apenas conjunturais como ampliação de alguns espaços físicos e aumento do número de atividades laborais, mas na estrutura tudo continuava da mesma forma; faz questão de destacar que a mudança mais expressiva que encontrara na ocasião de seu retorno à penitenciária foi a liberdade concedida às mulheres que cumpriam penas impostas pelos tribunais da ditadura militar. Felizmente, mulheres presas pela ditadura militar já não havia, embora não me seja possível imaginar um preso que não seja um preso político, como afirma Nilo Batista (2007).

Há outro dado que a autora constata em sua nova incursão pela penitenciária: o aumento do número de mulheres presas em decorrência do tráfico de drogas. Em 1976, 20,8% das mulheres foram presas no Talavera Bruce por traficarem drogas sendo que em 1997 esse índice aumentara para 47% - quase metade das mulheres estavam presas pelo crime de tráfico de drogas.

A realidade da Penitenciária Talavera Bruce é apenas um pequeno espelho das penitenciárias femininas no Brasil; dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (2014) apontam que 72% das mulheres estão presas por traficarem drogas. O tráfico deixa de ser território exclusivamente masculino e passa a recrutar também as mulheres que são geralmente jovens, de classe baixa, com pouca escolaridade e negras ou pardas. Embora muitas vezes a presença da mulher no tráfico seja invisibilizada e muitas vezes subjugada em decorrência dos estereótipos de gênero que lhes atribuem fragilidade elas estão cada vez mais presentes nessa atividade. A fala de uma presa da APAC é emblemática: “você quer saber se o tráfico é feminino? É sim senhora! (Paula, 30 anos)

Se por um lado os autores e os dados confirmam o grande número de mulheres presas por traficarem drogas, por outro o que vemos é a ausência de um quadro consensual de explicações para o maior ingresso das mulheres nessa atividade. Os poucos estudos existentes tendem a enfatizar apenas uma faceta de análise que na maioria das vezes atribui a presença de mulheres no tráfico pela vinculação a um parceiro traficante perpetuando a ideologização da passividade feminina. (Costa, 2008) (Cunha, 2001) Alguns outros complexificam a situação entrelaçando condicionantes econômicos, de status, poder, reconhecimento e afetividade. (Moura, 2005), (Barcinsk, 2009)

Não tenho a pretensão de descartar as influências afetivo/masculinas para o ingresso e manutenção das mulheres nessa atividade, o que se interpela, contudo é que essa situação deve ser analisada de forma mais complexificada e estrutural. A vinculação automática das mulheres inseridas no tráfico de drogas a um parceiro retira-lhes a capacidade de agirem como seres autônomos com possibilidades de protagonismo e agenciamento. A discussão posta em análise trata de inserir a mulher como protagonista com a pretensão do deslocamento do lugar de vítima imposto às mulheres por décadas pela criminologia positivista. Outra característica dessa análise que vincula automaticamente a presença das mulheres no tráfico pela figura masculina encobre as críticas à precarização do mundo do trabalho, da subcidadania a que estão submetidos certos grupos sociais (traficantes do comércio varejista) e principalmente a desresponsabilização do Estado em consonância com a manutenção de uma instituição

social paralela ao Estado de direito e democrático. Nesse sentido é importante considerar que o tráfico de drogas alicia tanto homens quanto mulheres, oferecendo uma alternativa de subsistência que os ajuda a driblar o mercado precário e excludente para nele se inserirem.

Vincular a presença das mulheres no tráfico de drogas a um “amor bandido¹²” além de reproduzir padrões e estereótipos de gênero atrelados às mulheres e invisibilizar a participação delas não coloca em debate os condicionantes sociais e econômicos para o ingresso na atividade tanto para mulheres quanto para homens. Cabe destacar inclusive que essa vinculação aumenta o grau de vitimização feminina por não representar a realidade concreta de todas as mulheres traficantes. Estes estudos acabam por perpetuar um discurso que é muitas vezes reproduzido pela própria mulher a fim de se proteger. Conforme afirma Abramovay et al (2010)

A agência feminina nos atos violentos tem recebido pouca atenção, havendo certa reprodução de estereótipos inclusive em meandros da academia, nos quais as mulheres têm constado quase que tão somente na condição de vítima – sendo, nesse ponto, negligenciadas as possibilidades de fluidez ou de trânsito identitário. A questão não é negar as inúmeras dinâmicas sociais que continuam vitimizando mulheres, mas procurar dar espaço também aos contextos em que elas próprias emergem como autoras de violências. (p. 52)

A invisibilidade do protagonismo exercido pelas mulheres traficantes reafirmam posições tradicionais de estudiosos e pesquisadores que reproduzem racionalidades tradicionais de gênero. Carvalhaes e Toneli (2011) questionam a ausência do pronunciamento dos pesquisadores em situarem o lugar de onde investigam, anunciam e prescrevem um determinado fato. Toda trajetória pessoal e acadêmica produz efeitos políticos e isso deve ser posto em análise no processo discursivo do estudo. Para as autoras a pergunta que precisa ser feita é em que medida os papéis de feminilidade e masculinidades firmemente perpetrados histórica e culturalmente viciam o olhar do

¹² “Amor bandido” é um termo utilizado por Elaine Pimentel Costa em seu livro intitulado “Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas” publicado pela editora Edufal em 2008. Em seu estudo, a autora discute a inserção das mulheres no tráfico de drogas a partir da vinculação desta a um parceiro amoroso. O estudo não trata de analisar os parâmetros econômicos e de desigualdade social para compor a análise comprometendo os estudos que buscam autonomia e protagonismo feminino além de uma crítica aos parâmetros de produção capitalistas que incluem sujeitos nessa atividade.

pesquisador. De acordo com Moura (2007, p. 31), “os olhares estereotipados sobre as realidades têm sempre resultados perversos”

Barcinsk (2009) por sua vez alerta sobre o perigo de estudos construídos e sustentados pela lógica da vinculação óbvia da mulher traficante a um parceiro destacando como essa perspectiva ignora o protagonismo feminino, “sua participação involuntária é decorrência do medo, da opressão e da falta de alternativa que supostamente caracterizam a vida de mulheres afetivamente envolvidas com estes homens”. (pág. 33) Para esta autora, na experiência das mulheres com o tráfico de drogas vitimização e protagonismo estão presentes simultaneamente.

O protagonismo se estende dentro de um limite social, econômico, cultural e familiar dessas mulheres, mas é preciso ressaltá-lo, entendê-lo e ampliá-lo para constatações mais profícuas como os processos decisórios e de autonomia feminina. “Trata-se, entretanto, de colocar estas mulheres no centro do processo decisório, enfatizando sua intencionalidade, criatividade e força das suas trajetórias pessoais”. (Barcinsk, 2007, p.35). Em sua pesquisa, Ramos (2012) constata que embora ainda vigorem os discursos do “amor bandido”, as mulheres estão assumindo seu protagonismo no tráfico de drogas: “essas mulheres têm agido mais como protagonistas de sua própria história do que como cúmplices ou princesas apaixonadas que sonham transformar o sapo em príncipe, mesmo no cenário do crime” (p.21)

Durante o período de permanência na APAC feminina de Itaúna não obtive relato ou incidência de mulheres que tenham entrado para a atividade estritamente por causa de algum companheiro. Entretanto, através de seus relatos, foi mencionada a atividade de transporte de drogas para a venda dentro dos presídios, as chamadas mulas, que se encarregam de levar as drogas ou para companheiros presos ou para outros clientes. “Eu dava trampo levando a mercadoria pra cadeia, dá mais grana. Comecei levando droga pro meu namorado quando ele foi preso, depois passei a levar pra outras pessoas até ir pra outras cadeias, Pará de Minas mesmo, até em Belo Horizonte eu ia levar as parada”. (Carla, 23 anos)

Também existem aquelas que assumem o serviço depois da prisão de um companheiro; em ambos os casos o discurso que se perpetua diz respeito à continuidade da aferição de renda, da necessidade de manter a casa, os filhos e a facilidade por estarem dentro dessa sociabilidade. Marta (33 anos) quando questionada sobre a influência do parceiro reitera: “Ele me influenciar? Nunquinha! Eu que levei ele. Quando a gente começou a namorar ele nem sabia direito o que era droga; eu que ensinei tudo pra ele”.

Status, poder e reconhecimento social também compõe a trama de explicações, motivações e influências para a entrada e permanência das mulheres nessa atividade. Entretanto, a dimensão a ser considerada e enfatizada é a constatação do tráfico de drogas como atividade de trabalho, uma opção marginal de renda para determinada parcela da sociedade excluída dos meios de produção formal. O tráfico de drogas como espaço hegemonicamente masculino abre as portas de suas “firmas” para a entrada das mulheres que passam a participar da meticulosa forma de economia marginal e geração de renda oferecida pela indústria das drogas.

Observa-se que a crescente participação das mulheres no negócio das drogas está na maioria das vezes alicerçada em profundas desigualdades sociais, que não podem ser dissociadas da globalização da economia, da nova questão social que de acordo com Moura (2005, p.56) “constitui não só o surgimento de novas formas de pobreza e desemprego, mas, sobretudo, o desmonte da cidadania”.

Todos os fatores citados acima (status, poder, reconhecimento social) compõem o cenário e se interconectam para garantir a entrada e a permanência dos trabalhadores nessa atividade, tanto homens quanto mulheres. Pesa sobre esses aspectos o acesso ao ganho rápido de dinheiro ocasionando o acesso ao consumo, outro importante fator decisório para entrada e permanência na atividade. Constato, entretanto, que poder, status, reconhecimento social e acesso ao consumo são apenas partes visíveis de um todo oferecido pelo trabalho no tráfico de drogas; o resultado compensatório e almejado por quem ingressa nessa atividade, ou seja, alguns dos sentidos do trabalho no tráfico de drogas.

É importante a busca pela compreensão dos motivos que encaminham as mulheres ao tráfico de drogas, entretanto só faz sentido se intercalarmos esses motivos ao entendimento do tráfico de drogas como categoria trabalho e, portanto analisá-los a partir do mundo do trabalho, ainda que ilegal e marginal. Este capítulo tem como objetivo propiciar uma compreensão do trabalho das mulheres no tráfico de drogas observando, os condicionantes indissociáveis dessa atividade e seus impactos psicossociais.

Antes de adentrarmos nas especificidades do trabalho feminino no tráfico de drogas, faz-se necessária uma discussão que aporta o submundo do tráfico de drogas bem como as regulamentações que corroboram para a perspectiva que encaminha o traficante de drogas a uma categoria de acusação, de perigo e monstruosidade. A discussão sobre o tráfico de drogas como atividade ilegal nos encaminha a uma reflexão acerca das normativas jurídicas em torno de tal atividade. Apesar de não ser objetivo do estudo

aprofundar ¹³ as análises sobre a organização estrutural do tráfico de drogas, torna-se necessário compreender mesmo que de forma breve, a origem da proibição e da repressão desta atividade bem como suas repercussões psicossociais.

6.2 Do proibicionismo ao encarceramento em massa: o alcance da legislação

Embora o consumo de drogas esteja presente na humanidade desde seus primórdios, a intensificação na repressão contra o tráfico dessas substâncias outorgando-lhe aspecto criminal só se deu há alguns anos. A tendência legislativa de combate às drogas aconteceu em grande parte do mundo inclusive no Brasil por influência norte-americanas e rapidamente se transformou em uma “guerra” mundial. (Amaral, 2014).

Fefferman (2005) salienta que a proibição às drogas nos Estados Unidos no início do século 20 marca o surgimento das legislações e regulamentações associadas às substâncias químicas incluindo o álcool e tinham como finalidade a discriminação a grupos minoritários, incluindo os judeus, os negros e os católicos. Tem-se por meio dessa criminalização uma guerra para moralizar os costumes que tendo sua raiz no protestantismo com tradição puritana deflagrou regras de condutas rígidas e matizou as drogas como o mal a ser combatido. O discurso estadunidense ganha força e essas ideologias reforçam e determinam condutas e comportamentos da população em prol do poder estabelecido. De acordo com Amaral (2014) os Estados Unidos tem na Organização das Nações Unidas (ONU) um grande aliado na guerra contra as drogas. De acordo com Rodrigues (2002, p 103):

O governo dos Estados Unidos logra seus êxitos iniciais no controle de drogas nas reuniões internacionais que convoca. A primeira, realizada em Xangai, em 1909, não chega a elaborar determinações impositivas aos países signatários (países que contavam com fortes indústrias farmacêuticas e com monopólios comerciais na Ásia, Inglaterra e Alemanha), mas constrange essas mesmas potências internacionais que, ao contrário dos EUA, interessavam-se pelo lucrativo mercado do uso hedonista do ópio e seus derivados.

¹³ Para aprofundamento mais completo e complexo dos níveis estruturais, conjunturais e padrões organizacionais do tráfico de drogas consultar a dissertação de mestrado de Thaísa Vilela Fonseca Amaral (2014) Universidade Federal de Minas Gerais. A autora faz um minucioso estudo acerca da organização do tráfico varejista de drogas onde esteve em campo observando a atividade concreta de trabalho de jovens no tráfico de drogas.

A consolidação dos Estados Unidos como potência assegurou-lhes status de soberania e principal expoente de ideologias, tendo no Estado a representação do poder com incidências a invadir até mesmo a vida privada dos cidadãos. O Estado e a moral deveriam andar lado a lado, perpetuando assim uma política de estado autoritária e opressora. De acordo com Feffermann (2006) essa intervenção do Estado teve como objetivo disciplinar e regular os espaços públicos e privados legitimando a droga como o maior elemento de destruição e imoralidade fazendo emergir a necessidade de combater os envolvidos com o tráfico de drogas militarmente.

A percepção da droga como desagregadora e destruidora criou a necessidade geopolítica de combate ao narcotráfico além de manter sob controle os países da América Latina e da África expressando a intolerância e a opressão estadunidense a outras culturas. Nesse ínterim o controle das drogas tornou-se pauta para a os países latino-americanos sempre incorporando e se balizando pelo modelo de combate ostensivo dos Estados Unidos. Os países latino-americanos aderiram à tática estadunidense de controle social e gestão de corpos e ainda se envolveram em trocas de favores econômicos e empréstimos em contrapartida da militarização de combate ao narcotráfico, o que resultou em uma intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos desses países. (Feffermann, 2006)

Na década de 1970 com a expansão industrial do tráfico de drogas os crimes relacionados a ele engrossaram a população carcerária. No fim do século 20 usuários de drogas e traficantes se tornam os grandes párias expressando em sua figura o desregramento de conduta e a decadência moral. Diante desse cenário, os traficantes se tornaram os inimigos a serem combatidos, a lei passa a perseguir os subversivos, os perigosos e anormais. Cabe destacar a repercussão e alcance dessa ideologia que ainda ecoa na construção social da realidade acerca do usuário de drogas e do traficante como o inimigo e o imoral atribuindo a estes status de perigo e ameaça legitimando a discriminação e a criação de estereótipos. Este discurso também fora apropriado e disseminado pela mídia que manipula e corrompe o entendimento acerca dessa realidade. (Feffermann, 2006)

Gilberto Velho (1978) anuncia que em nossa sociedade os sujeitos envolvidos com drogas compreendem uma acusação médica e moral na qual o aspecto de perigo é dado de antemão; propõe-nos pensar no sentido de sistema de acusação como uma “estratégia mais ou menos consciente de manipular poder e organizar emoções, delimitando fronteiras” (pg.37), deixando claro que as acusações são criações específicas de grupos sociais

específicos e que marcam e delimitam territórios. Este autor nos explicita que a relação da sociedade com as drogas revela um processo de construção social da realidade fomentado pelas ideologias estadunidenses e posteriormente latino americanas de combate às drogas e de leis rígidas às quais determinados grupos foram submetidos.

No Brasil a guerra às drogas entrou no campo legislativo em 1976 quando foi publicada a Lei 6.368 que criminaliza o usuário (artigo 16) e o traficante de entorpecentes (artigo 12), penalizando este último de três a quinze anos de prisão. O movimento de Lei e Ordem intensificou esse combate ,pois clamava pela ampliação da repressão e pedia maior criminalização e penalizações mais severas com aumento incisivo dos aparatos policiais, judiciários e penitenciários. “É necessário incrementar mais e mais a engenharia e a cultura punitiva, fechar cada vez mais a prisão e suprimir as garantias penais”. (Andrade, 2006, p. 15)

Em 2006 surge uma nova lei contraditória e capaz de dissimular progresso travestido de benefício para os usuários e maior penalização aos traficantes. Trata-se da Lei 11.4343 que determinou tratamento diferenciado quanto ao usuário/as e o/a traficante de drogas. Com a mudança a lei passou a não mais penalizar usuários e a penalizar os traficantes com maior rigidez. Ao traficante de drogas aumento na pena que passou de no mínimo três anos e a cinco; aos usuários distribuição de cartilhas educativas e encaminhamento a tratamento contra dependência química. Cabe destacar que a pessoa pega consumindo drogas também é condenada e perde sua primariedade. O engodo se encontra justamente na averiguação do aparato policial em distinguir o traficante do usuário e é nesse aspecto que se percebe como pode vigorar a ideologia de combate ao estereótipo do criminoso, o/a jovem proveniente de periferia provavelmente negro/a, fazendo reproduzir erroneamente a máxima que articula pobreza à criminalidade.

Batista (2003, p.87) ajuda a compreender o caráter contraditório e problemático de tal alteração ainda que “pareça” trazer benefícios no tocante ao uso de drogas.

Se oficializou mais uma imunidade para a classe hegemônica, pois a nova Lei não trata mais o usuário da mesma forma em que identifica os considerados traficantes- culminando-lhes uma pena. Sabemos que a imagem típica do traficante, para nos atermos no básico, será a do jovem de classe pobre, preferencialmente negro ou mulato, fazendo ressurgir o discurso médico-sanitário. O pequeno distribuidor seria visto como o incitador ao consumo, o chamado Pusher ou revendedor de rua. Esse

indivíduo geralmente provinha dos guetos, razão pela qual era fácil qualifica-lo de delinqüente.

A nova Lei não altera substancialmente o cenário da questão das drogas no país. Além de não haver mudanças na criminalização e discriminação a certos grupos de pessoas, insere o usuário em uma categoria de patologia. Este, anteriormente considerado criminoso, passa a compor a categoria de “doente” ou “o dependente químico” que precisa de tratamento e palestras educativas para voltar a ser moralmente aceito e sadio. O aspecto de doença é dado de antemão e essa noção orienta as práticas e modelos de tratamento, não deixando espaço para autonomia do sujeito em relação a seu consumo.. Os modelos de tratamento oferecidos aos usuários de drogas estão fundamentados em uma realidade social construída historicamente, que estabelece categorias de acusação ou aceitabilidade específicas de cada grupo social, não fornecendo abertura aos atores sociais para um pensar-se sobre si mesmos.

A lei penaliza de cinco a quinze anos de reclusão quem exporta, importa, remete, prepara, produz, fabrica, adquire , vende, oferece, transporta, guarda em depósito, traz consigo, guarda, prescreve, ministra entrega a consumo ou as fornece ainda que gratuitamente sem autorização ou em desacordo com a determinação legal. Qualquer pessoa que realize alguma dessas práticas são enquadradas no artigo 33 e classificadas como traficante de drogas. O que parece ser ainda mais perverso concerne à quantidade da droga apreendida que fica à mercê da leitura que o juiz fizer de cada caso. Portanto, não há regulamentação sistemática e concreta que faça a distinção da quantidade de drogas apreendida que diferencie traficante de usuário.

Essa situação remete à discussão sobre a vinculação de um tipo social de sujeito identificado estereotipamente à figura dos prováveis traficantes. São estes os destinatários do sistema prisional. Este cenário também se faz presente quando a discussão faz referência as mulheres traficantes. Na APAC, entretanto, ouvimos relatos de que é conhecido e sabido por todas que não são apenas as mulheres pobres que traficam - em Itaúna várias universitárias e mulheres de classe alta também traficam: em boates, na Universidade de Itaúna, além de diversas delas viajarem para o exterior transportando drogas. Na maioria das vezes nenhuma é pega ou presa. O depoimento de uma presa (que prefere não se identificar) convoca a essa realidade: “

Cansei de levar droga pras patricinha da faculdade daqui, pra elas revender, la dentro tem boca sim, mas boca de faculdade ninguém preocupa não, não chama tanto a atenção. Uma vez a polícia que já tava me seguindo me deu um saculejo na porta la da faculdade mas a lorinha que entreguei o pacote eles nem colocaram a mão. Minha sorte foi que entreguei pra ela o pacote e eles não pediram pra ela abrir acho que respeitaram que ela era aluna ne.

Diante dos equívocos e ambiguidades da lei, alimentadas pela guerra às drogas, constatamos como fracassou o proibicionismo e a repressão que deflagra nesse processo profícuo seu reflexo: a permanência e aumento do tráfico de drogas. A vendida concepção norte americana de tolerância zero tem servido somente para aumentar consideravelmente a massa carcerária brasileira. Além de perpetuar a seletividade penal e piorar o já agravante estado das prisões que, como afirma Wacquant (2001), assemelham-se a campos de concentração para pobres: “empresas públicas de dejetos sociais”. (pag.6)

Diante desse cenário, o papel do Estado tem sido se concentrar na tarefa de coagir o tráfico de drogas pelo aparato repressivo e punitivo e, sobretudo no aproveitamento lucrativo oriundo das práticas como corrupção, extorsão, depósito de mercadorias apreendidas, lavagem de dinheiro, propina e a receptação de excedentes da segurança do tráfico. (Ramos, 2012)

6.3 Tráfico de drogas e inclusão no sistema produtivo: trabalho e marginalidade econômica

O tráfico de drogas é um fenômeno complexo e multidimensional que envolve questões tanto sócio-simbólicas-culturais quanto jurídico-político-econômicas. Sua expansão se deu a partir da década de 70 quando se transforma em indústria e conseqüentemente fonte de disputa e enormes lucros. Alterado seu consumo, passa a corresponder à lógica do mercado e não mais aos desejos de grupos. Apesar de sua ilegalidade recruta pessoas de diversas idades se revelando como uma emaranhada organização denominada por muitos como “firma” ou mesmo “movimento”, revelando uma forma estruturada de produção, venda e controle comercial. (Ferffermann, 2006)

Acompanha a abertura dos mercados e se transforma em negócio como outro qualquer, configurando-se, segundo Feffermann (2006) como uma prática atrativa por representar um acúmulo de capital. Este fato atribui ao tráfico de drogas “característica de constituição e de permanência paralela à vida do mercado formal de trabalho, passando a representar economicamente uma alternativa de subsistência. (Moura, 2005, p. 56)

Em estudo realizado por Faria (2009) a autora assinala o fato de que o tráfico, apesar de sua ilegalidade, se torna uma opção de trabalho, em meio a escolhas escassas. De acordo com a autora, as alternativas e as possibilidades de alternativas profissionais se restringem na medida em que as pessoas não estão preparadas para o mercado formal de trabalho, cada vez mais excludente e competitivo; o tráfico passa a ser, então, uma alternativa de driblar esse mercado excludente, e ao mesmo tempo, ser incluído, mesmo que de constituição e de permanência paralela à vida do mercado formal de trabalho, passando a representar economicamente uma alternativa de subsistência forma marginal.

De maneira semelhante, Fefferman (2006) ressalta o quanto a marginalidade econômica induz à expansão da atividade do tráfico de substâncias ilícitas. A autora sugere que o fenômeno pode ser analisado por diferentes perspectivas, entretanto o status de “trabalho” atribuído ao tráfico deve ser posto em análise. A definição de uma das presas confirma a importância de compreendê-lo a partir dessa perspectiva: “vender droga era meu trabalho, de lá que eu tirava o nosso sustento”. (Bruna, 26 anos) É nesse prisma que se desenvolve nosso estudo, a partir da prerrogativa da inclusão no mercado de consumo e possibilidade de sobrevivência que essa atividade oferece às mulheres. Nas palavras de Feffermann:

Há outras formas de tratar o fenômeno do tráfico de drogas; todavia, existe um consenso de que se está diante de uma das indústrias mais lucrativas do mundo, ultrapassando até a petrolífera. A globalidade, as grandes transformações tecnológicas e de organização aplicadas à produção induzem à expansão dessa indústria ilegal. A realidade econômica decorrente dessas transformações incide diretamente sobre o trabalho e vem provocando dispensa em massa de trabalhadores. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica.” (pag.15)

Por sua vez, Amaral (20014) nos ajuda a compreender como a indústria das drogas/tráfico se desenvolve industrialmente como qualquer outra afirmando não haver grandes diferenças entre elas: “a mercadoria droga é produzida e comercializada visando à maximização dos lucros, como todas as outras.” (p. 101) Segundo esta autora o tráfico de drogas se mantém vinculado ao sistema social incorporando e expressando as mesmas contradições próprias do capitalismo deflagrando os mecanismos do conflito entre capital e trabalho. Feffermann (2006) por sua vez, elucida sobre a situação:

O tráfico de drogas, como qualquer indústria, funciona sob a mesma lógica do capital; desta forma, os ‘trabalhadores’, em todas as etapas de produção, são ‘sacrificados’, e passam por idêntica dominação e pelos sofrimentos advindos das condições sociais injustas reproduzidas na sociedade. (p. 32)

Nesse sentido, pensar o tráfico de drogas como atividade presente no cenário mundial e principalmente brasileiro, que abrange uma quantidade grande de mulheres independente dos riscos de uma atividade ilegal significa dirigir esforços para uma compreensão das transformações no mundo contemporâneo. Estamos economicamente situados em um contexto capitalista globalizado capaz de gerar desequilíbrios financeiros e conseqüentemente desigualdades sociais enormes. (Faria, 2009) O conceito de globalização pode ser definido de acordo com Baganha (2002) como:

Uma nova fase de expansão capitalista, marcada pelo crescente domínio das grandes empresas multinacionais, do sistema financeiro e do mercado de capitais sobre o poder político. Salienta que, para eles, a nova ordem econômica é dominada pela mão “visível” dos mercados, transnacionalmente interligados, obedecendo a uma racionalidade econômica que busca como supremo objetivo aumentar a eficiência do sistema, independentemente dos desequilíbrios econômicos e das desigualdades que possa gerar. (pág.137)

A globalização contribui seguramente para aumentar e disseminar práticas de inclusões e exclusões no mercado, pois estabelece quem são as pessoas e grupos que apresentam as características para se adaptarem aos mercados globais. Por sua vez, gera a exclusão e desamparo em relação aos direitos de cidadãos aos indivíduos que não se adequam as exigências do mercado. Segundo Baganha (2002) os indivíduos ou grupos

incluídos são os que possuem características necessárias para integrarem os mercados globais, por razões de produção de bens culturais, laborais ou de capital, permitindo-lhes acesso a uma cidadania plena, com efetivação dos direitos humanos, sociais, políticos e econômicos.

Notoriamente, pelas vias do mundo globalizado incapaz de incluir a todos, tem-se um contexto social caracterizado pela exclusão, que leva necessariamente a desigualdades sociais cada vez mais acentuadas. Como efeito, o mundo do trabalho desponta como um cenário de práticas de precarização. De acordo com Antunes (2002) o mundo do trabalho é alvo de precarização principalmente por revelar o mecanismo do capital de gerar mais lucros, sem melhoria das condições de trabalho, embora saibamos haver intensos movimentos para melhorar tecnologicamente a competitividade das empresas. Submetidos às condições precarizadas de trabalho e sem perspectivas e possibilidades de participação no capital, os trabalhadores ficam vulneráveis e não conseguem se inserir e ter acesso aos meios de inclusão global e produção, tornando-se cada vez mais pauperizados. Como salienta Antunes (2002)

A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas outras conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (p.15)

Para Castel (1998) a precarização é um processo comandado pelas novas exigências econômicas e tecnológicas da evolução do capitalismo; salienta que três aspectos são importantes para o funcionamento dessa nova dinâmica do capital: a instalação na precariedade de diferentes trabalhadores, a desestabilização dos estáveis e o aumento do desemprego. De acordo com o autor, há um déficit de ocupações na estrutura social que impede a entrada das pessoas no mercado de trabalho. Portanto, a precarização pode ser compreendida como a institucionalização de duas formas: “precarização

econômica das estruturas produtivas e salariais – e precarização da proteção social, isto é, da legislação relativa aos direitos trabalhistas”. (p.82)

Barros (2004) nos chama a atenção para o fato de que o trabalho contemporâneo está sob o chamado capitalismo flexível, que se caracteriza pela intensa redução dos postos de trabalho (desemprego estrutural) e pela ampliação da desqualificação e precarização (informalidade, terceirização), situações marcadas pela insegurança, instabilidade e desprovidas de direitos. De acordo com essa autora, essas situações são agravadas pelo fato de que a marginalidade e a precariedade de condição de vida, decorrentes dessa situação, são vistas muitas vezes como resultante da vontade individual de não trabalhar e não como uma imposição do sistema produtivo, cada vez mais seletivo e de difícil acesso.

Nesse sentido, Antunes (2002) se refere ao argumento neoliberal para pensar na precarização do trabalho, e nos ajuda a compreender melhor seus efeitos para a vida do trabalhador. De acordo com o autor, os trabalhadores ficam extremamente vulneráveis e não conseguem se inserir e ter acesso aos meios de inclusão global e produção, tornando-se cada vez mais pauperizados. O argumento neoliberal imprime ao próprio trabalhador a responsabilidade pelo seu crescimento econômico e profissional, atribuindo a ele um status de incompetência quando não consegue cumprir as exigências do mercado.

Como observa Feffermann (2006, p. 15) “o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica, gerada pelo neoliberalismo e pelo capitalismo, que como conseqüência, acarreta o desemprego” e se revela aliciando muitos trabalhadores por oferecer condições, mesmo que ilícitas, de suprir as deficiências do mercado. A autora discute o fato de que o sistema político, social e econômico vigente que se alicerça na acumulação do capital, cria e reproduz uma força de trabalho desempregada ou parcialmente desempregada e uma parcela grande dessa população passa a construir estratégias de sobrevivência, sendo que muitos ultrapassam os limites da legalidade.

Esta autora afirma que “está-se diante de um crescimento de um desemprego estrutural, o que significa que uma parcela da população é lançada para a economia informal”. (pág. 16) Diante do exposto, pode-se considerar que as políticas neoliberais são capazes de provocar formas de inclusão marginal e precária, como no tráfico de drogas por exemplo.

O ponto nodal de tal desestruturação econômica mundial é a estagnação na economia ocorrida nas décadas de 80 e 90 acompanhada de elevadas taxas de inflação que inaugurou a partir disso um período de desaceleração na geração de empregos formais;

nesse contexto instaura-se um movimento de precarização do mercado de trabalho. Passa-se a um processo de exclusão por via do desemprego e de ocupações desregulamentadas e desprotegidas no mercado informal ou ilegal. (Antunes, 2002)

Esse processo de marginalidade econômica alcança de forma profunda o cenário laboral feminino. Hirata (1998) e Neves (2001) concordam que os efeitos mais prejudiciais desse processo recaem de forma mais acentuada e nociva sobre a mão de obra feminina aumentando a sua participação nas formas precárias de ocupação. Essa realidade deflagra todo o processo de inserção feminina no mercado de trabalho bem como todas as explorações e opressões a que são submetidas desde sua entrada retardatária na esfera pública e no mundo do trabalho até a contemporaneidade.

Corroborando esse pensamento a comprovação de todos os indicadores do mercado de trabalho que demonstram que as mulheres se inserem na atividade econômica em desvantagem, como apresenta Hirata (2008). Esta autora salienta que as mulheres são mais expostas ao risco do desemprego e porventura permanecem mais tempo procurando trabalho. Quando empregadas, as desigualdades se acentuam na inferioridade das posições hierárquicas que ocupam nas empresas e a disparidade salarial a que ainda estão submetidas quando relacionadas ao cenário masculino. Cabe ainda destacar que às mulheres são oferecidas menos oportunidades de desenvolvimento e ascensão profissional. Indubitavelmente esse cenário ganha na contemporaneidade contornos de avanços e melhorias embora esses atenuantes ainda se apontem como um cenário de práticas reais e corriqueiras.

Em decorrência desse processo de desvantagem e flexibilização do emprego das mulheres surge o que Kergoat (2000) denomina de nomadismos sexuais que é a busca por trabalhos repentinos, precários, informais e/ou ilegais. Como exemplo o trabalho das diaristas que se dividem em vários horários e casas diferentes, as ambulantes que se arriscam mediante as fiscalizações policiais e as traficantes de drogas. A autora aponta como exemplo extremo as mulheres que trabalham nos bordéis próximos a grandes empreendimentos como nos canteiros de obras, construção de barragens e mineradoras. Harvey (1992) discorre sobre a situação laboral feminina:

As novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago. (p.59)

Verifica-se, portanto, que a expansão do trabalho feminino em moldes contemporâneos baseados na introdução de procedimentos tecnológicos e na flexibilidade tem encaminhado as mulheres às ocupações mais precárias, à informalidade, desprovidas de direitos e garantias sociais e ao imenso desnivelamento salarial. Um adendo à informalidade convoca a pensar que dentre as possíveis ocupações como faxinar, cozinhar, trabalhar como ambulante, tomar conta de crianças ou idosos e até mesmo a prostituição o tráfico de drogas é o que lhes oferece mais dinheiro.

O trabalho que poderia significar um atenuante para a crise do capital, oferecendo novas perspectivas emancipatórias, “continua reproduzindo o poder do capital sobre si mesmo e se constituindo numa poderosa estrutura totalizante de organização e controle societal” (FARIA, 2009, p.187). Nesse sentido, o tráfico de drogas apresenta-se como uma oportunidade de inclusão no sistema capitalista, mesmo que de maneira marginal. No trabalho formal, precarizado e desvalorizado, o sujeito não consegue sair do anonimato, ou seja, imprimir sua marca no mundo, além de não ter outras condições de reconhecimento como participação cultural ou política. Assim, a busca por reconhecimento poderá provavelmente se dar por outras vias que não as inscritas no limite da lei. (Barros, 2004)

Todo o panorama exposto nesse tópico é extremamente complexo quando se considera o trabalho como atividade essencial na constituição do ser humano. Tomemos como ponto de partida para compreensão do trabalho e sua importância para a constituição humana a formulação marxiana da centralidade ontológica do trabalho. De acordo com Lukács (1979, 1989) os textos de Marx tratam o trabalho como atividade essencial na constituição do homem, Para Marx, o primeiro fato histórico é que os homens precisam trabalhar para sobreviver, a partir daí, surge a necessidade de cooperação e de um sistema de laços materiais entre os homens. A linguagem e a consciência, frutos das exigências de contratos, são, portanto, produtos sociais nascidos a partir do trabalho coletivo.

Esta formulação reconhece no trabalho seu sentido ativo, seu lugar central na experiência de auto-realização dos homens e aponta a sua condição de elemento estruturante de sociabilidades. De acordo com Antunes (2002) é no trabalho que o sujeito encontra os elementos que participam da construção de sua identidade, ele é um criador de valores de uso, é uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade e sociabilidades, eterna necessidade natural de mediação entre homem e natureza.

Marcuse (1988) baseando-se em Marx faz uma reflexão sobre o lugar do trabalho na existência humana como forma de ser do homem, que como ser histórico faz acontecer a própria existência através da produção e reprodução material em determinado lugar e tempo, condicionada à realidade econômica e social desenvolvida pelo processo histórico dos homens.

Diante da importância do trabalho para a vida humana e da valorização social atribuída a ele, é pertinente a indagação sobre o sentido do trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras na atividade do tráfico de drogas. Moura (2005) enfatiza em seu estudo que o trabalho no tráfico de drogas não se apresenta como espaço de criação e realização de homens e mulheres, por representar apenas uma maneira de suprir necessidades. Entretanto, baseada nos relatos das mulheres presas a afirmação da autora pode ser contestada. O trabalho no tráfico de drogas possibilita a realização de sonhos de consumo, fomentados pelo acesso ao dinheiro e também se estabelece como atividade que proporciona status, poder, reconhecimento e assim espaço de desenvolvimento e constante criação. Como em outro trabalho qualquer, o tráfico não se constitui apenas como atividade baseada em suprir necessidades, mas como possibilidade de atuação capaz de engendrar processos de criação. (Faria, 2009)

No entanto, a violência e a barbárie são experiências constantes no cotidiano do tráfico de drogas Amaral (2014) discute em seu estudo a violência e periculosidade a que estão submetidos esses trabalhadores; em suas palavras: “No âmbito do tráfico de drogas varejista, temos novos contornos assumindo a forma de uma mais-valia terrorífica, que rouba não mais uma porção da vida, mas sua totalidade”. (pag. 156) Melcop e Feffermann (2007) afirmam que a violência permeia as relações no tráfico de drogas, podendo deflagrar conflitos armados, e conseqüentemente levar à morte. Por trabalharem em situação de ilegalidade, os trabalhadores se vêem a todo o momento a espera de uma ação policial repressiva e violenta e até mesmo disputas entre donos de bocas que muitas vezes termina em sangüinárias guerras.

É importante ressaltar, que os efeitos mais nocivos do tráfico de drogas se apresentam na ponta de sua cadeia produtiva. Os trabalhadores que estão submetidos às constantes violências e represálias são comumente os jovens e as mulheres que atuam nas ruas e bocas de fumo. Para Melcop e Feffermann (2007) estes trabalhadores são considerados os responsáveis pela violência, “os verdadeiros traficantes”, visão fomentada e disseminada pela indústria cultural e midiática, quando são na realidade as principais vítimas do aprisionamento e das mortes violentas inclusas nas estatísticas policiais.

Faria (2009) traz uma importante contribuição acerca da violência expressa no cotidiano do tráfico de drogas bem como sua capacidade de reproduzir uma força de trabalho alienada.

Nesta perspectiva de entendimento do tráfico como trabalho, vê-se um duplo estranhamento: o aspecto não concreto do trabalho, que o aliena e o destitui do seu caráter emancipatório, como em toda extensão do mundo capitalista, e o aspecto não moral, de criminalidade por ser uma atividade ilícita no contexto histórico-cultural do país. Assim, exercida na clandestinidade, com justiça própria, tal atividade acaba gerando outras práticas criminosas, que reiteram o discurso midiático. A marginalidade dificulta um enfrentamento das suas formas de regulação levando-a a um caráter de duplicidade da informalidade: seus “trabalhadores” não podem ser formalmente legalizados, aumentando a precariedade das relações de trabalho e o mercado, em si criminalizado, é submetido a regras comerciais e de expansão baseadas na violência. (pag. 254)

Lukacs (1989) em sua obra “Ontologia do ser social” afirma ser o sentido da vida e conseqüentemente o sentido do trabalho para o ser humano uma busca social de alta magnitude e importância. Vê-se que no tráfico de drogas esse sentido está ancorado nas busca que os sujeitos fazem para adquirir poder, ou seja, buscam dar sentido a essa atividade através de agenciamentos de poder, que deflagra reconhecimento e status. Estamos diante de um trabalho marginal, de alta periculosidade, fruto das desigualdades, explorações e precarizações, mas que viabiliza através da possibilidade de ganho fácil e de uma sociabilidade que muitas vezes exalta a figura do traficante e lhes permite acesso ao sonho do consumo. A busca social de alta magnitude e importância ditada por Lukacs (1989) quando confrontada ao tráfico de drogas parece ser a busca pelo poder e o reconhecimento.

6.4 Trabalhadoras do tráfico de drogas: fortalecendo as firmas

“A mulher fortalece a firma.”

Márcia

O tráfico de drogas se constituiu durante décadas como atividade majoritariamente masculina e embora tenha aberto espaço para inserção feminina continua sendo uma atividade predominantemente masculina que reproduz padrões estruturais de gênero como no mercado formal de trabalho. A entrada definitiva das mulheres no mercado de trabalho é marcada por atrasos e progressos, expressa em um panorama de paradoxos e contradições e esse panorama repercute na atividade dessas mulheres também no mercado de trabalho informal, sobretudo no tráfico de drogas.

Não se sabe ao certo em que período histórico e social se deu a entrada das mulheres no tráfico de drogas, mas sabe-se, que a entrada tímida se deve ao fato da atividade exigir atributos e manejos instrumentais até então não alcançáveis para as representações estereotipadas do gênero feminino. A docilidade e a passividade atribuídas às mulheres tornaram-as o “sexo frágil” afastando delas as capacidades e competências necessárias pra trabalhar no comércio da droga, arraigado em situações de conflitos, extrema violência, virilidade e uso de armas de fogo. A construção desses estereótipos de gênero no crime fomentou a produção e legitimação do modelo de masculinidade hegemônica (violenta e viril) e subalternizou o feminino.

O emprego da violência é a afirmação do ethos masculino que configura as relações de poder que determinam o grau de periculosidade e a sua imagem perante os outros membros da comunidade. Para a construção desse ethos masculino os trabalhadores buscam no uso de armas, nas ações e reações violentas e no acesso ao consumo se afirmar no interior das firmas. As análises sociológicas e antropológicas evidenciaram que a construção do ethos masculino estava atrelada à ações violentas, ao uso da força física e ao poder. As associações da violência à masculinidade estão tão arraigadas nas práticas, discursos e subjetividades que retroalimentam os estereótipos de gênero causando em consequência disso a impressão de que apenas os homens são autores de violências. (Abramovay et al 2010).

Assim, as identidades masculinas são fomentadas por “um roteiro performático em que o modo de se apresentar e se fazer reconhecer socialmente passa pelo exercício espetacular de ações agressivas que mostrem sua capacidade de desafiar e enfrentar, não importa quem”. (Machado, 2001, p. 19- 20 citado por Abramovay et al 2010, p. 50) Além da violência e do poder, o ethos da masculinidade se articula a outros elementos, como a conquista de mulheres, o uso da arma de fogo, o enfrentamento da morte e a ascensão profissional.

É a apropriação dos comportamentos de risco e agressivos que reforça a imagem de força associadas ao masculino e se por um lado esses comportamentos são corriqueiros e aceitos para os homens, para as mulheres essas expressões são repudiadas e vão contra a ordem feminina “natural” de meiguice e doçura. A partir de um olhar feminista, é possível enfatizar que masculinidade e feminilidade são construções de gênero e nesse sentido “conformam identidades múltiplas situadas em interações sociais plurais, de modo que os sujeitos nelas engajados estão envolvidos em significados contextuais e imersos em processos de desconstrução e (re)construção”. (Abramovay et al 2010, p. 52)

A associação do feminino a passividade e o processo de subalternização e vitimização de mulheres e de alguns homens, dentre outros elementos, possibilita a construção e promoção de um tipo de masculinidade hegemônica (heterossexual, homófoba, misógina, que se articula a idéia de superioridade e status social, a aquisição de posições profissionais de poder e de bens materiais). Nesse sentido, afirma-se que é também através do envolvimento no crime, que muitos corpos têm acesso a uma versão socialmente privilegiada e glamorosa de identidade masculina, viril e provedora, admirada por muitos homens e mulheres. (Carvalhoes e Toneli, 2011, p. 4)

Ainda que as imagens de trabalhadores do tráfico estejam atreladas ao masculino, a entrada das mulheres na atividade não faz delas mulheres “masculinizadas” ou meras reproduções do ethos masculino. Ainda que algumas mulheres possam se identificar com o gênero masculino (como alguns casos de lésbicas) não poderíamos associá-las automaticamente a tais padrões e estereótipos. O que se pretende afirmar é que a participação das mulheres em uma atividade majoritariamente feminina inscreve e inaugura novas formas de feminilidade. A presença das mulheres no tráfico de drogas

indica o surgimento de novos estilos de feminilidade e não a absorção das mulheres ao estilo de masculinidade vigente.

Ainda assim, é preciso ressaltar que as mulheres trabalhadoras do tráfico de drogas encontram permanente desconfiança em torno de sua competência, Abramovay et al (2010) nos indica que as mulheres dentro de espaços majoritariamente masculinos e conseqüentemente alinhados a padrões machistas e violentos são geralmente desacreditadas e inclusas em uma categoria de menor valor social. Nas palavras das autoras:

Os significados são traçados de acordo com esse cenário permeado por relações de poder, de modo que algumas práticas de significação podem sobressair sobre outras, de acordo com a posição ocupada. Nem sempre o significado dado por elas mesmas tornam-se os significados mais hegemônicos dentro do grupo, reproduzindo-se uma ordem na qual a capacidade de validar sentidos deriva também do poder que se tem nessas interações. Desigualdades de gênero se relacionam com desigualdades em termos de reconhecimento e, por sua vez, disparidades também no que tange às oportunidades. (p.50)

Vejamos o relato de uma presa da APAC:

A mulher pra se firmar no trabalho tem que se mostrar guerreira, tem que mostrar que é melhor que o homem, tem que ser melhor que os cara. Tem que comer bronca sim tem que botar terror sim e tem que saber cobrar. Eu só melhorei la porque eu era a melhor cobradora eu quebrava o pau mesmo. Eu acho que na verdade é isso a gente tem que botar moral, tem que ser melhor que eles, tem que mostrar que é melhor, que pode ser igual e melhor. (Eliane, 36 anos)

O relato acima nos indica a necessidade que as mulheres tem de se afirmarem perante ao movimento, justamente para buscarem escapar das opressões e desigualdades impostas a elas. As manifestações de força e coragem narradas pela presa além da “disposição” para enfrentamento são importantes para a afirmação do poder, defesa dos territórios e manutenção dos cargos ocupados. Embora estes sejam atributos associados à masculinidade, percebemos através dos relatos que eles vêm deixando de ser estritamente pertencentes aos homens e são compartilhados também pelas mulheres, o que confirma a

configuração de novas formas de feminilidade. “Eu aprendi a atirar, eu sei soltar foguete e eu faço tudo que o movimento precisar, eu ¹⁴trampo melhor que homem” (Eliane, 36 anos).

A exemplo dessa realidade podemos constatar na pesquisa realizada por Perrelli e Toneli (2006) com mulheres trabalhadoras no ramo petrolífero, como os homens atribuem sentidos diferenciados ao trabalho das mulheres, ainda sob uma visão estereotipada da mulher como sexo frágil. As autoras retrataram o quanto essa visão estereotipada ainda dificulta às mulheres entrarem em ocupações majoritariamente masculinas. De acordo com Kergoat (2000) existe algo que se reconstrói com a entrada de mulheres em atividades e empregos majoritariamente masculinos, é um ingresso que fomenta controvérsias e questionamentos e perturba a ordem estabelecida pelos homens e por identidades construídas sobre princípios masculinos.

Voegeli (2003) arbitra que em meio a este contexto de múltiplas transformações, especialmente a partir do século XX, a mulher vem assumindo papéis de representação na sociedade mais definidores de sua personalidade, desvinculados da autoridade masculina ou confrontando-a diretamente, por meio da busca pela igualdade de direitos ou da maior expressão da atitude feminina frente ao mercado de trabalho, aos filhos e às novas formas de sociabilidade.

As novas formas de sociabilidades femininas são expressas nessa atividade quando defendem a validade de seu trabalho e a importância do mesmo para o controle e segurança dos locais de venda. Embora esse seja um mundo atrelado ao masculino e algumas mulheres precisem incorporar esses padrões o que vemos é uma manifestação da presença feminina por ela mesma, mais valorizada e atrelada a seus próprios atributos. Márcia é emblemática em sua fala: “a mulher fortalece a firma”, isso representa a idéia de que a presença feminina também é importante e fortalece o negócio e não uma representação de masculinização da mulher traficante. Algumas falas corroboram essa afirmação: “no trampo eu era super respeitada e eu não botava terror eu nada era com tranqüilidade, ficava brava quando precisava, mas sempre sabia conversar e negociar e tinha muito cliente que preferia comprar comigo”. (Yasmim, 25 anos). “Pra mim eu ia crescer muito ainda porque eu trabalhava muito melhor que muito homem eu era muito elogiada pelos clientes, eu sempre ganhava as coisas por causa disso, eu já falei que vai chegar um dia que as mulher vai colocar os cara pra fora” (Lena, 42 anos)

¹⁴ Trampar significa trabalhar

A maioria das mulheres presas na APAC é de Itaúna ou de cidades bem próximas, onde o comércio do tráfico de drogas tem se instalado em diversos bairros com bocas espalhadas em regiões de todos os tipos. Originalmente a cidade não apresenta pontos de vendas de drogas atrelados a favelas como naturalmente tende a se relacionar como em becos, vielas e morros. Na cidade não existem favelas, mas o tráfico de drogas está presente em todo o município. Esse fator desmonta diretamente a relação perversa e sensacionalista da favela versus tráfico de drogas e da violência versus pobreza. Feffermann (2006) salienta que:

Não existe relação direta entre pobreza e violência e sim violência estruturada, perpetrada pelo Estado, que vem oprimindo grande parcela da população e que muitas vezes impede o próprio sustento. Esta população está sob grande risco social e em decorrência disso vive situações de desrespeito e privações. Estas condições não são definidoras para adesão ao crime, mas podem ser vereda propiciadora para que setores ilegais e criminosos se expandam, como no caso do tráfico de drogas. É nesses lugares que o tráfico torna-se visível, em regiões que o Estado é omissos e/ou violento. (p. 14)

Feffermann (2006) alude sobre a importância de refletirmos sobre as singularidades locais da organização do tráfico de drogas e sua inserção social. Em Itaúna os pontos de venda ocorrem nos bairros, em esquinas e nas próprias casas dos traficantes. Considerada pelos moradores como uma cidade pacata e simples muitas vezes se perpetua em determinado domicílio até anos de intensa venda de drogas sem que a vizinhança perceba. “Eu fiquei lá uns três anos vendendo droga, os clientes buscavam lá na porta mesmo e ninguém me denunciava”.

Entretanto, são as denúncias dos moradores que mais fomenta o desmonte das organizações em casas, prédios e sítios. Flávia (53 anos) era cozinheira de uma empresa de cimento na cidade e ao ficar desempregada precisou recorrer à ajuda de parentes e amigos sendo que nessa ocasião uma vizinha lhe ofereceu papelotes de cocaína para que ela revendesse. “No início estranhei demais, quis brigar com ela, mas voltei lá pra buscar porque eu estava no desespero mesmo”. Com a crescente venda, Flávia alugou um sítio em uma zona rural da cidade e lá construiu uma verdadeira fábrica que teve seu ápice e sua queda em 2 anos e três meses após receber 6.500 denúncias de vizinhos próximos.

Ele era alugado. Bem grande assim tinha até piscina sabe e quadra e mais umas coisas bem chiques mesmo. La eu vendi muita droga e fabriquei também. Fiz tipo uma fábrica sabe. Eu comecei trabalhando muito e depois passei a ir cada vez menos parece que eu tava preparando pra ser presa mesmo porque eu comecei a ficar com receio de ir eu boba ne achava que pelo telefone não ia ter problema. La eu empreguei umas trezentas pessoas, alguns morreram no meio do caminho mas eu tratava todo mundo que nem filho mesmo eu cuidava de ter tudo pra todo mundo. Só que o problema mesmo veio da vizinhança que começou a denunciar a gente e eu vi meus menino tudo indo preso aí eu voltava a trabalhar aí vinha denúncia de novo. Recebi mais de 6.500 denúncias dos vizinhos la do sítio daí fui presa dentro do supermercado e caiu tudo.

A comercialização de drogas envolvendo o domicílio das mulheres é uma realidade do tráfico de drogas constante não apenas em Itaúna, mas em todo o país. Wolff (2007) a denomina de *free-lance* e alude que essa forma de comercialização é o mais comum entre as mulheres, primeiro porque as barreiras para o ingresso delas são menos imponentes do que em outras funções e segundo e mais notável é o fato de que essa forma de comercialização permite às mulheres associarem as demais funções domiciliares como o cuidado da casa e da família. Desde os tempos primitivos as mulheres são as responsáveis pelos trabalhos domésticos e os cuidados a todo o clã familiar. O trabalho como *free lance* possibilita-lhes mulheres auferirem renda e ao mesmo tempo não as afasta da esfera doméstica. De acordo com Noel (2005, p.22) citado por Ramos (2012, p.36) o tráfico de drogas se apresenta como possibilidade de unir os cuidados da casa a ganhos reais, impossíveis de serem alcançados tanto no mercado formal quanto no informal:

Em relação a estes delitos, é necessário indicar que o tráfico é uma atividade que permite a mulher seguir desempenhando e desenvolvendo suas designações culturais de mãe, esposa e dona de casa. Por outro lado, a alta rentabilidade do tráfico de drogas versus a baixa rentabilidade do trabalho feminino aparece como fator decisivo para o ingresso no tráfico de entorpecentes, o que reporta a impossibilidade de consegui-los por outras vias sejam em trabalhos formais ou informais. ¹⁵(tradução nossa)

¹⁵ Respecto a estos delitos es necesario indicar que el tráfico de drogas es una actividad que suele permitir a las mujeres seguir desempeñando los roles asignados culturalmente de se madre, esposa y dueña de casa. Por

Hirata e Kergoat (2007) pontuam que a categoria “trabalho doméstico” é uma das grandes marcas da divisão sexual do trabalho, pois esse foi um dos únicos trabalhos que não se dividiu e cuja atribuição é especificamente das mulheres. As presas da APAC informaram participar ativamente dessa modalidade de vendas e pontuam também serem as grandes responsáveis pelo cuidado com a família. Na maioria das vezes elas pegam a droga em consignação com os “gerentes” da boca, revendem e posteriormente fazem o acerto do que foi vendido. Além disso, nota-se que a entrada das mulheres nesse mercado de trabalho as tornou cada vez mais ativas e não raras vezes as únicas ou principais provedoras da família.

A maioria das mulheres presas na APAC são mães solteiras e de acordo com elas, trabalhar no tráfico de drogas lhes oferece flexibilidade para cuidar das crianças e promover o sustento da família. “Eu não queria um emprego em tempo integral porque não queria deixar meus filhos sozinhos”. (Flávia, 25 anos) “Olha eu já tinha tentado de tudo, ninguém pode falar que não. Cozinhar, faxinar, lavar e até tomei conta de outras crianças mais o dinheiro não dava não, pagar tudo sozinha e ganhar miséria e passar até fome”. (Yasmim, 25 anos)

Essa flexibilidade também pode ser encontrada no trabalho realizado na rua. Não raro, as mulheres determinam qual período do dia trabalhar e qual a frequência, porém uma vez determinado elas precisam cumprir sob ameaça de serem punidas. Viviane (21 anos) nos esclarece como se dá essa dinâmica:

Eu tava em casa fazendo horário de almoço e falei com minha mãe assim: deixa eu voltar porque meu horário de almoço acabou e ela falou toda triste que aquilo nem era emprego que era pra eu ficar mais. Falei pra ela, ah não é não? Deixa eu faltar ou atrasar pra senhora ver eles me pega igual nas firma e o pior é que la eles me pega é de pancada mesmo.

As ameaças de punição são uma constante nesse trabalho, embora saibamos também ser a punição uma ferramenta de gestão no mercado formal ainda que

outra parte, la alta rentabilidad del trafico de drogas versus la baja rentabilidad Del trabajo femenino, aparece como outro factor decisivo para en el ingreso al tráfico de estupefacientes, apareciendo como una actividad que reporta ingresos imposibles de conseguir por otras vías, sean trabajos formales o informales

dissimulada; já no tráfico ela está em constante evidência. Por apresentar uma rigorosa estrutura hierárquica e por estarem as mulheres na base dessa hierarquia os superiores dispõem de estratégias de controle e punições rigorosas que as afetam sobremaneira. Rabelo (2014) discorre sobre a punição no mundo do trabalho e seus efeitos:

As punições que se atentam ao ínfimo deslize da norma e se dão dentro de injunções paradoxais e responsabilizações injustas, além de não contribuírem para uma melhor segurança e nem para uma avaliação efetiva do trabalho, geram efeitos nocivos para a saúde, o coletivo, o sentido/reconhecimento do trabalho e a formação dos trabalhadores.

A autora esclarece que essa vertente punitiva altamente violenta se mantém escondida nas empresas e é travestida pelas relações de poder. Entretanto, no tráfico de drogas o que se percebe é que a violência não está travestida ela se apóia na punição para demarcar e exprimir o poder expresso na hierarquização. No tráfico o deslize às normas imputa graves penalizações que podem incidir sobre a vida dos sujeitos. Rabelo (2014) sob um ponto de vista ergológico exprime que todo ser humano está exposto a exigências ou normas emitidas pelo meio no qual se encontra: “Para existir como ser singular, vivo, e em função das lacunas das normas deste meio face às inúmeras variabilidades da situação local, ele vai e deve tentar permanentemente re-interpretar estas normas que lhe são propostas” (p. 137) Dessa forma ele reconfigura o meio,” é o processo de renormalização que está no cerne da atividade”. Pode-se inferir que as normas encontradas no trabalho do tráfico de drogas sob o constante medo e ameaça diminuem as possibilidades de renormalização por parte dos trabalhadores, mas são no entanto necessárias quando o real se distancia da prescrição e é preciso criar para realizar a atividade, sob pena de punições quando a renormalização não oferece o resultado desejado.

6.4.1 Cargos e funções das mulheres nas firmas: o que pode a subalterna?

Não necessariamente “fortalecer as firmas” é algo valorativo em termos de posições hierárquicas no trabalho das mulheres no tráfico de drogas. O que vemos, ao contrário, é a subalternização das posições das mulheres nessa atividade, sendo que os cargos e funções desempenhados por elas são na maioria das vezes inferiores, com rendimentos também em menor proporção. O tráfico reproduz e perpetua os emaranhados

de opressão e exploração a que estão submetidas as mulheres no mercado formal de trabalho. Verdade é que a consolidação da mulher na esfera pública e conseqüentemente no mercado de trabalho não produziu o empoderamento total das mulheres que ainda são submetidas por condições inferiores às masculinas.

No comércio de drogas as tarefas comumente realizadas pelas mulheres estão relacionadas ao cuidado e à paciência, sendo que para alcançarem ascensão profissional exige-se que elas cumpram uma gama de funções que normalmente os homens não precisam cumprir. Os homens precisam demonstrar responsabilidade e competência enquanto as mulheres precisam além desses atributos apresentar força, coragem, disposição, capacidade de serem violentas e enfrentarem os próprios homens, todas as características masculinas “natas”. Evidentemente toda essa representação de gênero está construída e apoiada nos estereótipos de masculinidade e feminilidade. Moura (2007, p.26) nos ajuda a compreender essa realidade:

As guerras e conflitos armados contribuem na produção e legitimação de um modelo de masculinidade dominante (heterossexual, homófobo, misógino e violento), que se articula na contraposição de masculinidades e feminilidades silenciadas consideradas frágeis e docilizáveis. No crime são articuladas visões dicotômicas de masculino e feminino, apresentadas como estruturas isoladas e dissociadas uma da outra. Logo, considero que é também por meio da criminalidade que muitos homens têm acesso a uma versão socialmente privilegiada de masculinidade, que se constrói aliada a uma noção desprivilegiada de feminilidade, situada como inerentemente passiva.

A participação masculina é predominante no que tange aos postos de chefia e comando, à violência empregada para defesa do território e à capacidade de financiamento da atividade. Entretanto, Soares e Ilgenfritz (2002) afirmam que cada vez mais as mulheres estão sendo preparadas para utilizarem armas de fogo e são treinadas para atuarem nas guerras entre as gangues e para sua auto proteção enquanto praticam a atividade nas bocas-de-fumo. A fala de uma presa é emblemática para se pensar essa realidade. “Eu tenho muita disposição mesmo, eu aprendi a atirar e não ando na rua sem estar de arma, eu só trabalho nessa condição, arma na cintura porque não tô nessa de correr de homem não, eu resolvia tudo e resolvo se precisar é na bala mesmo”. (Ana ,42 anos)

Assim como no mercado de trabalho formal, no tráfico de drogas as formas de inserção de homens e mulheres revelam as representações de gênero construídas cultural e socialmente. De acordo com Neves (2001) essas representações culturais são a base da divisão sexual do trabalho, pois estabelece os lugares a que estão destinados mulheres e homens desde a inserção no mercado de trabalho, e os postos de trabalho a serem ocupados e as estratégias de ascensão profissional.

O conceito de divisão sexual do trabalho tem uma longa história e passa por constantes mutabilidades e rearranjos conforme o tempo e a organização do trabalho feminino nas sociedades. Entretanto, não é o objeto privilegiado desse estudo e dessa forma não será aprofundado, porém a realidade do trabalho feminino no tráfico de drogas convoca a reflexão ainda que incipiente em torno de tal conceito. Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007) fazem um amplo estudo e se debruçam em torno de tal conceito trazendo o que de mais precioso há em sua gênese, que ele não apenas nos permite denunciar desigualdades sob impulso do movimento feminista, mas sim de repensar o “trabalho”. Dessa forma, denunciar as desigualdades do trabalho feminino no tráfico de drogas é também denunciá-lo na sociedade de modo geral e compor um quadro de formulações que apoiem esse sujeito para o exercício mais autônomo de suas atribuições, na assimetria do rompimento das desigualdades pelo exercício do protagonismo, ensejando a mudança necessária.

Para as autoras os dois elementos básicos da divisão sexual do trabalho são a separação entre trabalho de mulher e trabalho de homem e sua hierarquização, sendo o trabalho dos homens mais valorizados. Além disso as autoras discutem que a base de entendimento do conceito se ancora na constatação da existência de diversos trabalhos desempenhados pelas mulheres que não são considerados socialmente “o que coloca como parte do destino biológico das mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados”. (p.266) Não obstante essa realidade é inerente também a realidade no tráfico de drogas; Moura (2007) afirma que sempre existiram mulheres no tráfico de drogas trabalhando como cozinheiras e domésticas, entretanto nada se sabe sobre a existência dessas mulheres.

As principais bases teóricas desse conceito surgiram sob o impulso do movimento feminista e a principal pauta de discussão estava alicerçada no questionamento do não reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres como importante bem como a naturalização das atividades domésticas como intrínseca a elas. O trabalho doméstico passou a ser abordado como atividade de trabalho tanto quanto o profissional e permitiu a

confluência das atividades domésticas com a esfera profissional. Entretanto, só o reconhecimento do trabalho doméstico não era suficiente, pois ainda não se discutia a conceitualização da relação social recorrente entre mulheres e homens não sendo possível dessa forma dissipar a desigualdade de algumas funções desenvolvidas por mulheres e por homens.

Outras categorias e análises começaram a ser questionadas como os conceitos de qualificação, mobilidade social, produtividade e a sociologia da família. O que se viu não foi apenas a revelação de um movimento crítico acadêmico, mas a luta feminista operária que subsidiou substrato para questionamentos e construção de novos paradigmas. Ramos (2012) corrobora esse pensamento:

A divisão sexual do trabalho atualmente é entendida como forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens ao espaço produtivo e das mulheres o reprodutivo, conseqüentemente, adicionando às funções masculinas, maior valor social.

Nesse sentido, trabalhos masculinos são mais valorizados e melhor remunerados e o feminino, ao contrário, por uma atribuição sócio cultural exigem maior delicadeza, cuidado e habilidades manuais e em decorrência são menos apreciados porque menos especializados. Essa realidade se reflete na remuneração feminina que também é inferior submetendo as mulheres a continua secundarização na estrutura do mercado trabalhista. Para Kergoat (2000) o importante a ser pontuado na discussão acerca da divisão sexual do trabalho não é a comparação estática da situação do trabalho mas a distância nas condições entre mulheres e homens que ainda parece intransponível. Para esta autora é inegável que a condição feminina melhorou, mas essa melhora não diminui a distância entre os grupos de sexo; de acordo com a autora: “tudo muda, mas nada muda”. (p.267)

Para Ramos (2012) a atividade no tráfico de drogas retroalimenta a máquina da opressão feminina, pois é um perigoso reprodutor das desigualdades entre os gêneros. “Não há como negar que a realidade do tráfico de drogas reproduzirá a mesma lógica de desigualdade entre homens e mulheres, visível na sociedade capitalista”. (p.56) Outro pensamento da autora traz uma importante contribuição para esse entendimento:

Assim, na simbiose do mercado legal do trabalho, configurado como um espaço de produção das discriminações de gênero e da vulnerabilização econômica e social das mulheres, com o mercado ilegal das drogas, como reprodutor das desigualdades de gênero, as mulheres se apresentam como protagonistas-vítimas da exploração da sua força de trabalho, alimentando, não só o mercado capitalista, como também o mercado (ilegal) paralelo das drogas. (p.56)

A discussão tomada acima mostra como a hierarquização entre trabalho de mulheres e homens ainda estrutura a base da desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal e conseqüentemente no tráfico de drogas. Essa desigualdade vulnerabiliza as mulheres e as estigmatiza como seres inferiores, protagonistas da miséria e da pobreza e como sujeitos não aptos para a dinâmica econômica. A realidade do tráfico de drogas tende a ultrapassar as barreiras das desigualdades de gênero se transformando em verdadeira máquina de opressões ao impedir de forma contundente a ascensão feminina nas firmas e exigir das mulheres posturas condizentes com as masculinas, não reconhecendo a formação de novas feminilidades, ainda que elas existam.

Via de regra as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas participam subsidiariamente da atividade, sendo raros os casos de mulheres com posição de comando ou chefia; é mais freqüente a posição de pequena traficante, por regime de plantão nas bocas de fumo, ou as chamadas “olheiras”, ou “atividade” que tem a função de alertar sobre a chegada da policia ou de traficantes rivais. A participação das mulheres no tráfico de drogas pode também se dar no transporte das drogas, são as chamadas “mulas”, levando também as drogas para dentro dos presídios, e ainda, no armazenamento em suas residências. (Cunha, 2002)

No tráfico as funções precisam ser cumpridas com rigor e o preço a se pagar pela indisciplina é a própria vida ou a de algum familiar. “Eu andava na linha fia, senão eu já sabia o que me acontecia, iam direto no meu filho”. (Aline, 32 anos). A organização do trabalho é estruturada de forma complexa e respeita fielmente a hierarquia definida pelo dono ou dona da boca.

A organização do trabalho no tráfico se estrutura por um “organograma” prescrito que respeita hierarquia e cobra fidelidade e obediência. A esse respeito Feffermann (2006, p.220) aponta que “o tráfico de drogas mantém a mesma estrutura de um trabalho legal, com a divisão do trabalho permeando as relações entre os trabalhadores e o produto. As

tarefas são distribuídas e cada um deve exercê-la com responsabilidade”. (p. 220). As regras de funcionamento são internas de cada boca como, por exemplo, o salário, o momento do pagamento, a carga horária e os dias possíveis para se tirar uma folga. Mesmo as mulheres que traficam em casa, quando vinculadas a algum patrão precisam cumprir uma carga horária, para mostrarem os rendimentos pois requerem uma força de trabalho de outras pessoas envolvidas. “Eu vendia em casa, podia trabalhar de casa mesmo, mas eu tinha que mostrar serviço ne, eu dava mão de obra pro patrão”. (Viviane, 21 anos)

Para melhor visualização dos cargos e funções realizados pelas mulheres no tráfico compus um organograma que demonstra a pirâmide da hierarquia partindo da posição mais subsidiária ao mais alto cargo, bem como detalhamento das funções. As descrições partem das narrativas das mulheres presas na APAC de Itaúna e também de estudos realizados por outros autores. (Moura, 2005), (Barcinsk, 2009), (Ramos, 2012) As nomenclaturas mudam de acordo com a região, portanto, os cargos correspondentes às funções foram agrupados para melhor compreensão.

Mulas/ Avião

Entregadoras da droga aos clientes; transportam também drogas para dentro dos presídios. Esses cargos merecem destaque, pois aparecem como sendo os mais ocupados pelas mulheres além de representarem uma possibilidade iminente de suas prisões. Justifica-se o aumento do aprisionamento feminino justamente na super exposição que esses cargos a submetem já que são as responsáveis por circularem publicamente com as drogas.

Muitas mulheres adentram presídios com cargas de drogas espalhadas pelo corpo para entregar encomendas feitas pelos homens presos. . Essa encomenda pode ser para um companheiro continuar vendendo no interior das prisões e também vendas realizadas pelos negociadores, que incubem a mulher da tarefa mais dura, a do transporte. De acordo com Ramos (2012)

No que tange ao tráfico intrapresídio, percebe-se que a participação das mulheres é estruturante para manutenção desse nicho do tráfico, não só porque elas são os sujeitos escolhidos para esse tipo de transporte da droga, bem como porque elas

servem de “boi de piranha” para que outras mulheres passem com quantidades maiores. (p.169)

“Embalção” / Cozinha/ Jogadoras

Local de preparo e mistura da droga, as mulheres que trabalham nesses setores são responsáveis por endolar e embalar as drogas. Esta é uma das funções mais praticadas pelas mulheres iniciantes que, a partir dessa função conseguem passar a vapor e depois a vendedoras. Trata-se também de atividade facilmente vinculada ao ambiente doméstico o que facilita para muitas a sua execução. Também é uma atividade muito praticada por mulheres mais velhas que já não apresentam grande mobilidade para fugir da polícia.

Vendedora

Negociam e comercializam as drogas, fazem vendas maiores. Esta ocupação é muito praticada pelas mulheres. Grande parte das mulheres presas na APAC já foram vendedoras, Algumas relataram que essa forma de comércio pode ser realizada no próprio domicílio (para clientes que compram maiores quantidades para revenda) ou em locais organizados para a realização das vendas. A negociação pode ser feita pessoalmente ou por telefone. Carla, (42 anos) relatou ter sido vendedora atuando dentro da boate de prostituição que ela mantinha em Itaúna. “Eu era vendedora, eu

Vapor

Negociam pequenas quantidades no varejo. Em pesquisa realizada por Soares e Ilgenfritz em 2002 elas demonstraram que o cargo que as mulheres mais ocupavam no tráfico de drogas é o de vapor. As mulheres que vendem drogas de dentro de seus domicílios aos usuários são as consideradas vapor. Na APAC a maioria das mulheres começou nessa atividade até serem “promovidas a vendedoras”.

Assistente/fogueteira/ olheira/ atividade

Avisam os traficantes da chegada da polícia. Estão vinculadas a essa atividade mulheres usuárias de drogas que em troca de pequenos favores ganham drogas para seu consumo. São muitos os casos de usuárias que se envolvem nessa dinâmica para consumirem drogas e acabam sendo presas principalmente por estarem mais próximas quando a polícia chega.

Abastecedora/distribuidora

Transportam as drogas para as bocas para serem posteriormente distribuídas. Ficam imbuídas de organizar o estoque e avisar quando a droga precisa ser reposta. Distribui a droga da boca para outros pontos de vendas. Embora algumas mulheres tenham relatado ter feito abastecimento não é uma atividade comumente realizada por elas pois exige necessidade de armamento e violência ostensiva uma vez que a função coloca os trabalhadores em livre circulação.

Gerente

Organizam e articulam as negociações, a distribuição, os pontos de venda e fazem a gestão dos demais trabalhadores. Poucas mulheres chegam a ser gerentes de bocas porque esta função exige alto grau de “disposição” para controlar, vigiar e punir, papéis contrários aos estereótipos vinculados às mulheres. Na ocasião de minha pesquisa na APAC não estive com nenhuma detenta que houvesse sido gerente, mas soube por elas que já conheceram mulheres gerentes, geralmente mulheres lésbicas.

Caixa/contadora

São responsáveis pela contagem e armazenagem do dinheiro, além da realização dos pagamentos aos demais funcionários. Muitas vezes as mulheres conseguem fazer esse serviço sem se envolverem com o tráfico nas ruas, se articulam por telefone e vão constantemente ao banco. Clarice (36 anos) foi contadora na firma onde trabalhavam os pais, os irmãos e mais três sobrinhos. O pai dela era o dono da boca e trabalhava em uma borracharia durante o dia cuidando da boca a noite. Todo o dinheiro da atividade era

gerido por Clarice em contas bancárias que ela movimentava dia e noite. Curiosamente, ela afirma que essa posição lhe passava uma sensação de segurança, pois não estava inserida no cotidiano do crime, não obstante, no desmonte policial que prendeu toda a sua família em decorrência das escutas telefônicas Clarice foi presa.

Dona de boca

Dona de toda a droga que circula na boca e dos locais de vendas de drogas. São raras as mulheres que chegam a donas de bocas, mas embora alguns estudos discutam a inexistência delas, algumas mulheres conseguem de fato se inserir nessa posição, como veremos. Na maioria das vezes são mulheres que herdam as bocas de seus companheiros que ao serem presos as deixam no comando da atividade. Márcia e seu marido eram donos de uma boca em Itaúna e trabalhavam em parceria; quando seu marido foi preso, Márcia passou a controlar essa boca e abriu mais duas. Com exceção dela nenhuma outra presa da APAC havia conseguido ter a própria boca.

Ainda que algumas mulheres cheguem a donas e gerentes das bocas, o que vemos é a presença maciça das mulheres em tarefas e cargos desprivilegiados e de maior exposição pública ficando dessa forma mais suscetíveis à abordagem policial. A polícia age em prol da intensificação da violência focando em segmentos mais próximos à sua atuação, como no comércio de drogas em espaços públicos, rua, festas, bem como em espaços institucionalizados, cujo controle é maior, por exemplo, em aeroportos e presídios. Por não terem poder de negociação com as agências policiais, as mulheres têm sido mais encarceradas por esse delito.

Não são apenas mulheres de segmento mais populares que traficam drogas. Mulheres de classe média e alta também traficam, porém como afirma Becker (1997) são menos abordadas pela polícia e não se inserem em “bocas de fumo”; ao contrário, fazem viagens internacionais para buscar substâncias entorpecentes como o LSD e Ecstasy e as vendem em *reaves* (festas que acontecem em centros urbanos). Ainda de acordo com o autor, o perfil das mulheres de classe média e alta que traficam ainda é um campo que precisa ser explorado. Na ocasião de minha pesquisa de campo, uma mulher estava presa, envolvida com o tráfico internacional de drogas; ela estava no regime semi aberto saindo pela manhã para trabalhar regressando a noite. Nada soube a seu respeito apenas que viajava para vender as drogas e que em uma ocasião foi denunciada e a polícia federal a prendeu no aeroporto de Confins em Minas Gerais.

7 Considerações finais

É preciso viver com terror e alegria.

Donna Haraway (1999, p.121)

Compreender os sentidos do trabalho no tráfico de drogas evocou uma série de discussões necessárias ao entendimento da complexa teia de relações que envolvem as experiências das mulheres nessa atividade. A busca por essa compreensão suscitou uma gama de discussões que versaram sobre as produções de discursos históricos e culturais sobre as mulheres, sobretudo, as trabalhadoras e as ditas criminosas. Essa retomada abriu precedentes para o entendimento da constituição de um sujeito feminino, pautado por discursos e práticas que legitimaram a vinculação de todas as mulheres às noções de menor valia social e genuinamente portadoras de uma natureza passiva. Tanto a inserção das mulheres no mundo do trabalho como na criminalidade estão marcadas por sua inserção tardia e por vinculações a estereótipos de gênero como fragilidade, docilidade e fraqueza.

Essas vinculações têm em seu substrato comum a imagem da mulher basicamente associada a seu papel de reprodutora (no âmbito doméstico e privado) que se superpõe à imagem da mulher trabalhadora (fomentada no âmbito das relações do mercado e do processo de trabalho) e da mulher transgressora (definida no âmbito da anormalidade). Essa imagem originária (da mãe, da dona de casa, da mulher-família) vai estar sempre na base e projetar sua sombra sobre a outra, da mulher trabalhadora e/ou transgressora. Essas associações básicas se apresentam como limitações e barreiras para uma adequada inserção das mulheres no trabalho, e, sobretudo, se reproduzem e perpetuam-se também em sua atividade no tráfico de drogas (que continua sendo visto basicamente como masculino) como micro representação do mercado formal.

As especificidades do trabalho das mulheres e seus papéis na estrutura do tráfico de drogas analisados a partir da divisão sexual do trabalho, proporcionou compreendermos que assim como no mercado formal, o trabalho das mulheres nessa atividade é gestado e apoiado em profundas desigualdades. Os frutos dessas desigualdades são revelados através da subalternização feminina na atividade e ressoam como expressão máxima, nas

ocupações de posições subsidiárias e no acesso à menores remunerações e às difíceis possibilidades de ascensão. A entrada definitiva das mulheres nesse comércio veio perpetuar um lócus laboral marcado por relações de exploração, violência, vulnerabilização e riscos que acometem tanto a mulheres quanto a demais jovens.

Os variados locais de trabalho e suas funções, desde o uso do domicílio quanto o transporte das drogas para os presídios, revelam uma emaranhada trama de reproduções dos papéis originalmente desenvolvidos pelas mulheres. O que se verifica, no entanto, é que além de reproduzir os padrões já existentes no trabalho formal, a maioria dos locais, funções e cargos ocupados pelas mulheres insere-as em posições facilmente alcançadas pela repressão policial. A pesquisa evidenciou e autores, confirmam (Moura, 2005; Cunha, 2001), que a função de “mula” é a mais presente na atividade do tráfico e da mesma forma a que mais encarcera, subordina e vulnerabiliza as mulheres.

Um exemplo claro da subalternidade dessa atividade “mula” é o fato de que a função exige que as mulheres transportem as drogas de um lugar a outro e não raro esse transporte se faz no próprio corpo da mulher, geralmente nas partes genitais. O corpo feminino transforma-se em receptáculo da droga. Giacomello (2013) faz alusão à uma “trincheira aberta”, a transformação do corpo em território público; a função de mula está diretamente ligada à questão de gênero e classe. Os relatos das mulheres evidenciaram que a presença de homens nessa atividade é quase nula e, além disso, os ganhos financeiros quando comparados às outras atividades são extremamente baixos. A função de mula é vista muitas vezes, como serviços sazonais; uma possibilidade de ganharem dinheiro (mesmo sendo pouco) de forma rápida; elas o executam como um ¹⁶ “bico”, representando a informalidade dentro da informalidade.

Por representarem hierarquicamente o nível mais baixo de atuação dentro do tráfico e estarem dessa forma mais vulneráveis às ações policiais, pode-se inferir que os papéis desempenhados pelas mulheres, além de executar as atividades que os homens não querem fazer, é o papel de “serem presas”. Incluem-se nessa afirmação as crianças e os jovens que na maior parte das vezes também começam as atividades no tráfico em pequenos cargos e realizam igualmente o trabalho de “serem presos”. Entretanto, a entrada dos jovens homens está alicerçada na perspectiva de que teriam ascensão e com isso grandes ganhos no futuro, quando para as mulheres as perspectivas são pequenas. Por representarem uma força de trabalho subalternizada, alcançando poucas funções de poder

¹⁶ Trabalho informal, temporário, pequeno serviço.

e comando na hierarquia, as mulheres conformam uma categoria de trabalhadores “descartáveis”, isto é, facilmente substituíveis quando presas ou mortas.

Uma análise a partir da Criminologia Crítica permitiu articular a seletividade penal como característica estrutural do poder punitivo e assume dessa forma, que as prisões a grupos minoritários como as mulheres está fortemente vinculada à estereótipos de marginalidade. A forte repressão policial está presente onde os trabalhadores são facilmente alcançáveis, como favelas, por exemplo, em detrimento de outros locais como condomínios, prédios e universidades, onde constatamos, na pesquisa, também haver comércio de drogas. Assim, encontram-se aprisionados, somente os trabalhadores da ponta, sendo que os verdadeiros donos e investidores do negócio bilionário das drogas continuam intocáveis. Enriquecendo as discussões, Queiroz (2008) aponta que:

Não podemos ignorar que o sistema penal, seja quando de elaboração de leis (criminalização primária), seja quando da sua aplicação (criminalização secundária) seleciona sua clientela, sempre e arbitrariamente, entre os grupos mais vulneráveis da sociedade, entre os miseráveis, enfim, reproduzindo desigualdades sociais materiais. Por conseqüência, o fato de as prisões se acharem superlotadas de pessoas pobres é algo inerente à lógica funcional do modelo capitalista de produção, em cujo sistema o acesso aos bens e à riqueza se dá modo inevitavelmente desigual. (p.187)

Cumprir destacar que a ideologia de guerra e combate às drogas em consonância com a nova lei antidrogas, contribui para a manutenção da seletividade uma vez que outorgou ao policial direito de diferenciar o traficante do usuário. Atribui dessa forma ao aparato policial poder para distinguir e selecionar mais uma vez a clientela do sistema penal, além de não atribuir categorias de comerciantes no mercado das drogas. Diante desse cenário, é possível afirmar que a nova legislação é extremamente autoritária, seletiva e estigmatizante, pois atingiu especialmente pessoas marginalizadas de camadas populares. Nesse sentido, é possível afirmar que as mulheres são atingidas de maneira expressiva, por representarem a ponta da cadeia produtiva no negócio das drogas. A pesquisa demonstrou a incoerência do Estado Democrático de Direito que existe para apenas uma parcela da sociedade,

Apesar de ter evidenciado que o tráfico de drogas, como lugar de ocupação laboral, reproduz um contexto semelhante ao mercado formal de trabalho para as mulheres há algo

que se reconstrói nesse cenário. Por ter se afirmado como atividade majoritariamente masculina, a inserção feminina nesse mercado de trabalho confronta o ethos masculino vigente e vem reafirmar o surgimento de novas formas de feminilidade. As minhas prerrogativas iniciais acerca do trabalho da mulher no tráfico versavam sobre o entendimento de que para se apropriarem do trabalho as mulheres reproduziam o ethos masculino e o afirmavam a fim de conseguir se manter na atividade e galgar melhores posições. Parti dessa pré concepção e descobri meu equívoco.. Mediante os relatos das mulheres em campo, o que se pode perceber é que existem novas formas de feminilidade e não apenas a reprodução dos padrões masculinos hegemônicos.

Apesar de todas as dificuldades e entraves que as mulheres enfrentam para exercer as funções e se estabelecerem no tráfico de drogas, o conceito de agência de Butler (2003) pode nos ajudar a encará-las como sujeitos, com possibilidades reais de atuação e protagonismo frente à tomada de decisões. O conceito de agência possibilita a ruptura de alguns paradigmas feministas vigentes de que a subalternidade da mulher seja absoluta; para as feministas pós modernas, a opressão feminina não significa ausência absoluta de poder. Para a autora, o sujeito encontra as suas próprias possibilidades de agência quando constrói estratégias de resistência e ou de subversão das limitações dos mandatos sociais. A formulação de Butler (2003) fez ressonância a esse estudo, quando nos permitiu compreender o protagonismo presente por meio dos relatos.

Entretanto, não se deve incorrer em outros equívocos quando se afirma o surgimento de novas formas de feminilidade, agenciamento feminino e protagonismo na atividade do tráfico, a fim de banalizar os atenuantes sociais que circundam tal atividade. Afirmar a entrada das mulheres no tráfico de drogas como uma escolha autônoma pode levar equivocadamente a vinculação de que a responsabilidade de suas escolhas se dê em nível individual e subjetivo e o que buscamos demonstrar na pesquisa é justamente o contrário. A inserção das mulheres nesse comércio é fruto de complexas questões sociais e econômicas capazes de encaminhá-las a essa atividade por representarem uma possibilidade real de inclusão, mesmo que de maneira marginal. O processo de marginalidade econômica presente na sociedade fomenta processos de exclusão que alcançam de forma profunda o cenário laboral feminino, o que as encaminha a ocupações precárias, informais e ilegais.

Parece mister reconhecer que a maioria dos estudos realizados sobre a inserção das mulheres no tráfico se encontra fundamentados na idéia de vinculação óbvia das mulheres a um parceiro amoroso, o que perpetua e reproduz um entendimento que as invisibiliza

enquanto trabalhadoras do tráfico de drogas. A inserção das mulheres que participam da cadeia produtiva e do comércio da droga como mercadoria devem ser analisadas a partir de uma perspectiva que as inclua como trabalhadoras, ainda que os objetivos e análises das pesquisas não se vinculem ao mundo do trabalho. Acredito que essa seja uma escolha ético-política, pois coloca em cena o Estado impulsionador das políticas neoliberais, inserindo a realidade em um plano macro estrutural fortemente engendrado pelo capitalismo globalizado. Essa postura proporcionou-me compreender que para as mulheres trabalhadoras do tráfico de drogas, essa atividade é um lugar de reconhecimento social e de pertença.

A partir da prerrogativa exposta, pode-se aludir que inserir as mulheres nas discussões concernentes ao tráfico de drogas, na posição de trabalhadoras, reafirmou um lugar de sujeito para elas, sobretudo de protagonistas. A partir desse remanejamento das relações das mulheres no tráfico, pode-se afirmar as desigualdades e opressões a que tem enfrentado essas trabalhadoras, além de estarem em uma atividade extremamente violenta. Os limites da pesquisa, realizada em ambiente prisional, não permitiram que as atividades realizadas pelas mulheres no tráfico fossem acompanhadas, ou seja, não foi possível a observação do trabalho concreto realizado por elas. Isso deixa uma importante lacuna no estudo e convoca para uma continuidade engajada junto aos saberes dos trabalhadores.

Finalmente interessa-me de maneira especial, face ao vivido na prisão, tecer algumas reflexões concernentes à reclusão feminina na APAC. As narrativas expostas pela história de vida de Márcia evidenciam a necessidade de toda a sociedade repensar o encarceramento como possibilidade de “recuperação” e “ressocialização” dos sujeitos, ainda que tais práticas sejam realizadas em ¹⁷ “unidades prisionais reformadas”. As palavras de Karam (2008) ressoam sobre a necessidade de interpelar essa realidade

Na realidade, a intervenção do sistema penal é mera manifestação de poder, servindo tão somente como instrumento de que se valem os mais diversos tipos de Estado para obter uma disciplina ou um controle sociais que resultem funcionais para a manutenção e reprodução da organização e do equilíbrio global das formações sociais historicamente determinadas nas quais surgem”. (p. 152)

¹⁷ Massola (2005) cunhou este conceito para se referir às unidades prisionais que tem em seu bojo de atuação diretrizes e premissas que as insere em um bojo de instituições cumpridoras da LEP, consonantes com a garantia de Direitos Humanos e tratamento diferencial aos apenas. De acordo com o autor, as APACs em seu conjunto de atuação podem ser inclusas nessa categoria.

Considero importante obter sobre os reais efeitos do encarceramento para aquele que cometeu infrações. Pareceu-me que as adaptações à vida na prisão, roubaram uma parcela da vida de Márcia e seus efeitos se refletem no corpo e nas expectativas para o retorno a liberdade, da qual ela já se antecipa: *“não será nada fácil, quem vai dar trabalho para uma ex-presidiária?”*

A vida na prisão, sobretudo na APAC onde as regras são fortemente vinculadas à uma recuperação mais efetiva, exige um projeto de adaptação ao cárcere, como equivalente à adaptação da vida em liberdade, como se fossem similares. De forma contrária, Thompson (1976, p.369) nos assegura que “se a adaptação à prisão não significa adaptação à vida livre há fortes indícios de que a adaptação à prisão implica desadaptação à vida livre”. Os impactos do aprisionamento, bem como as normatizações provenientes da necessária adaptação que causam a docilização dos corpos produzem sujeitos esvaziados de si, de sua autonomia, de controle sobre sua vida. Assim como afirmava se “adaptar” às regras, Márcia sentia a perda pelo controle da vida.

“Eu sei cumprir as regras, mas eu sei que são exageradas eu sei que é difícil você manter a cabeça no lugar quando tem alguém dizendo tudo que você tem que fazer. Você perde o poder da sua vida, você perde na verdade a sua vida. Falta vida na minha vida sabe? “Porque não mando mais em nada na minha vida, ela é da APAC, eu penso e vejo assim”.

Assim posto, assevero que seja necessário enfrentarmos a situação, sem as máscaras da ilusão penal. As tão difundidas facetas históricas de exclusão e estigmatização presentes na estrutura das práticas carcerárias nos convocam a uma postura contrária à sua existência. Ainda que as APACs representem um avanço no tocante ao sistema convencional, elas reproduzem a ideologia de que o aparato punitivo resolveria as mazelas de nossa sociedade. Karam (2008, p.35) nos auxilia no pensamento para o desmonte das práticas carcerárias.

Do ponto de vista das almejadas segurança, tranquilidade e proteção, a pena é tão-somente uma ilusão cruel, a permitir a subsistência de um sofrimento, tão inútil quanto profundo, que atinge dimensões extremas quando encontra, como ainda hoje, na privação da liberdade, sua forma primordial de concretização. (2008, p.152)

O horizonte que vislumbro para a reversão dos estigmas e agruras provocados pelo sistema prisional seria o tão almejado fim das prisões, uma postura mais radical que questiona a arbitrariedade do Direito Penal reconhecendo a sua superação através de outras formas de resoluções de conflitos sociais. Carvalho (2014) igualmente nos indica que somente a partir da liberdade poderemos construir uma sociedade que valoriza e expande as capacidades humanas.

Tranqüilidade e segurança só podem ser alcançados quando há o efetivo investimento do poder público e da sociedade em seus cidadãos. Uma nação que se pretenda desenvolvida precisa investir em proteção social, refletida em políticas públicas de qualidade que confira às pessoas acesso à educação de qualidade, saúde, empregabilidade e moradia. É necessário também diminuir a distância entre os cidadãos e as esferas de participação na vida econômica, política e social, visto que as exclusões política e social são fatores preponderantes para ingresso na criminalidade.

A afirmação da feminista Donna Haraway “é preciso viver com terror e alegria” faz ressonância ao vivido no processo de construção dessa pesquisa. É preciso continuar ainda que não se tenha respostas, se indignar e deixar a dor pulsar, mas acima de tudo, resistir e enxergar com olhos de luta as saídas e propor-las ainda que se mostrem incipientes. Talvez encontremos aí a centelha de uma “alegria fugaz”, tal qual propõe Chico Buarque na canção. Assim como tem sido a luta feminista, a luta pela garantia dos direitos humanos e a abolicionista, permeadas de terror e alegria, dúvidas e certezas, caminha por avanços e retrocessos.

Longe de fornecer respostas definitivas e mais perto de propor indagações e articulações, essas considerações (que não propõe um fim, mas um recomeço) visam compor a tessitura desses emaranhados discursivos e apontam para a urgente necessidade de construção de uma sociedade melhor, sobretudo, uma sociedade sem prisões.

Referências

Abramovay, M; Cafaff, P.P.; Carvalho, L.F.;Castro, M.G.; Feffermann, M; Neiva,R.R & Maciel, N. (2010) *Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos*.Brasília: SEDH.

Agamben, G. (2002) *Homo Sacer - o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.

Almeida, R. O. (2001) *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Amado, G. (2005). Implicação. In J. Barus-Michel, E. Enriquez, & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia* (pp. 281-286). Lisboa: Climepsi Editores.

Amaral. T. V. F. (2014) *Vamos à atividade do dia: o acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Andrade, V. R. O. (1999) *Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito*. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 105-117.

Andrade. V. R. O. (2006) *Minimalismos, abolucionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão*. *Revista Seqüência*, no 52, p. 163-182.

Antunes, R. (2002) *Os sentidos do Trabalho-Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Bacelar, R. P. (2014) *Nem só de mineração vive o Matodentro: a experiência de jovens em territórios de conflito socioambiental*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Baganha, M. J. (2002) In: Santos, B. S. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.

Baratta, Alessandro. (1999). *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. (2a. ed, Santos, J.C. dos, trad.) Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia

Barcinsk, M. (2007) *Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Vol.14, n.2, pp. 577-586. ISSN 14

Barcinsk, M. (2009) *Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas*. *Ciênc. Saúde coletiva* [online]. vol.14, n.5, pp. 1843-1853.

Barros, M. (1997) *Livro sobre nada*. Rio de Janeiro: Record.

Barros, V. & Carreiro, T. (2014). Intervenção psicossociológica. In P. Bendassolli & L. Soboll (Orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Barros, V. A, Nogueira, M. L. (2004) O mundo do trabalho na vida cotidiana: a experiência de mobilidade psicossocial em espaço de desqualificação. *Revista Psicologia Política*.

Barros, V. A. & Lopes. (2014) Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória : EDUFES.

Barros, V. A. & Silva, L. R. (2002) A pesquisa em História de Vida. In: I. B. Goulart (org.) *Psicologia Organizacional e do Trabalho; teoria, pesquisa e temas correlatos*. (pp. 134-158). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Barros, V. A. (2001) Ilusão e Relações Sociais – São Paulo: *Pulsional revista.de psicanálise*, v.152, p.114 – 123,2001

Barus-Michel, J. (2005) *Clinica e Sentido*. Dicionário de Psicossociologia. Lisboa: Climepsi.

Barus-Michel, Jacqueline. (2004) *O sujeito Social*. Belo Horizonte: PUC Minas.

Batista, N. (2007) *Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 11ªed.

Batista, V. M. (2003) *Difíceis ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.

Beccaria, C. (2008) *Dos delitos e das Penas*. 4 ed. São Paulo: Martin Claret.

Becker, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Paulinas

Bosi, E. (2007) *Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê.

Brasil (1984). Lei n. 7.210, de 11 de junho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 1 de setembro de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm.

Brasil (1984). Lei n. 7.210, de 11 de junho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 1 de setembro de 2014 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm.

Brasil. (2011) Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Nacional de Informação Penitenciária – InfoPen. Relatórios Estatístico-Analíticos do Sistema Prisional de cada Estado da Federação. Recuperado em 14 de dezembro de 2014 de <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}>

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado.

Brasil. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

Brasil. Lei nº 11343. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas-Sinad- prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas. Agosto de 2006.

Brasil. Lei nº 7209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.

Brasil. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, publicada em 15 de maio de 2013, estabelece como legítima a união entre pessoas do mesmo sexo. É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Bryson, D. (1993) *Risk of acquisition of genital herpes simplex virus type 2 in sex partners of persons with genital herpes*. A prospective couple study J Infect Dis. New York: Stars.

Buglione, S. (2000) *A mulher enquanto metáfora do Direito Penal*. Teresina: Jus Navigandi. ano 4, n. 38.

Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Campos, C & Carvalho, S. (2011) Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira, In CAMPOS, Carmen Hein de (Org). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Campos, F. A. (2004). *Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e dona Maria na luta pela terra*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Campos, L. H. G. (2009) *O processo de criminalização através da criminologia crítica uma breve análise do caso latino-americano*. Monografia de Conclusão de pós-graduação em Direito. Universidade Federal Fluminense.

Carvalhoes, F. F. & Toneli, M. J. (2011) *Rainhas do tráfico de drogas: imagens de poder* Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina , 18 e 19 de agosto de 2011. GT5 – Gênero e Violência

Carvalho, F. O. (2007) *Desenvolvimento, mulheres e criminalidade: uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na cadeia pública de Montes Claros/MG*. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

Carvalho, D. T. (2014) *Nas entre-falhas da linha-vida: experiências de gênero, opressões e liberdade em uma prisão feminina*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Castel, R. (1998) *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Chauí, M. S. (2003) *A universidade pública sob nova perspectiva*. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED, Poços de Caldas.

Colombaroli, A. C. M. (2012) *Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas*. CNPQ.

Costa, E. P. (2008) *Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher ao tráfico de drogas*. Maceió: Edufal.

Coulon, A. (1984) . *L'école de Chicago*. Paris: PUF.

Cunha, M. I. (2001) A reclusão segundo o gênero: os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade. *Educar o Outro: As Questões de Gênero, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*. Coimbra: Publicações Humanas.

Daroqui, A. (2008) *Alcira. Mujeres encarceladas em la Argentina, uma investigación sociojurídica*. Buenos Aires: Del Puerto.

Delmanto, C. (2002) *Código penal comentado*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Renovar.

Durkheim, E. (1960) *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Enriquez, E. (2001) Instituições, poder e “desconhecimento”. In Araújo, J. N. de & Carreteiro, T. C (orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte, Fumec.

Enriquez, E. (2009). Prefácio- Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas. Porto Alegre: Sulina.

Espinoza, O. (2002) A Prisão Feminina desde um Olhar da Criminologia Feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*.

Faria A. A. C. (2009) *Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Faria, T. D. (2010) A mulher e a criminologia: relações e paralelos entre a história da criminologia e a história da mulher no Brasil. In *XIX Encontro Nacional do COMPEDI* (p 6067-6076). Fortaleza, CE.

Fausto, B. (2001) *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo*- 2 ed. São Paulo: Edusp.

Favret-Saada, J. (1997) *Les mots, la mort, les sorts*. Paris: Gallimard.

Feffermann, M. (2006) *Vidas Arriscadas: O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes.

Foucault M. (2008) *A Ordem do Discurso*. 16ª ed. São Paulo (SP): Loyola.

Foucault, M. (1975). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987 e 2003.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1914) *Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise II)*, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund

Freud, Vol. X. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.

Frinhani, F.M, Souza, L. (2005) *Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais*. São Paulo: Psicologia Teoria e Prática.

Gaulejac, V. (1996) *Histórias de Vida e escolhas teóricas*. In: *Lês Cahiers Du Laboratoire de Changement Social*; nº1, Université de Paris.

Gaulejac, V.; Marquez, S. R.; Ruiz, E. T. (2005) *Historia de vida: psicoanálisis y sociología clínica*. México: UAQ.

Gaulejac. V. (1996). *Les sources de la honte*. Paris: Desclée de Brouwee.

Giacomello, C. (2013) *Género, drogas y prisione: experiências de mujeres privadas de su libertad em México*. México: Tirantlo Blanch.

Graner-Araújo, R. C. E. (2009). *Quando eu crescer quero ser como ele: adolescente: o tráfico de drogas e a função paterna*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.

Haraway, D. (1999) "Las promesas de los monstruos: una política regeneradora para otros inapropiados/bles". Madri: Política y Sociedad.

Harding, S. (1993) *A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista*. In: *Revista de Estudos Feministas*. Vol.1, no.1. Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ.

Harding, S. (2004). *The feminist standpoint theory reader: intellectual and political controversies*. Oxford: Psychology Press.

Harvey, D. (1992) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Hirata, H. (1998) *Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero*. *Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 5-17.

Hirata, H. (org.) (2008) *Mercado de trabalho e gênero*. Rio de Janeiro: FGV.

Hirata, H. Kergoat, D. (2007) Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Revista Psicologia e Sociedade*.

Hissa, C. E. V. (2013). *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG (Humanitas).

hooks, B; Brah, A; Sandoval, C. Anzaldúa, G. (2004) *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Madri: Traficantes de Sueños.

hooks, Bell. (1995). Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas (Florianópolis)*, 3(2), pp. 464-478

Karam, M. L. (2008) Disciplina do Livramento Condicional no Ordenamento Jurídico-Penal Brasileiro e Violações a Direitos Fundamentais. In: JÚNIOR, Antônio de Padova Marchi, PINTO, Felipe Martins (Coord.). *Execução Penal-Constatações, Críticas, Alternativas e Utopias*. Curitiba, Juruá Editora, p. 149-182

Kergoat, D. (2000) La Division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (dir.). *Le monde du travail*. Paris: La Decouverte, 1998. p.319-327. (Coll. Synos). Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA, H. et al. (dirs.) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF.

Kergoat, D. (2003) Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: *Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

Lemgruber, J. (1999) *Cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Forense.

Lévy, A. (2001) *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica.

Lima, M. E. A. (2010) A questão do método em psicologia do trabalho. In I. B. Goulart. (Org.), *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, M.E.A. (2010) A questão do método em psicologia do trabalho. In I. B. Goulart. (Org.), *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, E. (1983) *Origens da Prisão Feminina*. Rio de Janeiro: OAB, 1983.

Lombroso, C. (1876), *O Homem Delinquente*. Durham: Duke University Press.

Lombroso, C. (1892) - Le spiritisme et la psychiatrie: explication psychiatrique de certains faits spirites. *Annales des Sciences Psychiques* 2:143-151, 1892.

Lombroso, C. & Ferrero, G. (2004) *Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman*. Durham: Duke University Press.

Lukacs, G. (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de*

Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

Marcuse, H. (1998) *Sobre os fundamentos filosóficos do conceito de trabalho da ciência econômica. Cultura e Sociedade*. Cap. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra. V.2.

Martins, S. (2009) A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. *Fractal, Revista de Psicologia*. Vol. 21. Rio de Janeiro.

Massola, G. (2005) *A Subcultura Prisional os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas: um estudo na Cadeia Pública de Bragança Paulista*. Tese (Doutorado Psicologia Social), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mendes, S. R. (2012) *Repensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Tese apresentada ao Programa de Pósgraduação em Direito da Universidade de Brasília, PPG/FD/UnB.

Melcop, A. G. & Feffermann, M. (2007). *A rota do tráfico de drogas: os trabalhadores ilegais e invisíveis/visíveis*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Moki, M. P. (2005). *Representações sociais do trabalho carcerário feminino*. Dissertação de Mestrado Não Publicada, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

Moura, M. J. (2005) *Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceara, Fortaleza.

Moura, T. (2007) *Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Neri, H. F. (2007) *O feminino, a paixão e a criminalidade: Quem ama mata?* Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Psicanálise). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Neves, M. A. (2001) Cadeia automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero. Trabalho e Educação, *Revista do NETE/ UFMG*, Belo Horizonte, n. 8, p. 90-110.

Neves, S. & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18 (3), 408-412.

Oliveira, B. (2005) *Método Histórico-Social na Psicologia Social*. São Paulo: Vozes

Ottoboni, M. (1978) *Meu Cristo estou de volta*. São Paulo: Paulinas.

Ottoboni, M. (1997) *Ninguém é irrecuperável. APAC: a revolução do sistema penitenciário*. São Paulo: Cidade Nova.

Ottoboni, M. (2001) *Vamos matar o criminoso? Método APAC*. São Paulo: Paulinas.

Padovani, N. C. (2011) *No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital*. Revista Pagu, N° 37 Campinas.

Pereira, S. V. (2008) *Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte*- Dissertação apresentada ao Dep. de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Perrelli, M. T & Toneli, M. J. F. (2006) Mulheres do petróleo: sentidos atribuídos por homens e mulheres a tarefas tradicionalmente consideradas masculinas. *Psicologia Argumento*. Curitiba, v.24, n.46. p. 31-38, jul./set.

Queiroz, P. (2008) Fins e Limites do Direito Penal. In: In: JÚNIOR, Antônio de Padova

Rabelo, L.D.B.C. (2014) *Esse trem de fiscalização... O trabalho dos inspetores ferroviários de Minas Gerais*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Rago, M. (1997) “Trabalho feminino e sexualidade”. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto.

Ramos, L. S. (2012) Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação da Universidade de Brasília.

Ranciére, J. (2007). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.

Rodrigues, T. (2003). *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino.

Rodrigues, T. (2004). *Política e drogas nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP

Santos, Boaventura de Sousa. (2002) *A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Schraiber, L. B. (1995) Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo.

Silva, A.P.; Barros, C.B.; Nogueira, M.L.M.; Barros, V.A; (2007) Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*.

Soares, B. M. e Ilgenfritz, I. (2002) *Prisioneiras: Vida e Violência Atrás das Grades*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond Ltda.

Soares, L. E. ; Bill, MV; Athayde, C. (2005) *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Sorj, B. (1993) O feminino como metáfora da natureza. *Estudos Feministas*, CIEC, Escola de Comunicação – UFRJ, v. 0, n. 0, p.143-150.

Sposato, K. B. (2007) *Mulher e cárcere – uma perspectiva criminológica*. Brasília: Editora Forense.

Takeuti, N. M. & Niewiadomski, C. (2009) (Org.). *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas*. Porto Alegre: Sulina.

Tarde, G. (1898) *Les Lois Sociales*. Félix Alcan: Paris.

Thompson, E. P. (1989) *Tradicón, revuelta y consciéncia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. 3. ed. Barcelona: Crítica.

Vargas, L.J.O. (2012) *É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método APAC de gestão carcerária*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Velho, G. (1978) Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Voegeli, C. M.P.H. (2003) *Criminalidade e violência no mundo feminino*. Curitiba: Juruá Editora.

Wacquant, L. (2001) *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wolff, M. P. (2007) *Mulheres e prisão: a experiência do Observatório de Direitos Humanos da Penitenciária Feminina Madre Pelletier*. Porto Alegre: Dom Quixote.

Zaffaroni, E. R. (1993) *La mujer y el poder punitivo*. In *Vigiadas e Castigadas*. Lima: CLADEM, 1993.

